

UEM

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA E O COLÉGIO DE SANTO ANTÃO,
DE LISBOA, NO SÉCULO XVI**

NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**MARINGÁ
2015**

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA E O COLÉGIO DE SANTO ANTÃO,
DE LISBOA, NO SÉCULO XVI**

NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**MARINGÁ
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA E O COLÉGIO DE SANTO ANTÃO,
DE LISBOA, NO SÉCULO XVI**

Dissertação apresentada por Natália Cristina de Oliveira, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr. Célio Juvenal Costa

MARINGÁ
2015

NATÁLIA CRISTINA DE OLIVEIRA

**A EDUCAÇÃO JESUÍTICA E O COLÉGIO DE SANTO ANTÃO, DE LISBOA,
NO SÉCULO XVI**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Célio Juvenal Costa (Orientador) – UEM

Prof. Dr. Paulo Romualdo Hernandes – Unifal/MG

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes – UEM

Data de Aprovação

Dedico este trabalho a todos os professores com os quais tive a oportunidade de aprender.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Célio Juvenal Costa, meu orientador, um exemplo de docente e dedicação à vida acadêmica. Agradeço pela paciência nos difíceis ensinamentos, compreensão com meus erros e principalmente a confiança a qual me depositou quando me escolheu na seleção. Além da orientação nesta dissertação, sou grata pelo acolhimento e a convivência fraternal a qual me oportunizou todos estes tempos.

A minha família, não só por ter compreendido minha ausência, ainda que presente, em todo este tempo, mas pelo apoio incondicional mesmo sem nem imaginar a grandiosidade e importância desta formação em minha vida. A meu pai, Helson, minha querida mãe, Cleusa, e meu irmão, Rafael, um agradecimento carregado de carinho e eterna gratidão; sem eles nada disso teria sido possível.

À professora Roberta Negrão de Araújo, minha mãe acadêmica, e ao professor Luiz Antônio de Oliveira, que foram meus professores e agora, amigos, da UENP-CCP. Aos dois, minha imensa gratidão e muita admiração.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), pela oportunidade oferecida e pelo conhecimento compartilhado. E aos secretários, Hugo e Márcia, por toda a atenção e prontidão nas inúmeras vezes que se colocaram à disposição para ajudar, sem medir esforços, ao longo deste curso.

Aos membros da banca de qualificação e de defesa: professora Marcília Rosa Periotto, pela atenção ao contribuir com o trabalho; professor Paulo Hernandez, pela prontidão em aceitar nosso convite, pelos apontamentos e tão importantes sugestões; professor Sezinando, pela fundamental participação na delimitação de nossa temática, sua colaboração, sugestões e questionamentos foram fundamentais e imprescindíveis para a elaboração deste trabalho, a ele também sou grata pelo acolhimento fraternal desde minha chegada em Maringá.

Ao Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da UEM, a todos os seus integrantes, pela recepção e acolhimento. Minha gratidão pelas colaborações àqueles que o compõem, todos foram importantes no desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos que conquistei no decorrer do mestrado, em especial, Karina Deolindo e Cíntia Bortolossi, por todos os momentos e agora amigas não apenas acadêmicas, mas também da vida.

Aos queridos Marcos Coelho, Raquel Quadros, Ariele Mazotti, Gilmar Montagnoli, Márcio Pereira e, de forma muito especial, David Netto, que tornaram minha caminhada não só menos difícil, mas também possível; obrigada por terem me acolhido, me ensinado tanta coisa e terem sido minha família, meus companheiros por todo este período.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro para que fosse possível realizar esta pesquisa.

“Fabricador de instrumentos de trabalho, de habitações, de culturas e sociedades. O Homem é também agente transformador da História. Mas qual será o lugar do Homem na História e o da História na vida do Homem?” (Jean Delumeau)

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **A Educação Jesuítica e o Colégio de Santo Antão, de Lisboa, no século XVI**. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2015.

RESUMO

Com a chegada da Companhia de Jesus a Portugal, em 1540, passam a ser criados pela Coroa os colégios jesuíticos, os quais, posteriormente, abriram-se para além da formação de internos e, assim, tanto os filhos dos pobres quanto os da alta nobreza passaram a compor também o alunado dessas instituições. Temos como objeto de estudo desta dissertação a primeira instituição pública de ensino portuguesa, dirigida pelos jesuítas, o colégio de Santo Antão, o mais respeitado e importante de Lisboa, que teve o início de suas atividades em fevereiro de 1553. A procura pelas matrículas foi grande, o que tornou necessária outra construção, e, em 1593, iniciaram-se no novo ambiente as aulas do que passaria a se chamar colégio de Santo Antão-o-Novo. Assim, nesse contexto, propomos uma breve discussão dos principais objetivos, características e dificuldades da ordem religiosa jesuítica no território português, bem como aspectos quanto à implantação, objetivos iniciais e consolidação do centro de ensino em questão; além disso, fizemos uma apresentação de uma das aulas mais importantes desse colégio: a “*Aula da Esfera*”. A primeira instituição jesuítica de ensino público cresceu, tornando-se o melhor centro de ciências e astronomia de Portugal. Os padres consideravam fundamentais aos ensinamentos daquele colégio aspectos relacionados à matemática, pois, por meio dessa disciplina, abordavam a teoria e prática de itens como o telescópio, logaritmos, equações, geometria e afins. As grades curriculares desse centro de ensino pré-universitário incluíam, além das ciências e matemática, disciplinas como latim, gramática, humanidades, retórica e introduções à teologia moral, à teologia dogmática e à filosofia, consideradas únicas ao ensino no contexto português. Estudar o colégio de Santo Antão ajuda-nos também a compreender como eram consideradas essas inovações no ensino, especialmente no caso jesuítico, na conjuntura temporal de Portugal no século XVI. Entendemos que o colégio, principalmente pelas inovações com essas disciplinas, foi essencial na modernização da ciência portuguesa.

Palavras-chave: Educação; História da educação; Portugal; século XVI; Companhia de Jesus; colégio de Santo Antão.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **The Jesuit Education and the College of Santo Antão de Lisboa, in the 16th century.** 163f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Célio Juvenal Costa. Maringá, 2015.

ABSTRACT

With the arrival of the society of Jesus in Portugal in the 16th century, began to be created in the Crown jesuíticos schools, which subsequently will not only religious purposes; both the children of the poor, and the high nobility, are composed also the students of these institutions. We have as object of study the first public institution to teach Portuguese, Colégio de Santo Antão, being the most respected and important of Lisbon. In February 1553 Societa Iesus initiates inaugural classes of that institution. Demand for registrations was great making necessary another building; When in 1593 begin in the new environment of classes which will be called Colegio de Santo Antão-o-Novo. So, in this context, we propose a brief discussion of the main objectives, characteristics and difficulties of this religious order in the territory cited, as well as aspects regarding implementation, initial objectives and consolidating the teaching Center in question; In addition, we held a discussion of one of the most important lessons of high school: the "Class of the sphere". The first Jesuit institution of public education has grown to become the best science and Astronomy Centre of Portugal. The priests regarded as fundamental to the teachings of that College, math-related aspects, because through this discipline addressed the theory and practice of items such as the telescope, the logarithms, equations, geometry and suchlike. The curricular grids of pre-University Centre included, in addition to the sciences and mathematics, disciplines such as: Latin, grammar, humanities, rhetoric, Moral theology, dogmatic theology and philosophy; considered only to teaching in Portuguese context. Study the College of Santo Antão helps us understand how were considered these innovations in teaching, even if in the case in temporal context Jesuit Portugal in the 16th century. We understand that the College, mainly by innovations with these disciplines, was instrumental in the modernisation of Portuguese science.

Keywords: Portugal; The 16th Century; Society of Jesus; Colégio de Santo Antão.

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão	123
Azulejos na sala da Aula da Sphaera no Colégio de Santo Antão, Lisboa..	123
Fig. 1 Esquema da esfera celeste aberta de João Delgado.....	126
Fig. 2 Manuscritos de Astrologia de João Delgado, de 1607	126
Manuscritos da “Aula da Esfera”, de Francisco da Costa	135
A Collecta Astronomica (1631), de Cristoforo Borri. O primeiro impresso em Portugal a discutir os telescópios e os novos sistemas cosmológicos.....	137
Ignace Stafford, Da fabrica e vazes dos globos cosmographicos celestes, e terrest[r]es.....	138
Discussão das novidades astronômicas nas lições de Simon Fallon, na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1639.....	139
Pantómetra, isto é, compasse proporcional, ilustração do manuscrito de John Rishton, Curso de Mathematica, 1652.....	140
Instruções para a construção de telescópios, nas lições de Giovanni Paolo Lembo na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1615-1617.....	142
Discussão da observação das fases de Vénus, a mais importante das observações telescópicas, originalmente feita por Galileu, nas aulas de Giovanni Paolo Lembo na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1615-1617.....	142

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PANORAMA DO SÉCULO XVI: SOCIEDADE, CULTURA, EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE EM PORTUGAL	22
2.1. Contexto histórico-cultural lusitano	23
2.2. Sociedade e poder no Portugal do século XVI.....	25
2.3. Educação: breves considerações.....	30
2.4. Religião e religiosidade Quinhentista portuguesa.....	33
2.5. O humanismo e o humanismo católico	41
2.6. Considerações acerca dos reis do século XVI	56
3. A COMPANHIA DE JESUS E A EDUCAÇÃO: ASPECTOS DA PRESENÇA JESUÍTICA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI	57
3.1. Inácio de Loyola e a formação da Companhia de Jesus.....	58
3.2. A chegada da Companhia em Portugal.....	64
3.3. Princípios da pedagogia jesuítica: quarta parte das constituições.....	68
3.4. Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu: algumas considerações	75
3.5. Sistema de ensino inaciano	78
3.6. Colégios lusitanos: algumas das principais instituições administradas pelos Padres jesuítas no século XVI.....	86
3.6.1. Colégio de Jesus.....	88
3.6.2. Colégio das artes.....	88
3.6.3. Colégio do Espírito Santo.....	90
4. COLÉGIO DE SANTO ANTÃO	94
4.1. A Companhia de Jesus e o ensino público	94

4.2. Colégio de Santo Antão: implantação, política e desenvolvimento	98
4.3. Colégio de Santo Antão-o-Novo.....	104
4.3.1. O colégio de Santo Antão e ciência moderna	111
5. CIÊNCIA MODERNA EM PORTUGAL: A “AULA DA ESFERA” NO COLÉGIO DE SANTO ANTÃO	113
5.1. Algumas concepções sobre a ciência no século XVI.....	114
5.1.1. Da matemática.....	117
5.1.2. Da astronomia.....	118
5.1.3. Da astrologia.....	121
5.2. As ciências matemáticas em Santo Antão: sobre a “Aula da Esfera”...	122
5.3. Alguns mestres da “Aula da Esfera e Suas Contribuições”	130
5.3.1 Avanços jesuíticos no campo das ciências	140
5.4. Reprodução de currículo nos moldes de Santo Antão	143
5.4.1 Currículo da “Aula da Esfera” ministrada pelo padre Francisco da Costa (1595-1602)	144
5.4.2 Currículo da “Aula da Esfera” ministrada pelo padre João Delgado (1600 (?)-1612)	150
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
FONTES.....	156
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS	162

1. INTRODUÇÃO

Com chegada da Companhia de Jesus em Portugal, no século XVI, passaram a ser implantados, também naquele reino, os colégios por ela dirigidos. Após praticamente uma década de funcionamento dos primeiros colégios, essa Ordem religiosa decidiu pela implantação do ensino público em território luso, com uma novidade: a formação deixava de ser exclusivamente voltada para futuros jesuítas.

Assim, a análise proposta para esta pesquisa trouxe como tema principal a investigação histórica da primeira instituição pública jesuítica de Portugal: o colégio de Santo Antão, de Lisboa, na segunda metade do século XVI. Abordamos os seguintes aspectos: o início e consolidação em território luso e os princípios das disciplinas organizadas com vistas ao ensino e demos destaque ao seu percurso que acompanhou a sua popularização e a metodologia de ensino utilizada naquele centro de ensino científico. Portanto, temos por objeto de estudo esse Colégio, por dois séculos o mais respeitado e importante de Lisboa.

O edifício ocupado pelo colégio, em 1542, estava localizado numa antiga mouraria e havia sido utilizado como mesquita e convento. Com a ocupação dele pelos membros da *Societas Iesu*, o colégio ganhou uma estrutura que serviria como casa de formação, um seminário. A partir de 1553, ele passou a não ser mais apenas residência, tornando-se uma instituição de ensino. A procura pelas matrículas foi grande, sendo necessária a ampliação do espaço físico da instituição. Em 1593 iniciaram-se as aulas, no mesmo local, mas em um novo ambiente, e, dessa forma, o Colégio passou a ser chamado de Santo Antão-o-Novo.

Um elemento relevante na questão do ensino no Colégio de Santo Antão eram as aulas relacionadas à astronomia: a “Aula da Esfera”. Essas aulas ocorreram entre os anos de 1590 e 1759 e representavam não apenas uma inovação em termos educacionais, mas também a aceitação, por parte dos jesuítas, das temáticas correspondentes aos saberes científicos naquele reino.

Aquela instituição exerceu uma influência sobre todos os outros centros de ensino da Companhia de Jesus, suas atividades beneficiavam a Ordem e aumentavam os contatos religiosos e sociais dos padres, tanto com a Coroa quanto com a sociedade.

Abordamos, ainda, questões referentes às grades curriculares dos colégios da Companhia de Jesus. E citamos alguns dos principais professores que as ministraram. Pesquisar o Colégio de Santo Antão ajudou-nos, também, a compreender como as inovações científicas eram consideradas importantes no ensino jesuítico no Portugal dos *Quinhentos*.

A iniciativa de estudar esse Colégio se deu para percebermos como ele se destacou, ao investir na modernização da ciência, em Portugal, colocando a *Societas Iesus* (nome latino para Companhia de Jesus) como uma ordem religiosa que se preocupava com as ciências da natureza e não apenas com a teologia e filosofia escolástica. Sendo assim, interrogamo-nos: Por que ele se tornou um diferencial? Qual a forma com que tratava as ciências humanas? Qual a importância dessas inovações em terras lusitanas?

Na busca de alcançar nosso objetivo principal, fizemos uma contextualização do momento histórico e da cultura europeia, precisamente da portuguesa, no século XVI, tendo em vista o papel educacional dos padres da Companhia de Jesus, de forma geral, e do Colégio de Santo Antão, em particular. Sistematizamos o processo de implantação da organização das atividades do Colégio e apresentamos elementos das grades curriculares trabalhadas, que impulsionaram o crescimento do centro de ciências e astronomia de Portugal, bem como os principais mestres que o conduziram.

Esta pesquisa faz parte da área de história da educação e, dessa maneira, julgamos ser importante compreender o processo de estudo percorrido por um indivíduo, tomando por base a instituição em questão, tendo em vista que os resultados de tal estudo auxiliam o entendimento mais amplo da trajetória da evolução histórica da educação, realizada, no caso, pela sociedade lusitana.

Os estudos e pesquisas a respeito de instituições escolares tiveram grande avanço, em nosso país, principalmente na década de 1990, mas, antes disso, por volta de 1950, já estavam sendo produzidas, nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, sobretudo as paulistas, pesquisas a respeito da história e historiografia de instituições.

A temática envolta nos estudos sobre estabelecimentos de ensino é importante à medida que desvendam não apenas necessidades pontuais sobre escolas ou colégios, mas também abrem portas para pesquisas futuras que venham

a beneficiar uma comunidade escolar ou um grupo de pesquisadores, em especial do âmbito de história da educação.

Segundo Nosella e Buffa (2009), os estudos sobre tal temática, na educação, privilegiam e impulsionam a divulgação de uma “cultura escolar”, termo este utilizado atualmente como categoria abrangente desses estudos. Dessa forma, essa cultura não pode ser analisada de forma isolada, pois é necessário considerar se ela apresenta cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

As práticas a serem investigadas no estudo de instituições escolares são amplas e diferenciadas podendo coexistir entre si, sendo possível identificá-las com categorias de análise. Nosella e Bufo (2009) classificaram essas categorias em: contexto histórico e circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; processo evolutivo; edifício; alunos; professores e administradores; saberes; normas disciplinares e eventos.

Para tanto, os grupos de pesquisas acerca da temática de instituições escolares aumentam consideravelmente. Nos congressos e em vários eventos sobre educação têm surgido, a cada dia, muitas comunicações sobre o assunto. As pesquisas costumam ser de diversas instituições, sejam elas públicas, particulares, religiosas, militares. Além do Brasil, países como Portugal, França, Itália, Espanha também são conhecidos por realizarem pesquisas a respeito de instituições e têm se destacado consideravelmente (NOSELLA; BUFFA).

Um dos avanços no âmbito das pesquisas sobre instituições é escrever, não apenas na história, mas na historiografia da educação, a respeito dos registros das instituições escolares, rompendo a perspectiva descritiva e os documentos oficiais da escola. Nosella e Buffa (2009) afirmam que a construção dos espaços destinados a escolas, as brasileiras de forma geral, é historicamente recente e que a escola passou a ser o que conhecemos hoje por seu início nos colégios do século XVI. Os autores afirmam que os colégios jesuítas, no alvorecer dos tempos modernos, deixaram marcas que constituíram a matriz pedagógico-espacial das nossas próprias escolas atuais.

Assim, um dos nossos objetivos é apontar novas possibilidades de pesquisa que ocupem a história dessas instituições em consonância com o período apresentado. No entanto, ressaltamos que a pesquisa não se reduz a uma compreensão isolada de educação, ao contrário, preocupa-se em dimensionar a

educação com a sociedade para a qual se dirige, no modo que a influencia e como é também por ela influenciada.

A iniciativa em realizar este trabalho decorre do contato com o Laboratório de Estudo do Império Português¹ (LEIP), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), e com o grupo de pesquisa interinstitucional Educação, Cultura e História: Brasil, século XVI, XVII e XVIII (DEHSCUBRA)². Os temas em debate são relacionados ao Império Colonial Português, em seus aspectos educacionais e históricos. O grupo promove ainda participação em cursos, congressos, palestras, mesas redondas, simpósios e demais atividades que digam respeito a essas temáticas.

No grupo de estudos LEIP existem dissertações a respeito das várias temáticas que se referem ao Império Ultramarino Português dos séculos XVI, XVII e XVIII. No que tange às instituições lusas e ao objetivo deste estudo, algumas pesquisas merecem destaque: Educação em Portugal no século XVI: criação e reforma do Real Colégio das Artes de Coimbra e a Companhia de Jesus, de Ariele Mazoti Crubelati (2013); Universidade de Coimbra (1290-1559): origens, transferências, percalços, reformas e consolidação, de Luciana de Araújo Nascimento (2012); e A educação na Companhia de Jesus: um estudo sobre os colégios jesuíticos, de Priscila Kelly Cantos Men (2009). Ainda, o trabalho de conclusão de curso (TCC): A presença jesuítica em Portugal na edificação da Universidade de Évora, de Cíntia Mara Bogo Bortolossi (2012).

¹ O LEIP congrega professores, pesquisadores e estudantes para o desenvolvimento de pesquisas e de atividades acadêmicas sobre o Império Colonial Português da época Moderna, propondo-se a: Estimular a elaboração de projetos de iniciação científica voltados para o estudo de tema relacionado ao Império Colonial Português; Dar suporte ao desenvolvimento de projetos vinculados a diferentes programas de pós-graduação da UEM voltados para as temáticas do laboratório; Promover cursos de extensão, ciclos de estudos, palestras, mesas redondas, simpósios e demais atividades centradas nos estudos da história do império colonial português; Estimular a produção de material didático (inclusive para o ensino a distância) sobre temáticas relacionadas ao LEIP; Captar recursos financeiros junto a órgãos de fomento para o desenvolvimento de atividades didáticas, de pesquisa e de extensão; Realizar levantamento de fontes visando formação de um acervo próprio em mídia digital; Estimular a publicação dos resultados dos trabalhos desenvolvidos. No grupo, diversas possibilidades de compreender o período são colocadas em prática por meio da pesquisa. Disponível em - <http://leip-uem.blogspot.com.br>.

² O DEHSCUBRA é um grupo interinstitucional que visa despertar o interesse de pesquisadores e estimular novas produções. Com isso, o grupo quer influenciar os professores de história da educação brasileira, de nível superior, na organização de seus programas, de modo que os alunos aprendam a ter sensibilidade em relação aos processos sociais, observando sua dinâmica própria. O grupo tem promovido encontros de âmbito nacional, estimulando reflexões sobre as relações que se estabelecem entre educação, história e cultura, no intuito de atingir os pesquisadores da área e de áreas afins.

O Programa de Pós-graduação em educação da Universidade Estadual de Maringá³ tem pesquisas sobre instituições portuguesas bem como vários estudos a respeito do século XVI e da Companhia de Jesus, assim como as encontramos na plataforma da Capes⁴; no entanto, não há, nas buscas realizadas, estudo específico a respeito do Colégio de Santo Antão.

Nas pesquisas, principalmente, do professor Henrique Leitão⁵, notamos considerações fundamentais a respeito do Colégio e da “Aula da Esfera”, isto é, a aula de matemática e ciência. No entanto, com relação à aula, por vezes com poucos alunos matriculados, podemos afirmar que ela era, apenas, uma parte da vida daquela instituição. Nosso objetivo foi apresentar uma visão do colégio para além das Aulas de Esfera, construindo, assim, uma visão global do funcionamento da instituição. E, para tanto, temos ainda todo o restante de existência desse centro de ensino para investigar.

A organização desta dissertação encontra-se estruturada em cinco sessões. Além desta introdução, que é a primeira seção, na segunda explanamos, de forma geral, o panorama do século XVI em seus aspectos sociais, culturais, educacionais e religiosos. Contemplamos questões que dizem respeito ao contexto histórico-cultural lusitano e ao desenvolvimento da sociedade portuguesa de então. São apresentadas, ainda, breves considerações a respeito da educação e da forma como era praticada naquele período. A religião e a religiosidade quinhentista, o humanismo e o humanismo católico também são abordados na segunda seção, partindo do pressuposto que no século XVI *ser português era ser católico*. E, por fim, discutimos, ainda, algumas questões acerca dos reis daquele século, em suma, da conjuntura política em questão, para auxiliar na compreensão e algumas decisões da Coroa.

Na terceira seção abordamos o jesuíta criador da ordem religiosa, Inácio de Loyola, e a formação da Companhia de Jesus. Destacamos alguns dos percalços vivenciados para sua efetivação e a chegada e instalação dessa ordem religiosa em

³ www.ppe.uem.br/dissertacoes.htm e www.ppe.uem.br/teses.htm.

⁴ <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>.

⁵ Henrique Leitão: pesquisador sênior no Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, da Universidade de Lisboa. Pesquisa a história das ciências exatas principalmente nos séculos XV ao XVII (matemática, astronomia, ciência de navegação, física). Tem como projeto principal, nos últimos anos, realizar a edição das obras completas do matemático português e cosmógrafo Pedro Nunes (1502-1578) bem como Colégio de Santo Antão e as Aulas da Esfera.

território lusitano. Nesta parte contemplamos assuntos referentes à educação, sobretudo, institucional, desenvolvida pelos padres inacianos: princípios da pedagogia jesuítica relacionados à quarta parte das *Constituições da Companhia de Jesus*, de 1556; questões referentes ao *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, de 1599; sobre o sistema de ensino inaciano e algumas das principais instituições administradas pelos jesuítas, como o Colégio de Jesus, o Real Colégio das Artes, o colégio do Espírito Santo, dentre outros.

A quarta seção trata especificamente do Colégio de Santo Antão. Apresentamos a sua implantação, os aspectos políticos e o seu desenvolvimento no território português no século XVI e primeira metade do seguinte. Embora o século estudado não contemple todo o desenvolvimento dessa instituição de ensino, fizemos a discussão até o início da sua reconstrução, quando passou a ser denominado como colégio de Santo Antão-o-Novo, a partir de 1593.

Com base nas fontes e referências acerca da temática, na quinta seção procuramos discutir a ciência e a cultura em Portugal bem como os aspectos matemáticos, disciplina que mais se destacava no colégio. Nesta parte apresentamos as “Aulas da Esfera”, alguns de seus principais professores e as principais disciplinas do colégio de Santo Antão no que tange à ciência.

Vista a estrutura do trabalho, afirmamos que o historiador, durante a pesquisa, enfrenta questionamentos ao manusear documentações que lhe proporcionarão a escrita, neste caso, de uma dissertação de mestrado. No entanto, aquele que escreve não tem a capacidade de reprodução do que aconteceu no passado. Para Le Goff (1994), o conhecimento da história é reconstruído a partir dos fatos encontrados nas fontes históricas, construção esta realizada sempre no presente. Sendo assim, a forma como se vive e pensa atualmente direciona as reflexões sobre o passado.

Dessa maneira, a escrita da história é delineada da forma como o autor observa e aborda o passado. Bloch (2001) defende que não é dever do historiador julgar o que passou de acordo com os princípios do atual momento em que se encontra, mas, sim, interpretá-lo na conjuntura na qual se deu tal acontecimento histórico. Portanto, segundo esse autor, a função primordial do historiador é compreender.

Nem sempre os monumentos ou documentos históricos são fáceis e possíveis de serem plenamente compreendidos, assim, cabe ao historiador buscar, delimitar e

investigar. Para tanto, Costa (2010, p. 198) afirma: “[...] as fontes, ‘as vozes do passado’ não ‘falam’ por si só. Cabe ao historiador, a partir de seus próprios paradigmas, e respeitando a historicidade de suas fontes, interrogá-las, inquiri-las, produzindo história a partir da memória”.

O pesquisador necessita de conhecimento mais amplo para realizar seu trabalho, não somente do objeto, mas também do processo histórico, do período, do contexto e de todas as ações que envolvem sua temática. Faz-se necessário destacar também que o historiador interpreta as informações em conformidade com suas opções teórico-metodológicas. É importante que não excluamos nenhum tipo de fonte, considerando que sua diversificação pode ampliar a interpretação dos conteúdos e do meio ao qual está inserida.

Hobsbawn (2013, p. 11) entende “[...] que a história está empenhada em um projeto intelectual coerente [...]” e que cabe ao historiador realizar a compreensão de como ela foi e, a partir de então, os progressos que ela possa ter desenvolvido, dando sentido ao mundo como ele é hoje.

Estudar a instituição em questão requereu, em primeiro lugar, uma análise da obra *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, de Francisco Rodrigues, com o objetivo de compreender o processo histórico de formação da Companhia de Jesus numa perspectiva abrangente, e, em segundo lugar, exigiu uma reflexão que tenha por base as pesquisas de historiadores e pesquisadores dessa mesma temática.

Voltar nosso olhar ao Colégio de Santo Antão permite-nos notar o nascimento e crescimento da ciência em território luso e o desenvolvimento teórico-prático que ocasionou a expansão de um saber não limitado. Delumeau (1984, p. 154) adverte que, “[...] a partir do Renascimento, a técnica não só atraiu a atenção dos poderes públicos, como passou a fazer parte integrante da cultura”; o conhecimento passou a ser disseminado não apenas oralmente, mas por meios que o formalizassem, por exemplo, nas escolas jesuíticas.

Consideramos fundamental o estudo dessa instituição, pois é um projeto que envolve a história da educação, o campo cultural e a área científica, contribuindo para uma análise do antigo mundo português dos *quinhetos*. O Colégio de Santo Antão foi, sem dúvida, a mais importante escola de ensino pré-universitário em Portugal entre 1550 e 1750 e marcou, de forma decisiva, a história da Companhia de Jesus e da sociedade portuguesa.

2. PANORAMA DO SÉCULO XVI: SOCIEDADE, CULTURA, EDUCAÇÃO E RELIGIOSIDADE NA EUROPA E EM PORTUGAL

Esta seção tem por objetivo realizar considerações que liguem o nosso objeto de estudo a seu período histórico. Todo o percurso que delinearemos tem por princípio indicar que o Colégio de Santo Antão está intimamente relacionado ao seu tempo e às necessidades decorrentes de tal sociedade, ainda que nesta seção ele não seja, de fato, abordado. Assim, examinaremos aqui o que nos dará o cenário para tecer toda a discussão acerca da instituição em questão.

Apresentaremos questões a respeito dos contextos histórico, cultural e religioso de Portugal no século XVI. Faremos alguns apontamentos a respeito do humanismo, em especial, católico, suas influências europeias, e principalmente portuguesas, que tanto afetaram aquela civilização. Entendemos ainda que, para compreendermos a sociedade lusa em tal período, é necessário olharmos atentamente a cronologia e alguns feitos dos reis da época e relatarmos algumas influências para, dessa forma, explanarmos com maior prudência os temas dos próximos capítulos.

Sendo assim, apresentamos como a história compõe tal período e consideramos, ainda, que, para compreendermos o estudo do Colégio em questão, o de Santo Antão, de Lisboa, é importante analisarmos a cronologia histórica e as fontes que a historiografia nos apresenta.

Relataremos o período histórico e cultural de Portugal desde princípios do reinado de D. João III (1527-1551) até, principalmente, o de D. Henrique (1578-1580). Consideramos importante essa apresentação, pois versa e compõe toda a origem e história da Companhia de Jesus no território lusitano. Elencamos algumas questões norteadoras que auxiliaram na origem da instituição em questão com atenção na análise do pano de fundo no qual a história e historiografia situam a contribuição da ordem inaciana.

Quando nos colocamos a pesquisar a história da educação, devemos considerar que os documentos e fontes utilizados oferecem indicações para que realizemos a interpretação. No entanto, o dever do historiador, como afirma Paiva (2012), é o de buscar os fatos que delinearam os acontecimentos e as formas que eles realmente tomaram na realidade proposta. Ainda, para esse autor, a realidade

no século XVI é religiosa, Deus está no centro de todas as coisas, no centro da humanidade⁶. Ora, é imprescindível destacar as diferenças temporais; a interpretação portuguesa certamente era outra, portanto, cabe ao historiador interpretar.

2.1. Contexto histórico-cultural lusitano

Portugal era, no século XVI, destaque em vários países por sua economia. O reino foi o primeiro na expansão marítima, tanto por ter se tornado uma monarquia centralizada, fornecendo à Coroa recursos suficientes para empreender o objetivo em busca de novas terras, como por ter uma posição favorável, no Atlântico, porta da Europa; os portos eram um tanto quanto escassos, mas a condição costeira facilitava aos portugueses que se lançassem por tais caminhos em busca de novas terras. Estes aprenderam técnicas de navegação e andaram por todos os mares que lhes eram possíveis.

Um dos objetivos das navegações portuguesas era o de sair em busca de benefícios materiais: ouro e especiarias (pimenta, noz moscada, cravo, canela). Acreditamos que havia certo espírito de aventura, desejo de conhecer novos mundos e desvendar novas terras, utilizando-se disso para fortalecer o comércio. É provável que fantasiassem novos mundos modernos no imaginário europeu. As expedições eram desenvolvidas e possuíam navios leves, designados de caravelas. A Coroa desenvolveu, naquele tempo, um período de atividades ultramarinas intensas que promoveu sua cultura a uma evolução autônoma. Para Dias (1973, p. 123),

Os descobrimentos trouxeram consigo sequelas ideais e emocionais de longo curso. Não foi das menores a confiança no poder ilimitado do homem em outros movimentos de cultura ou ação vinha, já a teorizar ou fazer explodir. O luso, porém, com a sucessão interminável das vitórias alcançadas sobre as coisas, e a contínua revelação de terras, gentes e produtos, instilou nas almas, subterraneamente, a filosofia do otimismo.

⁶ Vale ressaltar que o século XVI, além disso, também é o tempo da *devotio moderna*, princípio do individualismo. Deus fala para e com o indivíduo. Há o manual do Soldado Cristão, de Erasmo, os Exercícios Espirituais de Loyola, dentre vários outros manuais que surgiram nessa época; estes são alguns exemplos dessa individualização moderna do homem em relação à religião.

Nos *Quinhentos*⁷, a Europa e o renascimento adaptavam-se mutuamente. Este abrangia diversas questões que iam do estilo literário à confecção de escudos, armas e armaduras. Com a religiosidade sempre muito latente, o sacrifício, o compromisso familiar e as questões da comunidade eram muito valorizados pela sociedade.

O século XVI estava imerso numa ampla gama de questões políticas, a respeito da qual é possível afirmar ser “[...] uma junção convencionada de setores tão diferentes, quais o da fé e o do império, ou seja, o da igreja e o do Estado” (PAIVA, 2006. p. 21). A cultura estava permeada pela fé quinhentista, para além das indicações religiosas sobrenaturais, os atos a serem desenvolvidos culturalmente eram previstos por tal princípio em que o rei governava, o comerciante tratava, o soldado tinha por objetivo conquistar, o navegante por ofício buscar e descobrir terras, e o padre pregar a todos esses homens, abençoando-os e perdurando em seu ofício. Quaisquer trabalhos que fossem atendidos deveriam ter como base a fé, uma fé cristã e fundamental.

A crença era o principal e predominante foco da cultura portuguesa. Na Europa, a sabedoria consistia no exercício da filosofia moral, em que o poder e virtude eram indissociáveis. No que diz respeito à doutrina, devemos nos atentar a alguns aspectos utilizados para definir a ordem nos *quinhetos*. A ordem referia-se à obediência, à submissão, e “era assim que os portugueses quinhentistas concebiam o universo: uma ordem, que implicava uma *subordinação*” (PAIVA, 2012. p. 27).

Nos aspectos culturais, notamos que houve um novo olhar para a natureza e para o homem. Portanto, temos os primeiros sinais do humanismo na Europa e o identificamos, principalmente, no reconhecimento do valor social do trabalho e na atividade humana, questão essa a que nos dedicaremos com maior amplitude posteriormente.

Para compreendermos a cultura, é preciso considerar também os feitos do Império Ultramarino. D. João III investiu no expansionismo nos três continentes, com exceção do Norte Africano. A Coroa teve maior conquista na Ásia, onde se consolidou e acrescentou sobre o que já fora conquistado por D. Manuel. Oliveira Marques e Serrão (1998, p. 731) pontuam ainda que “na China e no Japão introduziram-se as primeiras sementes de um expansionismo que foi, sobretudo,

⁷ Quando nos referimos aos *Quinhentos*, fazemos menção ao século XVI, à era que permeia todo o século de 1.500.

religioso e cultural no último caso, e comercial no primeiro”. Destarte, a cultura portuguesa recebeu muitos investimentos por meio de D. João III, a começar pela aceitação do renascimento.

Portugal desenvolvia uma cultura imersa em um ambiente extremamente renovador. Nesse mesmo ambiente, considerando alguns aspectos educacionais, o monarca que respondia pelo reino em 1537, D. João III, transferiu a Universidade de Lisboa para Coimbra, aliás, extinguiu a primeira e criou a segunda. Fundou-se o Colégio das Artes, um passo gigante frente a uma renovação pedagógica e cultural no reinado. Mas esses projetos acabam por “[...] triunfar a reação contra-humanista”, assim o rei, que “[...] acarinhara a renovação cultural e pedagógica do reino, contribuiu depois, decididamente, para o seu estrangulamento” (OLIVEIRA MARQUES; SERRÃO, 1998, p. 733).

2.2. Sociedade e poder no Portugal do século XVI

A sociedade europeia do século XVI estava imersa em transformações nas várias esferas sociais, econômicas, culturais e religiosas. A época não é demarcada como moderna ao acaso. O desenvolvimento social europeu, nesse período, apresentou uma complexidade pelas questões que emergiam no período que se estendeu do século XV ao XVIII. Para Black (2006), nos séculos XVI e XVII, os Estados, ou ordens, seriam

[...] o clero, a nobreza e o terceiro estado – que se dividia em ‘estados’ urbanos e rurais nalguns sistemas políticos representativos [...], o nascimento, os papéis de prestígio representados na sociedade, o grau de dependência do soberano, a honra ou as proezas militares podiam ser mais importantes do que as relações econômicas e financeiras, o controle dos recursos e o trabalho (p. 109).

No que diz respeito à formação das moradias, eram compostas por elos familiares de agregados, onde normalmente gerações intermédias dividiam o mesmo local. Em comunidades mais vastas, os laços fraternais eram mais complexos e variavam de acordo com o ambiente.

Em comunidades menores, locais como a igreja era o ponto central “[...] não só para os serviços religiosos, mas para as pessoas se encontrarem – para fazerem negócios, para lhes ser lida ou escrita uma carta, para fecharem um contrato ou para

um encontro amoroso [...]” (BLACK, 2006. p. 115), assim encontramos descrições sobre a formação social familiar.

Nesse contexto, as ordens sociais eram advindas do rei, ele se posicionava no centro das decisões, fossem elas políticas ou sociais. O monarca dava à sociedade direcionamentos para todos os acontecimentos, ele partia do pressuposto de que seu poder tinha origem divina. Os direcionamentos monárquicos compreendiam:

[...] ordem social e o poder político, modelando o discurso, os valores, os comportamentos, os hábitos, a etiqueta, a visão de mundo, as relações interculturais, modelando cada gesto da vida social. [...] a realidade era compreendida religiosamente; os homens viviam no círculo de Deus, Deus participando da vida dos homens (PAIVA, 2006, p. 114).

Até esse século, não só a igreja, mas toda a sociedade eram religiosas. Os portugueses, em especial o rei, que era quem a dirigia, eram cristãos; *ser português era ser católico*. A tarefa do Rei, para além de buscar riquezas por meio de desenvolvimento e promoção do mercantilismo e do comércio, era a de expandir a fé católica; e foi assim que os jesuítas chegaram ao solo português, onde foram muito bem recebidos por, especialmente, a condição de muito bem desenvolver uma missão fundamental: o padroado⁸.

Todo o comportamento nesse século estava arraigado em posturas que buscavam a formação de um homem moderno, com princípios na fé cristã; desde o trabalho até a educação, ambos estavam diretamente ligados à religião, logo, vinculados ao catolicismo. Ser cristão era princípio social e deveria ser valorizado por todo aquele que se sentisse integrante daquela sociedade. O cristianismo católico constituía-se no amálgama da sociedade lusitana do período na constituição da síntese nacional. Para Barata (2000), desde o início da modernidade,

[...] Portugal manifestou-se como uma das nações que mais cedo deu forma a um Estado, síntese de um rei e de um reino, com instituições, território, cultura e autonomia econômica, perfilando-se no areópago das nações cristãs como constantemente aliada ao papado, reconhecendo a matriz cristã e latina da sua tradição histórica, caldeada com várias culturas e etnias que enriqueceram o seu convívio em tempos medievais [...] (p. 108).

⁸ Padroado: instituição jurídica legal e garantida por bula papal que estendia os domínios do rei para outras regiões, dando sentido de empresa e convertendo as almas; Costa (2004, p. 40) relata que “a necessária e essencial aliança entre a empresa comercial/colonial e a empresa religiosa definia o Padroado”.

O contexto português era de mudanças política, econômica e social. Por um lado, havia os acordos internacionais e as conquistas ultramarinas, por outro, a organização nas ordenações, entre acontecimentos políticos. Para tanto, estavam os portugueses cercados por uma cultura humanística e com vários fatores que a rodeavam, o que, de certa forma, não diminuía o destaque de Portugal em relação a tantos outros países europeus.

A igreja, naquele contexto, deveria ser vista, também, nos seus aspectos sociais, por se apresentar na modernidade não apenas com fins religiosos, mas com objetivos consonantes às integrações sociais; pois, com o Concílio de Trento⁹, a Igreja Católica reclamou controle do sacramento matrimonial e, assim, instituiu que fossem realizadas cerimônias na própria igreja.

Partindo do caráter descrito, a igreja tornou-se não só para os católicos, mas também para os protestantes¹⁰, um espaço religioso e de doutrina cristã; porém, perdeu o caráter de socialização, passando a servir até mesmo para a divulgação de designação de ordens e de aviso aos que ali morassem.

Black (2006, p. 115) declara que “importantes para os agrupamentos e reuniões sociais eram as sociedades religiosas seculares, agora com nomes diversos, como confrarias, irmandades, congregações”. Dessas organizações religiosas, temos o batismo, o casamento e a morte como integrantes intrínsecos dos ritos religiosos dessa etapa.

[...] o corpo da Igreja é um espaço privilegiado de observação do campo dos poderes neste período. Por um lado, esse corpo não é uniforme nem compacto: é constituído por múltiplos organismos por vezes de contornos mal definidos e com interesses nem sempre coincidentes. Por outro lado, a Igreja é investida pela acção de outras

⁹O Concílio de Trento foi realizado na cidade italiana de Trento, iniciou-se em 1545 e no dia 26 de janeiro de 1564 foi encerrado pelo papa Pio V, com a Bula *Benedictus Deus*. Foi pensado com caráter reformador em prol da Igreja Católica, e, com a necessidade de combater a crescente expansão protestante, tornava visível o poder papal comandando a teologia da Igreja Romana. Nesse período, segundo Costa (2004, p. 104), “[...] a reforma da Igreja passava, necessariamente, pela mudança da atuação dos bispos, dos preladados, pois eles eram, na estrutura da Igreja, os responsáveis diretos pela implantação de todos os pontos da reforma tridentina, especialmente deveriam agir como verdadeiros guardiões da fé e da ortodoxia católica. Em Portugal, a segunda metade do século XVI assiste realmente a uma mudança no comportamento dos preladados e de suas dioceses”. A esse respeito, também, vide obra de estudiosos dessa temática: Paul Johnson, Hubert Jedin, Sforza Pallavocini, Reycend e Daniel-Rops.

¹⁰ Protestante: termo utilizado aos adeptos da reforma protestante, como a luterana, presbiteriana, anglicana, calvinista, entre tantas outras. Esse termo foi designado a tais, antes, pelos católicos, posteriormente os próprios o adotaram.

corporações e de outros grupos de agentes, que a procuram envolver nas suas próprias estratégias (MATTOSO, 1997, p.139).

Haja vista que nos equilíbrios sociais do poder havia uma transformação significativa no campo dos poderes no Portugal quinhentista, a Coroa foi inserida numa reorganização, os desenvolvimentos no sistema dos concelhos¹¹ eram em grande proporção. O território luso passou pela reorganização da hierarquia, do clero, da ação pastoral e, sobretudo, de um disciplinamento social gigantesco. Com a visão da igreja como um local de organização social, não havia impedimentos de que outros organismos isolados fizessem parte da mesma, pois de certa forma integrava interesses próprios.

O controle social e suas representações ficaram interligados aos desdobramentos eclesiásticos, era a religiosidade estipulando os atos a serem realizados pela população. E, além disso, evidenciamos o aumento mercantil que gerou um raciocínio de que quanto mais cristãos, mais vantagens financeiras para a sociedade.

Outro local também pertinente à instituição e manutenção dos padrões sociais, chamado por Mattoso (1997) de “coração dos reinos”, eram as escolas e universidades dos *quinhentos*. Esses eram locais onde se conservava o poderio da monarquia, a qual se fundava e deles saíam as principais operações para a construção e manutenção do regimento de uma vida civil. Destarte, ao voltarmos nosso olhar à população portuguesa, o país teria “[...] no início dos anos 30 do século XVI, cerca de 1.377.000 habitantes” (MATTOSO, 1997, p. 202).

Salientamos a ideia fundamentada no século XVI de que com o início do reinado de D. João III aumentaram-se muito mais os incentivos ao ensino. Embora houvesse defesas da inutilidade dos estudos para todas as pessoas daquela população, muitos no reino ainda acreditavam no ensino, incentivando o processo frente aos colégios e universidades; a Coroa observava essa realização como incentivo à uma sociedade instruída (RODRIGUES, 1931b).

Até o reinado de D. João III não havia incentivos financeiros consideráveis na educação e não se encontravam motivos para filhos das classes mais pobres e das mais abastadas participarem do ensino do reino; apenas os mais conservadores da

¹¹ A palavra concelho tem origem do latim, *concilium*. O termo se refere a uma divisão administrativa do território, a um município. É uma palavra muito mais utilizada em Portugal do que no Brasil.

corde com situações financeiras estáveis, ou ao menos que morassem em Lisboa com um papel considerável na sociedade, poderiam participar.

Analisando os papéis na sociedade, os grupos sociais financeiramente favorecidos eram carregados de privilégios, os quais poderiam constituir quaisquer tipos de direitos ou isenções até questões relacionadas ao cotidiano.

No que diz respeito ao tratamento às mulheres, as mesmas viviam impactos sociais por meio de conflitos religiosos e árduos debates, sua posição deveria continuar a ser bíblica. Ou seja, ainda carregavam o pecado de Eva e continuavam a ser perigosas, inferiores e deveriam viver à margem de todas as decisões e assuntos decisivos sociais (BLACK, 2006).

Ao refletirmos acerca do papel social dos gêneros, retornamos ao formato da sociedade, que, para Paiva (2012), foi considerada parte do universo, integrante da vida divina, assim como Deus se integra na catequese e por meio da sagrada escritura na Santíssima Trindade, o Deus trino: Pai, Filho e Espírito Santo em um só Deus. As pessoas se relacionavam e dentre essas relações formavam uma rede de unidade, o que fazia com que um sujeito fosse dependente e, de uma forma ou de outra, relacionasse-se com o outro. É como se a sociedade fosse um corpo e cada parte deste, uma divisão social.

Frente às inovações e tantas descobertas da Idade Moderna, podemos afirmar que o século XVI, em Portugal, foi uma era de constantes adaptações, em que foram imprescindíveis mudanças radicais no universo social, cultural e religioso. Greengrass (2006, p. 78) afirma:

Por um lado, existiam estruturas políticas formais – conselhos régios, tribunais superiores de justiça, tronos e câmaras, leis e ordenações. Mas, ao lado desses elementos formais, estendiam-se redes informais de poder – favor e influência, promessas e recompensas, honra individual e familiar, privilégio e status. Essas estruturas políticas, tanto as formais como as informais, tinham as suas próprias regras. Uma dependiam dos precedentes históricos, de pretensões jurídicas e da tutela da *res publica*. As outras se baseavam na amizade e nas relações sociais. No século XVI, a política situava-se na intersecção destes dois tipos de estruturas, já que o funcionamento dos sistemas políticos dependia da sua interação.

Aqueles que governavam não rejeitavam tipo algum de propaganda¹². As entradas em eventos, para esses, eram sempre solenes, com coroações, atos

¹² Quando tratamos de propaganda, nesse período, referimo-nos a emblemas, gravuras, publicações de éditos, monumentos, histórias oficiais e até mesmo discursos.

judiciais formais, faziam apelos aos componentes dos locais em que os cerimoniais aconteciam. No governo, ao rei cabiam os papéis de organizar e ordenar a compreensão social, voltando-a para o entendimento de que o governo monárquico estaria coordenado por forças divinas. O rei agia enquanto representante de Deus na terra.

O rei representa a Deus. Essa representação se configura não abstratamente, mas segundo a religiosidade vivida em sociedade. A relação com Deus se põe como relação filial, a paternidade divina se afirmando como o eixo fundamental em torno do qual se tecem as demais características (PAIVA, 2012. p. 221).

Nos séculos XVI e XVII é importante observarmos como tais premissas religiosas moldavam o comportamento social. O grande pai era também o grande responsável da comunidade: o rei; assim como Deus era a grande figura paterna da humanidade. A sociedade quinhentista, como já salientado, foi marcada pela religiosidade. O governo praticava em todas as suas manifestações referências ao religioso, ao sagrado e ao bendito.

2.3. Educação: breves considerações

Nossa intenção é mostrar as influências educacionais da Companhia de Jesus, por meio do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, no século XVI, o que apresentaremos com mais precisão nos próximos capítulos. Porém, julgamos importante, antes, organizar algumas questões para auxiliar na compreensão do contexto sobre o qual estamos discorrendo.

É fato recorrente e habitual na história e historiografia da educação considerar que a educação na modernidade passou pela ação da Companhia de Jesus, tanto nos domínios portugueses, quanto no da colônia brasileira.

Dois aspectos inseparáveis explicam, genericamente, a atuação histórica da Companhia de Jesus, pelo menos nas primeiras décadas de sua existência: o fundamento teológico e filosófico da escolástica como o elemento conservador, e o enfrentamento de inéditas experiências ligadas ao processo de expansão da sociedade ocidental como o elemento novo, como o desconhecido e moderno de sua atuação. Os jesuítas assumiram, com o tempo, esses dois fundamentos como essenciais para a atuação em seus diversos meios, principalmente os relacionados ao Império português do século XVI (COSTA, 2004, p. 120).

Mais adiante, no desenvolvimento deste trabalho, trataremos a respeito da origem da *Societas Iesu* e veremos que essa ordem nasceu num período cheio de entraves, em especial, no território luso, como: Reforma Protestante (religioso), o fortalecimento das monarquias nacionais (político), a descoberta e a colonização da América (econômico). Costa; Men (2012, p. 150) afirmam que a ação educacional não era, a priori, o objetivo da companhia, mas passou posteriormente a norteá-la.

A educação jesuítica possui características bem próprias do contexto do século XVI. Os primeiros cuidados com a educação foram abordados na IV parte das Constituições Jesuítica, porém, a pedagogia inaciana acabou ganhando um método próprio e foi regulada por um plano de estudos que ficou conhecido como *Ratio Studiorum*, publicado em 1599. Nesse plano, mesmo com data de publicação posterior à fundação dos primeiros colégios, os métodos ali propostos já vinham sendo aplicados e postos em práticas nas escolas jesuíticas. Isso tornou a Companhia de Jesus singular em sua metodologia de ensino.

Tanto a educação como a instrução¹³ foram administradas pelos jesuítas, à medida que Inácio de Loyola direcionava seus discípulos; tinham como princípio superior a obediência e passaram no século XVI a fundar suas primeiras instituições. Os colégios da companhia, em Portugal, iam além de casas de estudos, serviam também de moradia de seus mestres e pares, centralizavam-se ali a organização e a administração da ordem.

O reitor do colégio era o terceiro na hierarquia jesuítica, estando abaixo do superior provincial e do superior geral. Quem tinha a função de gerenciar a parte escolar era, segundo escrevia o *Ratio*, o Prefeito de Estudos. O colégio era, portanto, para a Companhia de Jesus, o que eram o mosteiro ou a abadia para outras ordens religiosas mais antigas, daí a necessidade de sempre fundá-los onde quer que estivessem (COSTA; MEN, 2012, p. 151).

Os jesuítas, entre as décadas de 50 e 60 dos *Quinhentos*, realizavam planos de ensino, aplicados por três anos nas instituições de ensino e, posteriormente, enviavam um relatório final a Roma, aguardando aprovação das metas colocadas em práticas nos Colégios da companhia. Esse ato foi realizado cerca de três vezes

¹³ Vemos, aqui, a educação como algo mais amplo que é realizado pelos hábitos, costumes e valores agregados a uma sociedade, não a vemos, nesse caso, como algo institucional, mas sim, uma questão relacionada à civilidade demonstrada pelo indivíduo na socialização, enquanto a instrução faz referência às ações de ensinar, doutrinar, transmitir conhecimentos, processo de ensino-aprendizagem.

na organização jesuítica, até que no ano de 1599 foi elaborada a *Ratio Atque Institutio Studiorum*. Os fundamentos da *Ratio* já haviam sido testados, considerando que um de seus princípios mais destacados era o de que educar e ensinar o próximo, uma questão religiosa.

Ao chegarem a Portugal, os jesuítas foram muito bem recebidos pelo monarca D. João III, o que facilitou tanto suas acomodações como a progressão gigantesca de sua ordem. E, após um tempo de estadia em território luso, os jesuítas tiveram a possibilidade de ter a primeira casa de formação, o mosteiro de Santo Antão o qual acomodava apenas aqueles que serviriam à companhia e ocupariam uma cadeira na Ordem, sendo depois encaminhados para frequentar a universidade. O superior dos jesuítas em território português, Simão Rodrigues, vinha conquistando e recebendo muito bem os novos membros da instituição.

Para tanto, ressaltamos que foi Dom João III quem requisitou o trabalho missionário dos jesuítas, isso ainda antes de se tornarem uma ordem legalmente constituída. Diogo Gouveia, como antigo reitor do Colégio de Santa Bárbara, indicou Favre, Loyola e Simão Rodrigues para tal tarefa. Ou seja, mais uma vez, afirmamos que foi o monarca português o principal responsável pela ida da Companhia a Portugal.

Com a boa aceitação do mosteiro de Santo Antão na sociedade lusa, os jesuítas passam a pensar em maiores investimentos por parte da Companhia, o que se fez com o enfrentamento de adversidades.

No meio das lides incessantes da casa de S. Antão o cuidado que mais que todos ocupava o espírito do P. Simão Rodrigues, era a fundação do Colégio de Coimbra. Cedo lhe viera a ele e a Francisco Xavier o pensamento desta obra que se lhes afigurava de grande alcance. Decorrera apenas um mês desde que Xavier pusera o pé em Lisboa, e já ele expunha ao P. Inácio a conveniência e facilidade convidativa de se estabelecer em Coimbra ao pé da Universidade um colégio da Companhia; que a boa aceitação que os padres encontravam em Portugal e a inclinação da gente do reino para as obras de piedade lhes davam bem fundadas esperanças de que seria empresa coroada de êxito feliz, entretanto que se lhes não deparavam bom ensejo de falar ao rei nesta momentosa fundação, lhe rogava quisesse mandar-lhes instruções minuciosas sobre a ereção destes colégio [...] (RODRIGUES, 1931a, p. 302).

A própria Universidade de Coimbra também procurou criar empecilhos à edificação da obra da Companhia. Porém, D. João III dava muito valor a tal progresso e sabia exatamente o que este significaria a seu território e povo. O

Colégio de Coimbra foi fundado em 1542, favorecendo ainda mais a ordem dos padres religiosos. Em 1547, o rei iniciou a edificação do Real Colégio das Artes, dirigido pelo humanista Mestre André de Gouveia (1497 - 1548). Após a fundação e cinco meses de funcionamento, morreu o diretor do colégio. Com estruturas da instituição abaladas, havia infâmias e depreciação nos costumes e, com tantas dificuldades, o monarca lusitano entregou, em 1555, o colégio à administração da Companhia.

Nesse mesmo período destacamos a construção da Universidade de Évora. O Cardeal D. Henrique (1512 – 1580) iniciou o funcionamento do Colégio do Espírito Santo, em Évora, que posteriormente originou a universidade, pois isso já era um princípio cogitado, em novembro de 1559, entre tantos outros colégios e iniciativas à instrução que a Coroa teve por meio da companhia.

Dessa forma, como destacamos, o objetivo desta seção não é ilustrar toda a trajetória percorrida em solo português, disso trataremos mais adiante, mas sim destacar alguns acontecimentos importantes a fim de auxiliar na ligação dos fatos abordados a seguir e explicitar a sociedade portuguesa do século XVI.

2.4. Religião e religiosidade Quinhentista portuguesa

A religiosidade é um fator marcante a todos aqueles que voltam seus olhares e estudos à história, sobretudo portuguesa, no século XVI. Para compreendermos a religião e a religiosidade quinhentista, devemos buscar a racionalidade que pairava no mundo português nesse século; Deus estava fortemente presente na vida dos homens. Para nosso melhor entendimento, Costa (2009, p. 03) esclarece que

A racionalidade que presidiu a expansão do Império Português foi a mercantil. Ainda é cedo para se falar de uma racionalidade burguesa, industrial, mas não é intempestivo reconhecer que a busca do lucro pelo comércio das mercadorias inspirou e justificou os enormes e custosos (tanto no sentido material como humano) empreendimentos náuticos da Coroa Portuguesa.

Podemos afirmar que as empresas religiosas, para Costa (2009), inspiraram-se nesse movimento da mentalidade mercantil. Para o autor, a racionalidade jesuítica deriva da origem de tradição doutrinária e política da igreja e da mentalidade mercantil do século XVI. Para tanto, a racionalidade é compreendida

como instrumento jesuítico para dar sentido às suas atividades, principalmente para evangelizar.

Como Paiva afirma em seu livro *Colonização e Catequese* (2006), a vida religiosa era partilhada por todos os seres humanos, era justificativa para todos os feitos ocorridos na e para a sociedade. E, imerso nesse cenário, temos uma figura determinante ao desenvolvimento religioso dessa sociedade: o rei.

O Rei possui duas capacidades, pois possui dois Corpos, sendo um deles um Corpo natural, constituído de Membros naturais como qualquer outro Homem possui [...]; o outro é um Corpo político e seus respectivos Membros são seus Súditos, [...] e ele é a cabeça e eles os Membros, e ele detém o Governo exclusivo deles [...]. (KANTOROWICZ, 1998, p. 25).

Paiva (2012) corrobora Kantorowicz (1998) quando afirma que socialmente o poder do rei seria equivalente ao de Deus. Por isso a sociedade entendia que o rei governava, mas, tomado pelo espírito de Deus; ele respondia pelo próprio Cristo, o rei era a cabeça de seu povo.

A visão portuguesa nos *Quinhentos* permanecia com a crença filosófica de que Deus era o centro de todo o universo/humanidade e, para tanto, o homem era um instrumento nas mãos divinas, que poderia ser personificado na figura do rei. Para contemplar esse século, em especial, precisamos considerar que a história vai se delineando e se redefinindo de acordo com os novos delineamentos sociais. Ainda em se tratando de obras fundamentais à nossa discussão, abordamos o estudo desenvolvido por José Maria de Paiva, o livro *Religiosidade e Cultura Brasileira no século XVI – XVII*, o qual afirma que

Os descobrimentos mostraram que havia homens que desconheciam por completo a fé cristã. Era preciso fazê-los cristãos; era preciso fazê-los portugueses (PAIVA, 2012, p. 47).

O *religioso* implicava a atuação dos seres celestiais nos negócios deste mundo. As fronteiras entre este mundo terreno, inferior, e o mundo celestial, superior, por passarem pela alma, são mui tênues, permitindo uma vivência do terreno toda ela permeada do celestial. Situar-se no terreno é projetá-lo no celestial, onde o terreno encontra sua identidade. O ator humano trabalha junto com atores celestes (Idem, ibidem, p. 58).

Nessa perspectiva, nenhum ato humano é realizado individualmente, mas sempre apoiado pelas indicações celestes. Há justificativas “superiores” para tudo o que diz respeito aos homens, todas as coisas são realizadas por vontade e ajuda de

Deus. Então, Portugal, do século XVI, era regido pela compreensão religiosa e confiança nas determinações místicas divinas. Quando documentos referiam-se a Deus, notavam-se mais credibilidade e confiança por meio da compreensão jurídica; o discurso era interpretado como verossímil.

Eram latentes as “coincidências” entre as decisões humanas e as divinas, já que a força das decisões autoritárias era apoiada em Deus. Paiva (2012, p. 59) destaca que “os interesses da autoridade se identificavam com os interesses de Deus, os interesses de Deus com os interesses da autoridade”; por meio da ordem divina, a autoridade, o rei, apoiava-se para tomar decisões e indicar os certos e/ou errados atos realizados pela sociedade.

A fé permeava todo o cenário luso, ela embasava os acontecimentos da esfera social. E, no que tange aos papéis sociais e suas consecutivas tomadas de decisões, ao rei cabia orientar e administrar seus subordinados como governantes, capitães e afins. Era o rei quem escolhia e determinava as atribuições referentes ao clero. Enquanto isso, o governante organizava as práticas sociais.

Outro ato julgado pelas leis de Deus, por meio das ordens monárquicas, era a transgressão¹⁴, que se referia ao corpo social. A pessoa poderia se arrepende de tais atos, o que lhe evitaria castigos maiores. Ficava aos critérios da igreja puni-la ou perdoar a ela, emitir a excomunhão ou extingui-la. A última seria a maior e pior punição de todas as instituídas, o indivíduo estaria fora dos ritos religiosos. A remissão dos pecados poderia ser estipulada tanto por penitência como até mesmo por multa.

Na religiosidade o culto era uma espécie de unidade dos cristãos católicos portugueses, uma junção de forças entre igreja e Estado para presidir uma cerimônia, que, por sua vez, era realizada pelo vigário ou bispo incumbido de tal função. Os gestos eram formatados de acordo com as determinações propostas pelos dogmas religiosos e a interpretação era desenvolvida de acordo com a tradição lusa. Essas realizações aconteciam nas igrejas durante a missa.

A missa consistia na pregação, na prática dos sacramentos, nas devoções, tais quais as que ainda acontecem em nossa sociedade. Ser cristão não dizia respeito apenas a praticar a fé pregada pelos vigários, mas, sobretudo, exigia as

¹⁴ Transgressão: ato em forma de delito que prejudicasse as leis divinas superiores e automaticamente a sociedade, viria a ser afirmada pelo pecador que sua compreensão divina e social fugiu ao permitido.

idas à missa, em especial, aos domingos e dias de guarda. Destinava-se a momento de integração e unificação social e política.

Os cultos consistiam em pregações, em que a ordem se mantinha presente e compartilhava tanto do poder civil como do eclesiástico. É preciso considerar que tanto o primeiro quanto o segundo davam-se com bases religiosas. A pregação era sempre voltada com fortes argumentos convincentes àqueles que visavam à conversão. Os sermões eram sempre extensos e o discurso, todo voltado ao convencimento daqueles que ouviam, era arraigado nas propostas mistas de esperança e medo.

Sendo assim, a pregação era a parte mais importante da missa, a que era mais bem avaliada; no entanto, todos os sermões deveriam ser assegurados com o aval dos padres, do governador e dos homens de influências, os mais honrados, e, sobretudo, avalizados pelo Rei. Destarte, o fiel poderia não respeitar o padre e até menosprezá-lo, porém não poderia, jamais, desfazer-se dos princípios estabelecidos na missa, tampouco dos sermões por este proferidos. Caso o contrário a isso acontecesse, o fiel cristão poderia até mesmo ser excomungado da igreja.

Entendemos que na religiosidade era indicada a presença de Deus como centro de toda a monarquia lusa. É importante, para compreendermos esse século, que possamos nos aproximar da linguagem, dos signos, pois apenas assim conseguiremos nos pautar nos conhecimentos plausíveis dessa sociedade. O *Religioso* e o *Mercantil* diziam respeito a essa ordem social. O mercantil designava a qualidade do negócio, da mercadoria. O religioso estava fora do alcance do último sentido, o mercantil realçava o concreto.

Um olhar positivo ao homem e seus feitos abriu uma janela social denominada humanismo, do qual trataremos mais adiante; essa corrente de pensamento veio alterar um centro que estava com foco no sagrado para a ciência. Deu-se aí uma transformação de valores, uma inversão de muitos hábitos e releituras de atos.

É indispensável analisarmos a experiência mercantil, em que os europeus passaram a não produzir mais apenas para a própria subsistência, mas também para o comércio, para a troca. Alimentos e tecidos foram a venda de maiores proporções, pois impulsionaram muito mais o consumo. O vendedor e o comprador relacionavam-se entre si para a realização da venda; ora, quem vendeu queria ganhar o lucro, a fim de ser favorecido por ter proporcionado a compra.

Nessa etapa mercantil, o homem “[...] tem que calcular, planejar, experimentar, acompanhar a experiência, analisar os passos e o resultado, criticar os sucessos e os insucessos” (PAIVA, 2012. p. 184); assim, o *afeto* que caracterizava o sistema feudal perdeu lugar ao *efeito* e foi realizado individualmente, o todo perdeu lugar. Como a mercadoria passou a ocupar lugar central nas preocupações do homem, ele passou a olhar todas as outras coisas com a visão de mercadoria. A forma de pensamento racional tornou-se característica da sociedade, sendo parte integrada ao agir do homem, a chamada *racionalidade*.

O Homem, porém, não é uma máquina e por isso, posto um princípio, não se transforma automaticamente. Posto o princípio de transformação, sua experiência vai se transbordando pelos mais variados tipos de comportamento e, assim, ele vai se transformando, lentamente e em compassos diversos. A diversidade dos compassos não infirma o processo: desenha a experiência da sucessão. Assim, no que diz respeito a esta pesquisa, o europeu adere à racionalidade sem quebrar, de uma vez, com o entendimento que tinha da vida em geral (PAIVA, 2012. p. 185).

A centralização de Deus em todas as coisas foi, aos poucos, afastando-se. A questão mercantil estremeceu as bases religiosas, pois a vida cristã passou a se organizar de forma diferente; as raízes religiosas perderam a força consideravelmente. Desde as épocas de profunda conversão o indivíduo foi obrigado a lidar com os fatos, buscando a sua salvação e a dos demais. No entanto, naquele momento, assim como no sistema mercantil, o indivíduo buscava a salvação para si, era responsável tanto pelo seu desenvolvimento comercial como pela sua libertação dos males e pecados mundanos. Com a reforma prestes a acontecer, manifestações religiosas bem como o estabelecimento de algumas novas ordens eram corriqueiras na sociedade.

Como é possível verificar, ao analisarmos as presentes referências, a igreja estabelecia e possuía um controle imenso sobre as pessoas. Desde os recursos sociais naturais até os medicinais eram controlados de forma ou outra pela instituição religiosa. Os ritos espirituais e os feitos sobrenaturais deveriam passar pelas aprovações eclesiásticas e, caso isso não acontecesse, aquele que se sujeitasse a realizar poderia ser apontado e condenado como herege por aderir, como principal cultura, à das bruxas. Com o Concílio de Latrão¹⁵, quem estava fora

¹⁵ Concílio de Latrão: foi um concílio ecumênico da Igreja Católica, convocado pela primeira vez pelo Papa Calisto II em dezembro de 1122. Os objetivos do Concílio eram diversos, mas um dos principais era o de acabar com as práticas de conferir benefícios a pessoas leigas.

da igreja não estaria salvo, se Jesus Cristo deu sua vida para redimir os pecados mundanos, todo aquele que diferente fizesse estaria condenado ao pecado.

O século XVI abriu um período de crise da igreja. Havia padres que mal sabiam latim e queriam ostentar riqueza - uma crise geral. E nesse movimento contextual seguiu a reforma, de Lutero, o qual acreditava que a filosofia, a teologia e o direito estavam se perdendo.

A reforma protestante aconteceu por meio das convicções distintas de alguns movimentos em contraposição ao catolicismo quinhentista. Os reformadores luteranos tentaram mostrar, por meio de suas convicções, propostas diferentes para desenvolver a educação, a sociedade e a economia. Ao discordar da Sé Romana, o cristianismo ocidental acabou por se fragmentar, dando origem a correntes como luteranismo e calvinismo¹⁶.

Na Igreja Católica, trabalhar para obtenção de lucros era uma forma pietista¹⁷ de levar a vida, só era permitido nos padrões cristãos viver para manter a essência vital. Acreditamos ser nessa vertente que a alta burguesia se enquadrava para justificar seus interesses e acumular riquezas sem a reprovação eclesiástica.

No que diz respeito à reforma da Igreja Católica, para Dias (1960), os costumes religiosos e as instituições eclesiásticas em crise afetaram todo o território europeu. A cultura, a sociedade e o clero passaram a fragmentar-se em princípios do século XVI. As preocupações passaram a ser divergentes e os objetivos percorridos passaram a ser outros. Rodrigues (1931a) afirma que com o Concílio de Trento e a reorganização de muitos dogmas católicos, a disciplina do catolicismo tomou por sentido outras ideologias. A reforma católica¹⁸ e o humanismo já não tinham tanto poder de intervir nos atos cristãos.

¹⁶ Movimento suscitado por João Calvino que almejava uma fé reformada, rompendo com as doutrinas e práticas da Igreja romana. Acreditava, também, ter preenchido as lacunas que a reforma luterana havia deixado por completar.

¹⁷ Termos utilizados por Francisco Rodrigues para referir-se ao estado de pecado; movimento luterano de intensificação da fé (séc. XVII).

¹⁸ Não utilizamos o termo contrarreforma, considerando que “[...] partilho da concepção de não houve uma Contra-reforma católica em oposição à Reforma protestante; o que houve, de fato, foi uma Reforma da Igreja Católica que já vinha se gestando a muito tempo e que o movimento protestante se tornou um ingrediente a mais” (COSTA, 2004); pois não existia apenas a reforma luterana nesse contexto. No concílio de Trento temos relato de que eram envolvidos luteranos, calvinistas, ou seja, protestantes. Para tanto, existiu uma reforma católica, e não apenas a contrarreforma a um movimento único e individual. A necessidade da reforma católica foi potencializada pelo movimento protestante, mas esse não foi sua única causa. Para tanto, utilizamos o termo esporadicamente e por questões didáticas e/ou de fácil compreensão bem como referências que tragam esse termo.

Morreu então, na cultura portuguesa, a doutrina, em larga medida também a prática, que reclamava a guerra à escolástica e à cultura medieva. Morreram de igual modo as esperanças que apontavam para o fim do formalismo cultural, para a descentralização da sociedade cristã, a desromanização da Igreja, a liquidação do monarquismo, a liberdade de pensamento no âmbito cristão, a autonomia dos autores profanos em face do magistério teológico e até a sua concepção como sucedâneo deste. Foi a vez de um humanismo que pedia ao classicismo os modelos literários e as referências exemplares, mas que recebia das dominâncias da Contra-Reforma a problemática, a dialéctica, a tensão polémica, o sentido do discurso. (RODRIGUES, 1931a, p. 172).

As letras e o humanismo perderam sua centralidade e foram colocados a serviço do Estado e da fé. O humanismo foi tomando delineamento formal e sendo oficializado nas escolas e na cultura quinhentista lusa. Rodrigues (1931a) acredita que o humanismo foi não apenas instrumento para disciplina e cultura erudita, mas também exclusivamente ao serviço de uma doutrina católica.

Não obstante a reforma protestante, a reforma católica trouxe como espinha dorsal de seu projeto restaurador uma recuperação moral e espiritual, não sendo exatamente os mesmos princípios de Lutero. As estruturas eclesiais e as tomadas de decisão por meio da igreja reorganizaram e influenciaram na preocupação de um avanço protestante europeu. Alguns intelectuais, conscientes do fator de risco que a reforma protestante poderia apresentar em território europeu, organizaram-se para uma inovação na doutrina do cristianismo. E, com a luta ao combate protestantista, o catolicismo veio com aprofundamentos na vivência do cristianismo na ordem ética e cultural.

A estrutura da ideologia e disciplina da reforma católica não foi realização de obras instantâneas e momentâneas. Seu processo foi vagaroso e seus princípios se concretizaram na última etapa do concílio tridentino. Dias (1960) afirma que a cúria romana parecia contrária a muitas decisões a serem tomadas no que dizia respeito aos ideais reformadores. O clero tampouco a sociedade cristã não estavam preparados para enfrentar a profunda crise na igreja e nem mergulhar nesse abismo de revolução no campo religioso e conseqüentemente sociocultural.

[...] a falência dos colóquios de religião e a incapacidade do irenismo¹⁹ para conter o avanço das ideologias evangélicas

¹⁹ Irenismo: movimento referente à tentativa de unificar os sistemas cristãos, utilizando a razão como vertente principal. A palavra derivada do grego significa paz, tem suas ideias e raízes fincadas no pacifismo. Tal movimento acredita na unificação dos cristãos em uma só comunidade.

trouxeram consigo um reajustamento da estratégia geral da Igreja. A ideia de concílio pode considerar-se, desde então, definitivamente triunfante; e a concepção da luta contra o Protestantismo no terreno disciplinar e político ganhou não só foros de programa de governo, mas uma estrutura doutrinal que lhe permitiu ser algo mais que um movimento de simples reação. O concílio devia ser a ocasião próxima de um reajustamento de frente ideológica da Igreja e da sua reforma disciplinar. Doutrina e reforma apareciam agora como verso e reverso da mesma medalha, a primeira devendo ser um princípio de unidade e de certeza na orientação, a segunda um fator ativo da seiva que vitaliza as ideias. E, com efeito, os grandes debates e decisões do congresso tridentino andaram à volta desses dois temas. A matéria de fé teve a primazia nas fases iniciais, com a fixação da doutrina do pecado original, da justificação e dos sacramentos, e o repúdio do livre-exame. Na última fase, pegou-se a fundo na matéria da reforma, levando-a a extremos que antes tinham parecido incríveis aos legados pontifícios e que deixaram a perder de vista o esquema esboçado no projeto da bula *Superni dispositione*, de Janeiro de 1542. (DIAS, 1960. p. 415).

Dom João III, herdeiro das ideias reformistas já realizadas pela coroa lusitana no tempo de dom Manuel, dá continuidade e destaque na cultura portuguesa. Aderia firmemente às ordenações religiosas e realizava suas ações políticas em consonância às características de uma sociedade imersa na restauração católica. E, para, além disso, vertentes influenciaram essa tendência reformista portuguesa nesse momento. Um fator que favorecia o clero era que o governo joanino possuía afinidades irenistas, e até mesmo erasmistas, mas repudiava o luteranismo. Com o concílio tridentino a tomada de consciência no que tange à doutrina e a política foi processada e se estendeu a todos os setores do território português.

Na Reforma do século XVI, há uma coisa que é clara; a Reforma não foi desencadeada por uma única figura, por uma única ambição ou por um único objetivo, nem por um único movimento social, político ou religioso. O seu resultado dependeu de interações extremamente complexas e imprevisíveis entre personalidades, acontecimentos, crenças e atitudes. No entanto, é impossível separar da personalidade de Martinho Lutero a história dos primeiros tempos da Reforma. (CAMERON, 2006, p. 176).

Na segunda metade do século XVI, pelas retificações religiosas, houve o aparecimento de uma nova via para a reforma: o calvinismo. Para Cameron (2006), enquanto os luteranos pensavam na construção de interesses nacionais e/ou provinciais, os calvinistas direcionavam-se para causas maiores e até mesmo abstratas.

No catolicismo, com as alterações realizadas por Trento, criou-se, alinhado à consolidação da doutrina tradicional, um programa que tivesse por meta controlar o sistema pastoral das dioceses. Os bispos passaram a ter novas funções, sendo uma delas a de passar sobre os privilégios de qualquer membro eclesiástico, tendo assim o direito de restringir ou impedir qualquer decisão dentro da instituição; e foi nesse mesmo ambiente e período que nasceu a Companhia de Jesus. Para Cameron (2006, p. 194),

A história do catolicismo no século XVI não pode ser vista apenas como uma resposta a reptos doutrinários ou disciplinares. [...] Foi também nesse ambiente que nasceu a Companhia de Jesus. Inácio de Loyola procedia de uma Espanha ainda medieval, que continuava a ver-se como uma terra de fronteira da Cristandade, onde os valores cavaleirescos e católicos se misturavam nas ordens militares. A sociedade de padres regulares, para que ele e seus companheiros conseguiram, em 1540, a aprovação papal, dedicava-se a obras de conforto pastoral, pela educação e pela confissão, e a missões entre não cristãos. É convincente o argumento de que nada disso, nas suas origens, tinha muito que ver com o combate ao protestantismo.

Contudo, como veremos mais detalhadamente na próxima seção, a Companhia de Jesus estava empenhada, posteriormente, na educação, sobretudo, religiosa. Inácio, seu fundador, compreendia que era importante abordar as doutrinas de forma correta, até mesmo para benefícios posteriores dos jovens. No Concílio de Trento, havia determinações para que essa educação fosse realizada em seminários onde, a priori, a educação fosse destinada ao sacerdócio. Para tanto, os jesuítas elaboravam também o trabalho de formar sacerdotes para a reforma católica, em que os missionários partiam para América e Ásia com os princípios da evangelização cristã e conversão das almas. Os próprios padres da companhia defendiam seus atos a partir dos textos religiosos e proclamavam por meio deles a verdade absoluta a ser seguida.

Costa (2004) salienta que as reformas religiosas ocorridas no século XVI, vistas para além de seus efeitos, devem ser consideradas em todo o contexto ao qual estão envolvidas. É preciso lembrar ainda que o interior da igreja não é o fator isoladamente responsável pelos acontecimentos, mas também movimentos sociais e culturais modernos que produziram as condições para que a Igreja Católica e seus respectivos membros empreendessem a reforma.

2.5. O humanismo e o humanismo católico

O pré-humanismo português na virada do século XV para o XVI começou a se manifestar na vida cultural portuguesa. Os sintomas dessas mudanças integraram o movimento do renascimento europeu. Assim, duas ordens foram fatores importantes para essa mudança: o classicismo²⁰, de um lado, e os descobrimentos marítimos, do outro (Cameron, 2006). O primeiro diz respeito às letras (*studia humanitatis*), e o segundo, ao domínio da relação homem X natureza. As duas questões tratam do humanismo, o que por sua vez coloca o homem no centro de todas as coisas.

Foi brando o percurso que os valores humanistas percorreram no início pela recepção do classicismo e o impacto dos descobrimentos. No governo de D. João II e D. Manuel I, o peso da visão de mundo medievalista sobrelevou o das inovações. Até meados do século XVI, foram reduzidos os contatos da vida cultural portuguesa com o humanismo europeu. Estes resultaram antes de iniciativas individuais e desgarradas do que de um propósito assumido de intercâmbio.

Para compreendermos de forma mais precisa a atuação da Coroa portuguesa no século XVI, é necessário que abordemos alguns itens que fundamentaram nosso entendimento. O renascimento e o humanismo são questões que norteiam e auxiliam na compreensão de importantes fatos contextuais do período. Não faremos aprofundamentos maiores dessa temática, mas explanaremos a importância da compreensão desse aspecto. Temos por questão principal analisar como o humanismo norteava questões da sociedade lusitana, bem como sua participação e influência social.

Quando falamos da renascença, é fundamental considerarmos que esse não se trata de um período histórico, mas sim de um movimento secular na vida e cultura. Dias (1969) relata que tal corrente não nega o cristianismo, mas quer a formação intelectual de um homem capaz de desvincular seus atos dos padrões eclesiásticos e teológicos. Trata, em suma, de separar o homem do catolicismo quando o assunto for pertinente à ciência.

[...] Estes desenvolvimentos levaram a exigências de reformas das escolas e universidades, no sentido de se dar menos atenção a assuntos que tinham dominado a educação medieval. [...] a influência humanística sobre a educação foi aumentando ao longo de todo o século XVI. (NAUERT, 2006, p. 139).

²⁰ O classicismo, também denominado por quinhentismo, consiste num tempo literário do renascimento entre os séculos XV e XVI. Foi um período profundamente marcado por transformações culturais, políticas e econômicas.

O pensamento renascentista dava então lugar a um homem preocupado com o posicionamento da igreja e não via problema em colocar-se contra a mesma. Preocupava-se com a leitura e com o acesso aos estudos a fim de esclarecer e desvendar questões sociais julgadas por ele como injustas. Passava a ver, por meio da ótica cristã, seus pares utilizando a religiosidade como lente para enxergar e compreender as coisas mundanas.

Nesse período, as questões políticas, como os duelos e embates, passaram por uma transformação. Tal momento recebeu, ainda, a mudança de uma burguesia emergente e que se formava na condição de homens que defendiam a liberdade social e buscavam uma convivência harmoniosa, à medida que a Igreja Católica, com essa classe social, mantinha os padrões medievais.

As ciências do homem pretendem estruturar-se autonomamente, como ciências maiores e sem dependência hierárquica do saber teológico. O seu método, de momento, é o método histórico, retórico, filosófico, isto é, um método positivo e crítico nos seus processos, e voltado para o real e o concreto das ideias e das coisas nos seus interesses (DIAS, 1969, p.12).

O homem, então, acompanhado de seus interesses, problemas, questões financeiras e sociais passou a ser centro das questões, com os seus problemas dando origem às primeiras revelações do caráter humanista na sociedade. O objetivo principal do humanismo era o de orientar as práticas religiosas e teológicas do culto pelas luzes do humanismo e da escritura. A lógica do cristianismo nessa teoria deveria ser organizada com o humanismo cristão, sempre. Erasmo previa que o cristão deveria ser acessível e viver uma piedade consolidada e popular.

O homem, desde então, é analisado como fator do seu próprio destino e fonte do sentido e do valor do mundo e da natureza. E mais do que isso, contrapondo-se às concepções antigas e medievais do espírito como realidade participada, veem-no na sua condição de realidade imanente, como algo que nasce conosco e conosco se faz (DIAS, 1969, p.15).

O homem no renascimento buscou em suas potencialidades humanas contato com seus próprios conhecimentos relacionados a autores antigos com inovações técnicas, dando assim valor à experiência.

Aqueles homens com teorias inspiradas no movimento humanista, na filosofia e ideologia buscavam transformações na educação e na literatura; apenas

posteriormente foram iniciados os objetivos de alterações políticas e religiosas. Por volta do ano de 1500 foi que nasceu, em alguns humanistas, a necessidade de ressurgimento de vida espiritual, o que levaria, como vimos no item anterior, a uma reforma da igreja. Para Nauert (2006, p. 141),

Os verdadeiros inventores do humanismo cristão foram os humanistas Jacques Lefevre d'Étaples (1453-1536) e Desidério Erasmo (1467-1536). [...] Erasmo era o mais eloquente e o mais direto nas críticas à Igreja da época. [...] Erasmo era também um crítico da injustiça social e um pacifista declarado numa época de guerras freqüentes.

O humanismo nasceu como realidade italiana, porém, aprofundou-se em cada local com o que cada grupo buscava dessa corrente, como afirma Nauert (2006), considerando que havia, nesse século, necessidade de realizar discussões religiosas em consonância com a teologia. Para Dias (1969), o humanismo originado da Itália era o que se referia ao estudo de antigos textos, com idiomas antigos e que de uma forma ou outra contribuísse com seu estudo. O mesmo estava interligado ao conexo cristão na investigação de textos bíblicos e na crítica escolástica.

[...] ao transpor os Alpes, [o Humanismo] transformou-se porém. Teve que se compor com o habito das discussões religiosas, com a problemática teológica-conatural, havia muitos séculos e nesse tempo ainda, a cultura dos povos cisalpinos, e com as forças de pressão derivadas do movimento da Restauração Católica e das tendências heréticas, relativamente aguadas, em acção nesta parte do Continente. No século XV, os espíritos hesitaram entre a exploração instrumental do humanismo e sua aceitação como cultura paralela da cultura teológica. Mas depois a atitude modificou-se radicalmente. O humanismo cristão tornou-se a estrela alva do pensamento europeu, conduzindo-lhes os passos durante algumas décadas (DIAS, 1969, p.17).

Esse humanismo religioso a que nos referimos instalava-se e circulava na Europa. Com a conservação do comportamento português e com o poder real não houve muita abertura, ainda que com os descobrimentos. Este último dá-se por [...] uma razão interessada em busca da mercadoria que assegura o comércio internacional e pode prover os instrumentos necessários, compreendido aí o desenvolvimento da tecnologia (NAUERT, 2006, p. 41).

Ao tecermos o sentido de mudança social, notamos que essa alteração de moldes da sociedade necessitava, sobretudo, de uma forma total de educação que sustentasse a organização. A circulação e movimentação já não eram mais apenas das pessoas, mas também das coisas; passava-se a visar ao lucro de tudo e a parte

jurídica tomava um novo ordenamento. Mais um ponto a ser visto é o do domínio que a Igreja Católica tinha sobre as decisões da Coroa. Assim, fica evidente o movimento humanista dos

[...] laços religiosos e, culturais que Portugal, como reino católico, mantinha com Roma, sede da Igreja. [...] o Papado exigia constantemente contactos directos com clérigos e burocratas de toda a Europa. Para mais vivia-se num século de concílios ecumênicos em que nenhuma nação católica ousaria estar ausente [...] (OLIVEIRA MARQUES, 1974, p.270).

Não nos esqueçamos de que o rei de Portugal era padroeiro da igreja, e que os jesuítas recebiam rendas e ordens do monarca; a Coroa viveu intensamente essas e muitas outras mudanças nos séculos XVI e XVII. Com a crise intelectual do humanismo, houve muitas alterações tanto no campo da inteligência quanto no campo da vida (Pré-Reforma²¹).

Oliveira Marques (1974) acredita que a expansão do humanismo em território luso esteja interligada à expansão ultramarina. Com o poder aquisitivo da Coroa em patamares avançados, os estudantes lusos foram enviados para estudar em Paris, por meio de bolsas de fomento, o que contribuiu para uma formação com carácter humanista, e, ao retornarem, difundiram essa corrente em Portugal.

O humanismo chegou a Portugal por meio, especialmente, de contatos econômicos. Na religião, Oliveira Marques (1974) defende que esse movimento penetrou na sociedade lusitana pelos laços religiosos e culturais, em especial pela ligação do país com Roma, a sede da Igreja Católica. Roma tomava uma posição central na religião e cultura, pois lá se buscavam conhecimento e experiência para a instauração de uma sociedade desenvolvida e moderna.

O humanismo encontra-se na coroa lusa antes do que em muitos países europeus, sendo assim, realizações no campo da cultura e novas correntes de pensamento originárias da Itália haviam de entrar depressa em Portugal (OLIVEIRA MARQUES e SERRÃO, 1997).

Oliveira Marques e Dias (1997) afirmam que, no reinado joanino, o humanismo desenvolveu-se de formas distintas. Num primeiro momento ele apresentou características abertas a divergentes formas do humanismo do século

²¹ Para Dias (1960), a pré-reforma não foi iniciada por uma hierarquia, mas sim por uma reação de intelectuais que agiram em contato com o mundo laico e preocuparam-se meramente com seus problemas.

XVI e, em outro, uma vertente mais ligada ao conservadorismo católico, pendente ao lado conservador, emanado do Concílio de Trento, já no final desse mesmo governo de D. João III.

No campo intelectual a reforma deu-se pelo contato que homens com a mente voltada ao estado laico passaram a ter sobre questões referentes ao bem comum. A reforma, nos países latinos, foi obra com mais destaque das ordens mendicantes; ela não pôde realizar mudanças tão pontuais na história, mas tinha condições de alterar a piedade cristã e várias inquietações religiosas, “fez um esforço considerável para inventar processos de espiritualidade pessoal, viva, interior e acessível ao comum dos cristãos” (DIAS, 1960, p. 15).

No campo da vida, em contraposição ao campo intelectual, o primeiro humanismo não condizia com os pontos da reforma, pois os objetivos dos humanistas não era o de atingir os ascetas, tampouco os místicos, mas, sim, os profissionais teólogos que, em contato maior e direto com universidades, templos religiosos e na condição de pastores de almas, seriam os maiores e mais destacados responsáveis pelas crises religiosas.

No que tange às correntes religiosas do humanismo, temos uma com a liderança de Lefèvre d’Étaples, influente na França, outras com Reuchelin, Ulric Von Hutten e Beatus Renanus, na Alemanha e outra, ainda, com Erasmo com uma repercussão de extensão mundial, o qual rompeu quase que por completo com o tradicionalismo da escolástica e a sistematização de sua origem (NAUERT, 2006).

Quando falamos em humanismo no contexto do século XVI, necessariamente nos referimos ao *erasmismo*. Sua doutrina consistia num cristianismo reformado com mais enfoques espirituais e evangélicos. Mattoso (1997) relata que o movimento humanista coordenado pelo *erasmismo* assumiria uma resistência à reforma protestante, ou seja, auxiliaria no combate da destruição à igreja de Roma.

Os humanistas, de cunho mais idealistas, impressionavam-se muito com as publicações de Erasmo. Suas preocupações iniciais eram, assim como a do humanismo inicial, a literatura e os aspectos linguísticos. Nauert (2006) afirma que o programa religioso daquele foi encoberto pelos teólogos conservadores entre 1500 e 1530, porém

Isto não significa, no entanto, que o humanismo, em todos os seus aspectos, tenha desaparecido, mas as suas ambições foram-se tornando mais limitadas. O humanismo conservou e até aumentou o

seu papel na educação das classes de elite na Europa, seculares e eclesiásticas. Nos territórios católicos, a nova Ordem dos Jesuítas, tornou-se rapidamente numa das forças mais poderosas da educação europeia. O ataque de Erasmo, a corrupção no clero e a sua piedade individualista impediam que o humanismo erasmiano fosse aceito nas escolas jesuítas. Mas o lado clássico, não erasmiano do humanismo tornou-se uma especialidade jesuítica (NAUERT, 2006, p.145).

Trataremos posteriormente, na próxima seção, sobre as formas de ensino realizadas na Companhia de Jesus, mas aqui já enfatizamos que, com a influência humanista na educação e cultura perdurando o século XVI, Aristóteles é referência nos estudos jesuíticos, sendo fundamental na escolástica como um todo. Não foi seguido cegamente, mas muitas das determinações aristotélicas foram predominantes.

No que diz respeito a essas influências nos estudos da matemática e da astronomia, “[...] para Aristóteles, o conceito de experiência não implicava uma experimentação moderna [...]” (NAUERT, 2006, p. 150). Para o filósofo grego, na verdade, experiência era advinda de qualquer observação comum para testar determinado item e não apenas algo específico para estudar um caso isolado.

As novas descobertas científicas passaram a conduzir a revolução no campo das ciências, o que envolvia as considerações acerca da indução, experiência e experimentação. A matemática iniciou um papel maior e mais importante nas mudanças científicas que originaram a ciência moderna. Nicolau Copérnico (1473-1543), com a obra *De revolutionibus orbium coelestium* (*As revoluções dos Orbes Celestes*), de 1543, iniciou o primeiro fundamento da ciência física a afetar todo o seguinte próximo século. Com fatos que poderiam ser observados, mas não explicados apenas teoricamente, os portugueses começaram a investir mais nesse tipo de estudo.

Para tanto, o humanismo erasmiano, instituído pela suma católica, passou a ser, aos poucos, extinto de Portugal, e os estudos do método escolástico a ter privilégios na tradição lusa.

Erasmismo e luteranismo – já o dissemos mais de uma vez – representam posições organicamente distintas. O primeiro pugnava pela reforma intelectual e moral dos cristãos, mas sem prejuízo das linhas essenciais da ortodoxia, ao passo que o segundo investia frontalmente com os princípios teológicos e a organização tradicional da Igreja. Erasmo sustentava a aptidão da vontade para o exercício das boas obras e o valor destas para a salvação; Lutero rejeitava sem apelo todo

o mérito das obras, toda a justiça inerente, toda a liberdade do arbítrio. Enfim, a oposição erasmiana ao *status quo* religioso refere-se principalmente à sua prática, ao seu espírito; a luterana, pelo contrário, é uma oposição revolucionária, radical, subversiva (DIAS, 1969, p. 210-211).

No entanto, Costa (2004, p. 106) discute que o luteranismo e o erasmismo, embora distantes teológica e ideologicamente, foram confundidos de tal forma que Portugal isso

[...] foi resultado da desordem ideológica e da crise política estabelecidos em Portugal, principalmente a partir da morte de D. João III. Erasmo chegou a ser convidado pelo Rei Piedoso para dar aulas em Coimbra e teria dedicado um dos seus livros a este Soberano, no entanto, o processo de reforma interno do clero regular e secular, a inauguração de uma nova forma de piedade, a fundação do Tribunal da Santa Inquisição e a instalação da Companhia de Jesus em terras lusitanas, contribuíram para identificar qualquer forma de crítica mais contundente à Igreja, como no caso de Erasmo, como expressão do protestantismo. Em vista disso Portugal se tornou praticamente refratário à cristandade protestante.

E, para finalizarmos nossas considerações acerca do movimento reformista português, abordamos as reflexões de Dias (1960) quando este afirma que o Portugal dos *Quinhentos* passou a ser um estado reformado que, abandonando apenas princípios catolicistas, tornou-se terra de reforma tridentina.

A Coroa adotou a reforma católica em terra lusitana e a impulsionou para que o país se tornasse uma potência avançada no cristianismo de todo o mundo. Nas guerras, com as espadas ia também a cruz, pois aqueles soldados da monarquia portuguesa eram de Cristo. Por meio do padroado a Coroa perpassava por vários territórios desconhecidos em nome de Deus e do rei, realizando uma ação evangelizadora e de conversão (COSTA, 2004).

Durante séculos, a união da Cruz com a Coroa foi exemplificada pela peculiar instituição (...) do padroado real da Igreja do ultramar exercido pela Coroas ibéricas: Padroado Real em português e Patronato (ou Patronazgo) em espanhol. O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesíásticas na África, Ásia e Brasil (Boxer, 1978, p. 99).

O padroado, no século XVI, funcionava como instituição típica dos reinos ibéricos, um privilégio da corte papal, na medida em que oferecia deveres aos soberanos, que por sua vez passavam a ser patronos da expansão religiosa e cristã.

2.6. Considerações acerca dos reis do século XVI

Os reis citavam constantemente em suas cartas, do século XVI, a expressão “*façam isso a serviço de Deus e meu*”. Paiva (2012) esclarece que a concepção que se tinha da realidade era em todos os sentidos levada em conta pelas referências ao divino. Como citamos anteriormente, o rei era concebido como a cabeça de todo o corpo social, tudo deveria ser feito para a sua glória, logo, para a glória de Deus. Sendo assim, a presença divina estava entre todos os homens, tanto para o auxílio espiritual como para os atos cotidianos, como os negócios financeiros, ou seja, atendia a qualquer esfera social.

Os documentos atestam: reis, nobres, clero e povo falam a mesma linguagem religiosa e se comunicam mutuamente sem se estranharem. Trata-se, com efeito, de um entendimento que todos têm da própria realidade, fundado na explicitação teológica do mundo cristão: um mundo religioso, em que todos os aspectos ganham significado pro sua referência a Deus, Deus ocupando todo o espaço da realidade; o rei O representando. Para além dos interesses imediatos do documento, que definem mesmo o gênero literário e circunscrevem destarte o argumento, está subjacente, como fundamento, a crença na Presença divina, presença que preenche de significado o universo e a realidade social (PAIVA, 2012, p. 53).

Foi possível observar, por meio dessa citação, a presença, como diria a Sagrada Escritura, onipresente de Deus. Ele estava pronto a auxiliar e participar da realidade de todos os indivíduos, não sendo apenas personificado secundariamente. Essa figura divina é emergente e trata das mais várias formas de representações sociais, sejam quais forem as atividades realizadas pelos homens. Todos os benfeitos e malfeitos do rei e toda a sua administração eram realizados com as justificativas de atender ao bem e à glória de Deus. A ajuda divina deveria estar sempre presente, o que justificava toda a esfera religiosa que pairava sobre o território luso.

O rei era ainda considerado, principalmente nos séculos XV – XVI, um defensor da justiça, indivíduo que a garantiria, exercia uma figura paterna daquela população, ele possuía a autoridade e com ela deveria governar e determinar a legislação vigente, sendo um representante da figura divina na terra.

Para que o povo tenha na figura real o paradigma a seguir em todas as circunstâncias, tem de ser na sua pessoa dotado de qualidades que o tornem famoso e digno: temperança, honestidade, humanidade, clemência, comedimento, bondade, amor, fortaleza, liberalidade, continência, verdade, vontade, firmeza, entendimento, constância, clareza, diligência, gravidade, lealdade, solicitude, prudência, discricção, magnanimidade e amor às letras. Se a este arrolamento se juntar [...], estamos perante ao Rei perfeito (MATTOSO, 1997, p. 61).

Para Mattoso (1997), o rei quatrocentista e/ou quinhentista dizia-se e queria-se como governador e possuidor da ciência, com poder absoluto e movimento próprio. E, ao adentrar ao século XVI, houve o reinado do antecessor de D. João III, D. Manuel, cognominado *O Ventura*, ou *O Bem-Aventurado*, ou ainda *O Afortunado*, de 1495 a 1521; é assim conhecido tanto pelos felizes encontros que o levaram ao trono²² como pelo que ocorreu em seu reinado.

Mas foi apenas a Corte de D. João III que recebeu glória de uma atuação reformista (DIAS, 1960). Princípios como esses não são realizados apenas pelo rei, mas pelos irmãos, infantes, como, por exemplo, o Infante D. Luís com a expansão dos capuchos e dos jesuítas e a atenção ao ensino e ciências, dada por D. Henrique.

Em pleno século XVI, D. Manuel governou a Coroa de forma a ter muitos lucros, advindos especialmente das atividades do comércio marítimo, cujo monopólio detinha no Oriente. A corte era uma das mais ricas e luxuosas da Europa e o reino era abrilhantado por grandes festas e banquetes luxuosos.

No que diz respeito à educação, D. Manuel patrocinava artes e cultura. Na literatura, nas peças de teatro, poesias e ciências, o rei investiu e as apoiou, para que o avanço ocorresse e contribuísse com seu território em expansão. Almeida (2003, p. 379) afirma que

D. Manuel casou pela primeira vez, em Outubro de 1497, com D. Isabel de Castela, viúva do Príncipe D. Afonso, filho de El-Rei D. João II. A Rainha D. Isabel morreu de parto a 24 de agosto de 1498, deixando um filho, o Príncipe D. Miguel da Paz, que faleceu em Granada a 20 de Junho de 1500.

Casou El-Rei D. Manuel em segundas núpcias, em Alcácer do Sal, a 30 de Outubro de 1500, com a Infanta D. Maria de Castela, irmã de sua primeira mulher.

²² D. Manuel I ascendeu inesperadamente ao trono em 1495 em circunstâncias excepcionais, sucedendo ao seu primo direto, D. João II de Portugal, de quem se tornara protegido.

Do casamento com D. Maria de Castela, D. Manuel teve os seguintes filhos: D. João, que o sucedeu ao trono; D. Isabel; D. Beatriz; D. Luís, discípulo do famoso matemático Pedro Nunes; D. Fernando; D. Afonso, que foi bispo de Évora; D. Henrique, que foi arcebispo de Évora e Lisboa, além de cardeal e rei de Portugal; D. Maria; D. Duarte; D. Antonio. E, já em terceiro casamento, com a infanta de Espanha D. Leonor, filha de Filipe I, nasceram D. Carlos e D. Maria.

Com o falecimento do rei D. Manuel, em 1521, assumiu a monarquia lusa D. João III, *O Piedoso* ou *O Pio*, conhecido assim por sua devoção religiosa e por sua consideração com os assuntos eclesiásticos. Mattoso (1997) tece considerações acerca de que, logo após falecimento de seu pai, o responsável pela Coroa, D. João III, continuou com uma política que garantia a construção de um aparelho burocrático, então de forma mais efetiva, dando sempre continuidade às ações já desenvolvidas pelos monarcas anteriores.

O governo joanino dividiu o reino em novas organizações, criou novos tribunais, novas ordens e, especialmente, o santo ofício da inquisição, redefiniu funções políticas de integrantes de suas comissões como chanceler-mor, chanceler da Casa da Suplicação, juiz da chancelaria, desembargadores e afins. Almeida (2003, p. 383) relata, no entanto, que D. João III manteve um reinado bem restrito.

[...] formou-se a opinião geral de que o novo monarca devia casar com sua madastra, a Rainha viúva, D. Leonor. Não havia discrepâncias: a nobreza, o povo, a câmara de Lisboa, os procuradores dos mesteres, - todos queriam o casamento. A Rainha – diziam – era nova, não era estéril, era conhecida e amada de todos; e como já era bem sentida a amarga condição da fazenda real, acrescentava-se que por tal casamento se poupava o pagamento de grossas arras que eram devidas à Rainha D. Leonor.

D. João III declarava não ter ânimo em chamar de esposa aquela que havia chamado de mãe. Então, pediu em casamento D. Catarina de Áustria, irmã de Carlos V; ou ao menos almejava isso. Por procuração, em 18 de agosto de 1524, e por palavras em presença, casou-se com a última em Lisboa, em 5 de fevereiro de 1525.

O monarca ganhou destaque com sua modernização e investimento cultural tanto quantitativa como qualitativamente. É conhecido como benfeitor da Companhia de Jesus por ter posteriormente aberto as portas do território luso para que a ordem inaciana adentrasse ao território português.

Outra informação importante é que esse monarca trazia uma dualidade em momentos de seu reinado. Alguns autores, como Oliveira Marques e Serrão (1998, p. 738), dividem o reinado daquele em dois períodos distintos: um aberto ao humanismo e adepto a tal corrente intelectual e outro mais conservador e católico.

Foi, em grande parte, devido a sua juventude e às mudanças de diferentes conselheiros, mais ou menos progressivos, aliadas às amarguras da vida do rei, que se pode falar da existência de dois períodos diferentes de governação do reinado de D. João III: o primeiro, mais tolerante e aberto as novas correntes, o segundo mais radical e retrógrado. Convém ainda, na compreensão do que se passou nos finais dos anos 40 e ao longo das décadas de 50 e 60, não escamotear um outro aspecto: a idiosincrasia do próprio D. João III. De fato, o monarca, por motivos de ordem pessoal – a morte de quase todos os seus irmãos e de todos os seus filhos – encerrou-se numa religiosidade cada vez mais intensa, ficando, pois, altamente avesso a tudo o que pudesse apresentar, ainda que remotamente, qualquer indício de heresia. Não é, pois, de afastar a hipótese de esses eventos terem contribuído para avolumar a repressão ideológica.

Ainda na compreensão de um contexto europeu que guiava também a Coroa portuguesa, Dias (1969, p. 724; 725) observa que

[...] a análise revela-nos, com efeito, três fases distintas na marcha evolutiva do governo de D. João III: a fase inicial, de abertura ao irenismo; a fase de hesitação ou compromisso entre o irenismo e as exigências de reacção anti-luteranas, que podemos situar entre 1540 e 1550; e a fase de transição para a Contra-Reforma, que se estende pelos anos seguintes, até o fim do reinado. Em qualquer delas, como aliás na própria mudança de umas para as outras, parece avultar a superação orgânica das tendências contraditórias de pessoas e políticas, e portanto um pensamento e um programa que não flutuaram ao acaso das opiniões ou paixões surgidas do momento. Foi com lentidão, senão até com relutância, que se passou do irenismo ao contra-reformismo [...].

A referência à vida do monarca impôs-se para pontuar acontecimentos da própria ordem monárquica e sua influência nas tomadas de decisão e, conseqüentemente, os rumos tomados na sociedade portuguesa. Para tanto, durante todo o reinado é importante enfatizarmos que não ocorriam meramente fatos isolados que influenciavam as decisões da Coroa.

Encontramos em autores como Dias (1969), por exemplo, que D. João III era muito influenciado tanto pela assistência dos ministros e conselheiros como pela própria família real, que, por vezes, auxiliavam-no em várias tomadas de decisões

na condução do governo. O monarca benfeitor levava em conta a opinião de seus irmãos tanto para a tomada de decisões que dissessem respeito às navegações ultramarinas até as reflexões progressistas erasmianas. D. João III em relação à Coroa portuguesa

Estimula e desenvolve ao máximo as ciências náuticas e a marinha nacional. É do seu tempo a publicação de importantíssimos trabalhos da especialidade como o famoso *Tratado da Esfera* de Pedro Nunes, os Roteiros de D. João de Castro, de André Pires, de Pedro Lopes de Sousa, de Diogo Afonso, o *Tratado da agulha de marear* e o *Livro Somário e Repartidor* de João de Lisboa (ambos também com valiosos Roteiros anexos), o *Livro de Rotear* – entre muitos. Para o Oriente manda o Rei trinta e oito armadas (média superior a uma por ano) e só destinadas à Índia largam de Lisboa duzentas e trinta e oito naus (AMEAL, 1968, p. 280).

O monarca fundou em 21 de fevereiro de 1548, em Coimbra, o Colégio das Artes, que seguia o modelo do Colégio de Santa Bárbara de Paris, lá consistia, entre outros objetivos, preparar os jovens para entrarem *a posteriori* na universidade. Para dar mais ênfase à questão educativa, o rei investiu e modernizou a cultura lusitana com o objetivo de reorganizar o posicionamento de seu reino na Europa e demonstrar, acima de tudo, evolução na racionalização e secularização do poder quinhentista em território português e, conseqüentemente, na edificação de um Estado moderno.

Mattoso (1997) relata que, em 1526, o teólogo Diogo de Gouveia, a mando do rei, arrendou o colégio parisiense, de Santa Bárbara, com bolsas para estudantes portugueses com os intuítos de disseminar o conhecimento e fortalecer os elos científicos da sociedade lusitana, pois, assim que regressassem, deveriam ser agentes da reforma do ensino. Vale ressaltar que os anos de 1527 a 1547 foram o eixo principal da vida cultural lusa, em que se tornou incisiva a prática educacional no campo do humanismo.

Veremos na seção a seguir uma ênfase maior à geração dos *quinhetos* e às mudanças sociais que os colégios e seus respectivos ensinamentos proporcionavam à sociedade. Mas, de antemão, já afirmamos que o Colégio Real das Artes, uma das principais realizações do governo joanino, alcançou um patamar altíssimo nas instâncias do poder e representou uma cultura portuguesa pronta a se mostrar tal qual potência expandida numa Europa já desenvolvida. Assegurou, também, uma passagem de nova época, nova geração para os moldes modernos.

Dias (1969) relata que no reinado joanino (como também pudemos identificar nos documentos) a família real tinha grande peso nas tomadas de decisões. O rei instruía os infantes D. Afonso e D. Henrique que tomassem tento e auxiliassem no que dizia respeito à cultura e funções religiosas e políticas, automaticamente comprometendo ambos a exercer funções morais e intelectuais.

À medida que D. Afonso se debruçava mais sobre questões referentes à restauração católica e exercia o humanismo de Erasmo, D. Henrique voltava seus olhares, com maior pertinência ao relacionamento da Coroa, enquanto Estado, à religiosidade cristã católica. O cardeal infante, que era reconhecido por sua imensa receptividade e apoio à Companhia de Jesus, apoiava as atividades pedagógicas jesuíticas, que eram fortemente reconhecidas pelo governo Português e se espalhavam por todo o reino. Tanto é que em 1555, após a crise luterana, foi entregue aos jesuítas o Colégio das Artes, até então administrado pela Coroa.

D. João III teve nove filhos com D. Catarina e dois outros ilegítimos. Sendo um dos primogênitos, D. João Manuel, que nasceu em Évora em 1537 e foi jurado ao trono em 1544, casou em 1552 com a princesa Joana e faleceu em 1554. A importância histórica de D. João Manuel foi ter sido pai do futuro rei D. Sebastião. Segundo Serrão e Oliveira Marques (1998), o monarca benfeitor da Companhia de Jesus, D. João III, foi profundamente marcado pelo seu afastamento pessoal dos negócios da Coroa durante os últimos cinco anos de seu reinado que antecederam sua morte.

Três dias após a morte de D. João III, D. Catarina convocou os duques de Bragança e Aveiro, os condes da Castanheira e Vimioso, o regedor da Casa da Suplicação, o barão de Alvito, o chanceler-mor Gaspar de Carvalho e os vereadores do Senado de Lisboa para um conselho que, por meio do secretário de Estado, Pedro de Alcáçova Carneiro, informaram-se dos apontamentos de D. João III sobre o reino: D. Catarina deveria ser tutora de D. Sebastião até os 20 anos do monarca. A rainha hesitou à indicação, mas aceitou posteriormente com a condição de o cunhado, D. Henrique, ser adjunto do governo. Almeida (2003, p. 409) relata que

[...] o Cardeal D. Henrique pôde convencer sua cunhada a aceitar um jesuíta para mestre de El-Rei. Valeu-se no negócio da influência do Padre Miguel de Torres, jesuíta e confessor da Rainha; [...] Foi então escolhido o Padre Luís Gonçalves da Câmara, que estava em Roma e foi logo chamado ao reino.

D. Catarina e D. Henrique sempre cultivaram boa relação para desenvolvimento dos negócios. O cunhado não era muito ambicioso, o que favoreceu um bom clima entre os dois. Ao que parece, ambos sabiam repartir a doce e suave competência de comandar.

A rainha D. Catarina, na terceira vez em que anunciou abandonar o trono, no dia 23 de dezembro de 1562, viu as cortes elegerem regente o cardeal D. Henrique até a maioridade de D. Sebastião, tendo aquele ficado na função até 20 de janeiro de 1568. Nesse dia o rei D. Sebastião, com 14 anos de idade, foi coroado e assumiu o governo. Com espírito aventureiro, o jovem rei, dez anos depois de coroado, perdeu uma batalha e foi dado como desaparecido. Então, em 1578, D. Henrique foi aclamado rei na igreja do hospital de Todos os Santos.

A câmara de Lisboa, querendo alimentar uma esperança ilusória, pediu a El-Rei que procurasse haver dispensa do Pontífice para contrair matrimônio e dar sucessão ao reino. O Cardeal repeliu a proposta. Insistiram nela; meteram nisso o jesuíta Padre Leão Henriques, confessor de El-Rei, e outros religiosos e letrados. D. Henrique protestava contra o conselho, indigno da pureza sacerdotal. (ALMEIDA, 2003, p. 436).

Dom Henrique, com uma formação humanística e religiosa, com aprofundamentos em artes e letras, escreveu várias obras de espiritualidade e valorizava de forma especial debates com ideias intelectuais. Para tanto, organizava em sua casa conversas a fim de elucidar seus pares a respeito de princípios que desejava tomar o seu reino.

Teólogos, filósofos, retóricos e humanistas encontrar-se-iam em serões literários, cuja realização era por ele implementada. As matérias dessas discussões parecem, aliás, sugerir a participação de outros especialistas, com formação em matemática, astronomia, ciências da natureza [...] (POLÓNIA, 2009, p. 64).

Não apenas por responder agora pela monarquia lusa, a personalidade de D. Henrique era central tanto na vida religiosa como na política. Exercia função direta nas atividades religiosas e estimava e zelava pela sua figura pública. No que dizia respeito ao incentivo à educação, o cardeal interveio por um grande número de instituições pedagógicas e as auxiliou tanto nas práticas docentes como no fomento e apoio, além de financeiro, pessoal. Francisco Rodrigues (1931b, p. 85) assegura:

O cardeal infante D. Henrique foi um dos mais ativos e beneméritos promotores das letras em Portugal. Nas três dioceses que regeu

como prelado, admiramos entre os seus primeiros e principais cuidados o de erigir colégios e casas de educação, não somente para o clero, mas para toda a classe de cidadãos.

Seu perfil humanista salienta em sua preocupação nas interpretações de obras e orientação pedagógica para com os institutos de ensino.

O reinado do cardeal D. Henrique é, assim, um período de luta política intensa. [...] fraqueza do poder central, a ameaça da invasão castelhana e a constituição de diversos grupos em conflito criam um espaço de debate único, que permite o aparecimento de iniciativas inovadoras, nomeadamente a dos procuradores dos conselhos, quando reclamam o direito de eleger o rei (Mattoso, 1997, p. 550).

Contudo, a atuação política do cardeal infante e suas realizações correspondiam a algumas transformações que iam do Santo Ofício à criação do Conselho de Estado, indo até a reorganização administrativa da Coroa com atuação na reforma da igreja.

Serrão e Oliveira Marques (1998) escrevem que, no breve reinado de D. Henrique, é facilmente identificado, por meio das fontes, que o mesmo precisou enfrentar vários problemas, assumiu postura contrária muitas vezes à de D. Sebastião e não deixou um homem sequer sem punição, para tanto, ficou rodeado de novos homens.

Segundo Mattoso (1997), em 1579 as cortes passam a pensar mais firmemente na questão da sucessão, pois com D. Henrique à frente do reino a Coroa ficou mais comprometida politicamente. Consciente do problema de sucessão, o cardeal rei, antes de seu falecimento, ainda enfrentou sérios e graves problemas para deixar um sucessor. Em 31 de janeiro de 1580 faleceu D. Henrique, e assumiu a coroa portuguesa Filipe II da Espanha, denominado Felipe I de Portugal.

Após emprendermos o esforço para tratar essa conjuntura do século XVI e partindo do pressuposto de que a educação, seja ela formal ou informal, está dialeticamente interligada à cultura e à sociedade, daremos início às questões mais centrais que norteiam este trabalho: o papel desenvolvido, principalmente educacional, pela Companhia de Jesus no Portugal dos *quinhetos*.

3. A COMPANHIA DE JESUS E A EDUCAÇÃO: ASPECTOS DA PRESENÇA JESUÍTICA EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

Após considerações realizadas a respeito de um panorama geral do século XVI no que diz respeito às questões sociais, culturais e religiosas na Europa e em Portugal, temos nesta seção o objetivo de contextualizar alguns itens e/ou fatos que subsidiem maior compreensão da ação missionária dos padres jesuítas no território luso. Se a intenção da primeira parte deste trabalho foi delinear o percurso que originava as necessidades sociais do século XVI, nesta analisaremos os princípios de Inácio de Loyola na formação da Companhia de Jesus.

Explicitaremos algumas relações que elucidem a chegada dessa Companhia em Portugal e o envolvimento daqueles padres com o ensino naquele lugar. É importante ressaltar, mais uma vez, que, para além dos aspectos educacionais, tomamos o conceito de educação como algo abrangente, que transcende as barreiras de uma instituição escolar.

Realizar considerações a respeito do ensino Inaciano, bem como analisá-lo na quarta parte das Constituições elaboradas pelo fundador da Companhia de Jesus e na *Ratio Studiorum*, é importante à medida que evidencia as formas como os padres conduziram o magistério e os métodos de ensino-aprendizagem em seus colégios.

Inácio de Loyola esperava, em seus colégios, a procura de alunos por uma formação científica, letrada e não apenas virtuosa. Ele desejava formar homens dispostos a atender a todos os chamados do santo padre, o papa, nos trabalhos religiosos, fossem lá quais fossem os princípios formativos daqueles que os seguiam. Para Loyola, era necessário ter como ponto alto de seus objetivos: tudo a todos, para ganhar todos a Cristo.

Os colégios administrados pelos jesuítas, que aqui serão tratados, eram em princípio casas de formação da própria ordem, seminários de futuros jesuítas, e, posteriormente, tais instituições se abriram para jovens em geral; de colégios

particulares, alguns passaram à condição de públicos, no sentido de serem abertos para quem quisesse lá estudar, independente se desejavam seguir a carreira eclesiástica.

Os padres da Companhia declaravam abertamente que, antes mesmo do magistério, o objetivo deles era promover a educação unificadamente da fé cristã. E, para eles, promover a educação auxiliaria no investimento da arte da persuasão, o que desenvolveria automática e conseqüentemente a imaginação e emoções intelectuais.

Ao nos colocarmos frente aos aspectos da presença jesuítica na educação dos domínios da Coroa portuguesa, no século XVI, é imprescindível realizarmos as reflexões que faremos a seguir. Então, partindo do pressuposto que esse século é permeado pela religião, vemos a necessidade de evidenciar, a seguir, a interpretação dos fatos elencados. A Companhia de Jesus, para além de converter almas e servir ao catolicismo, serve aos homens por meio de uma educação pautada no amor a Deus.

3.1. Inácio de Loyola e a formação da Companhia de Jesus

Observamos, tanto por meio de obras religiosas como por relatos de historiadores, que a Companhia de Jesus já existia desde 1534. Consideramos importante destacar que ela não nasceu com a bula papal *Regimini militantes ecclesiae*, de 27 de setembro de 1540, mas sim foi oficializada com tal documento. A aprovação oral da companhia aconteceu consideravelmente de forma rápida, o que se apresentou complexo foram as dificuldades para oficializá-la.

Este trabalho não tem o objetivo de contar, em pormenores, a história da ordem religiosa, no entanto, vemos a necessidade de demonstrar a conjuntura que a compõe. Da mesma forma como no século XVI falar do poder político do rei era dizer sobre sua influência religiosa, falar de Portugal, nesse período, é também referir-se aos inicianos.

Inácio nasceu em 1491, no castelo de Loyola, província de Guipuzcoa. Por volta de 1523, por problemas de saúde, decorrentes de ferimentos causados em uma batalha, na qual o mesmo foi guerrilheiro e defendeu Pamplona das tropas francesas, com machucados nas duas pernas, ficou imobilizado e doente e passou a fazer leituras a respeito da mística religiosa.

Em 1524, aquele que viria a ser considerado pai da Companhia de Jesus, começou a estudar latim e a realizar leituras sobre Aristóteles. Mais tarde, iniciou estudos em Alcalá, que posteriormente é trocada por Salamanca, e, em ambos os locais, ele foi preso pela Inquisição por desenvolver atividades de apostolado. Ficou em Salamanca por pouco tempo e seguiu para Paris. Loyola escreveu uma autobiografia, relatando sua estada em Paris, onde permaneceu empenhado na conversão das almas, seu objetivo primeiro e principal.

Por volta do ano de 1529, com o objetivo de melhorar ainda mais o latim, Loyola estudou no Colégio de Montaigu, mesma instituição que tivera outrora como alunos Erasmo de Roterdã e João Calvino. No Colégio de Santa Bárbara²³, de Paris, dirigido pelo velho Diogo de Gouveia²⁴, Inácio encontrou dois amigos, com os quais dividiu quarto: Favre e Xavier.

A formação inicial da *Societas Iesu* foi realizada com a liderança de Loyola, a princípio com Francisco Xavier e Pedro Favre e, embora ainda com resistência de Xavier, por volta de 1533 ambos já estavam imersos em um processo de conversão e envolvidos com a causa jesuítica (ainda que a companhia viesse a ser criada, oficialmente, em 1534).

Ainda em 1533, Inácio encontrou em Paris dois espanhóis que haviam chegado havia pouco tempo: Diego Laínez e Alfonso Salmerón, jovens que tinham, respectivamente, entre 17 e 20 anos de idade. Sob a direção de Inácio, fizeram os Exercícios Espirituais²⁵ e tomaram um rumo diferente do que os levou à capital. Aproximadamente no ano de 1534, os primeiros amigos fundaram, em Paris, a *Societas Iesu*, ou como ficou conhecida a Companhia de Jesus. Associaram-se aos primeiros outros dois estudantes: Nicolau de Bobadilha, formado em filosofia em Alcalá e teologia em Valladolid, e um português que também havia estudado em

²³ D. Manuel, rei de Portugal, tentou por várias vezes comprar o Colégio de Santa Bárbara, de Paris, mas, como não conseguiu por vários motivos, mantinha muitos estudantes portugueses em tal local. Edificado em 1460, o colégio era o mais conhecido no reino português. O reitor – que era português – desejou transformar o colégio em uma local de formação para futuros teólogos, mais tarde, despertando o interesse do rei de Portugal, D. João III, por esse projeto. Para tanto, no reinado joanino, o monarca acordou em conceder bolsas financiadas pela Coroa aos estudantes de Portugal que para lá se deslocassem.

²⁴ Utilizamos o nome Diogo de Gouveia Velho, para diferenciar do sobrinho, professor do Colégio das Artes de Coimbra.

²⁵ “Por esta expressão, Exercícios Espirituais, entende-se qualquer modo de examinar a consciência, meditar, contemplar, orar vocal e mentalmente, e outras atividades espirituais [...]” (LOYOLA, 2002, p. 11). Para saber mais, leia-se: INÁCIO DE LOYOLA, Santo. **Exercícios Espirituais**. 7a ed.. São Paulo: Loyola, 2002.

Paris, desde 1527, Simão Rodrigues. Em 1535, enquanto Inácio fazia sua última visita à sua família a fim de seguirem às primeiras missões, antes que os outros partissem de Paris,

[...] uniram-se na mesma determinação três franceses – Cláudio Jay (o amigo de infância de Favre de Savóia), Paschase Broet (de Picardia) e João Codure (de Provence), os quais, como seus novos confrades, possuíam o grau de Mestres de Artes da Universidade. Favre recrutou esses três novos colegas e guiou-os através dos *Exercícios* (O'MALLEY, 2004, p. 58).

Vestidos como simples estudantes e apenas com mochilas, os primeiros jesuítas partiram em viagem. Foram a Veneza com bíblias e papéis de anotações pessoais. Ao chegarem, em 1537, Loyola os esperava havia pouco mais de um ano. E, enquanto os aguardava, teve alguns problemas com o clero local, pela prática dos Exercícios Espirituais com o objetivo de guiar, cada vez mais, pessoas à fé cristã.

Um dos objetivos da ordem religiosa era o de tomar Jerusalém para os cristãos, mas, já que os navios não partiriam para a Palestina por causa do inverno muito forte, os padres, em dois grupos de cinco, dividiram-se e pregaram no Ospedale degli Incurabili, um hospital, confessando os enfermos e auxiliando nos trabalhos desenvolvidos no local.

O primeiro grande projeto da nova ordem religiosa que acabara de ser criada era realizar uma espécie de cruzada moderna, indo até Jerusalém com o intuito de converter os gentios e infiéis e retomar a cidade santa para a Igreja Católica. Como a viagem não se realizou, em função da proibição, pelos turcos, de visitas à Jerusalém, os sete fundadores acrescidos já de outros foram para Roma, onde sujeitaram-se às ordens do Papa (COSTA, 2004, p. 18).

Em Roma, os integrantes pediram bênção a Paulo III. Inácio ficou para trás, pois temia a reprovação do cardeal Carafa e do doutor Pedro Ortiz, que o denunciaram por possível heresia. Em Veneza, em junho de 1537, seis deles, com Inácio, foram ordenados sacerdotes. Depois em grupos de três ou quatro dispersaram-se para Verona, Vicenza, Monselice, Bassano e Treviso.

Mestre Inácio pregava em espanhol na igreja de Nossa Senhora de Monserrate; os outros, em italiano, conforme podiam: Mestre Fabro e Mestre Xavier em São Lourenço in Damaso; Mestre Jaio, com particular agrado, em São Luís dos Franceses; Mestre Salmerón em Santa Lúcia; Mestre Simão em Sant'Ângelo in Pescheria; Mestre Bobadilha numa igreja que está em Banchi (São Celso); Mestre Laínez em San Salvatore in Lauro (ROSA, 1954, p. 38).

Inácio organizou um esboço nomeado *Formula Instituti*, com cinco artigos. Apresentou-o ao papa por intermédio do cardeal Gaspar Contarini, um dos maiores amigos do fundador em Veneza. Em 3 de setembro de 1539 ele teve a aprovação verbal da ordem religiosa em Tivoli, mas, com a oposição do cardeal Bartolomeu Guidiccioni di Lucca, os padres não conseguiram anuência. O cardeal era contra a multiplicidade de ordens religiosas. Após um ano de contradições, o mesmo cardeal retomou sua decisão, dando menos atenção a recomendações de fora, e foi publicada, em 27 de Setembro de 1540, a bula de Paulo III: *Regimini Militantis Ecclesiae*. Somente os dez companheiros citados anteriormente estavam listados na bula, no entanto, a companhia já havia crescido substancialmente. Essa bula deu existência a uma nova ordem religiosa, denominada *Companhia*.

Era uma espécie de milícia, arvorando por insígnia o nome de Jesus, e inscrita sob a bandeira da Cruz, para servir só ao Senhor e ao seu Vigário na terra, desejando principalmente auxiliar as almas na vida cristã, na doutrina, na propagação da fé, mediante pregações públicas e todo o ministério da palavra de Deus, os Exercícios espirituais e as obras de caridade, em especial a instrução cristã às crianças e pessoas rudes, e a consolação espiritual dos fiéis no tribunal da penitência (ROSA, 1954, p. 40).

Para tanto, a Companhia de Jesus, sobretudo, trazia como lema o nome de seu principal responsável, com pensamentos de que a obediência seria um de seus princípios. Os padres formaram uma ordem militante que combatia com as armas da igreja a conversão à fé cristã católica.

No livro informativo e de divulgação, *Características da Educação da Companhia de Jesus* (1987), os princípios inacianos foram estabelecidos com a justificativa de que a ordem foi fundada para

[...] dedicar-se principalmente ao proveito das almas na vida e doutrina cristãs, e para a propagação da fé, por meio de pregações públicas, do ministério da palavra de Deus, dos Exercícios Espirituais e obras de caridade, e concretamente pela formação cristã das crianças e dos ignorantes, bem como por meio de confissões, buscando principalmente a consolação espiritual dos fiéis (Características da Educação da Companhia de Jesus, 1987, p. 60).

Inácio desejava que os integrantes de sua Companhia tivessem a liberdade para moverem-se da forma como entendessem necessário, e fixar-se em instituições, como mosteiros, por exemplo, poderia comprometer a dedicação a qual pensava ser necessária; eles deveriam ter apenas como meta: “[...] em todas as

coisas amar e servir a Divina Majestade” (Características da Educação da Companhia de Jesus, 1987, p. 60). No que diz respeito às características do chefe da ordem, quanto ao governo de Inácio para com a *Societas Iesus*, nas palavras de O’Malley (2004, p. 47),

O superior não possuía somente os dotes de um grande capitão de gênio estratégico, de mente ordenadora, que lhe reconhecem os menos profanos, não somente as qualidades de um homem de governo e de ação, ou as virtudes de asceta e austero mestre de espírito, prendado de poucas mas de fortes e grandes idéias. Ele tinha outrossim toda a ternura e compaixão, a solícitude e ternura de pai: um tesouro de afetos suaves mas sempre viris e operosos; algumas vezes uma delicadeza materna, especialmente para com os doentes e acabrunhados, embora a seu tempo temperada com severidade e reserva.

Inácio, com todas as características citadas, tinha como causa a Companhia de Jesus, ordem religiosa nascida no apogeu da reforma católica e que tinha como principal objetivo converter pessoas ao cristianismo:

[...] ele realizou três coisas que foram fundamentalmente cruciais para o éthos da Companhia. Primeiro, escreveu os *Exercícios* e fez deles o livro de base da instituição. Segundo, ele foi a energia por trás do instrumento mais notável de governo: as *Constituições*. Terceiro, quando chegou o momento apropriado para tomar uma decisão sobre os colégios, ele pôs o pé no acelerador e avançou para a frente com a velocidade máxima (Idem, ibidem, p. 570).

O caminho da oficialização da Companhia de Jesus não foi fácil. Mas, após a ordem ter sido efetivada por meio de bula papal, os missionários levaram adiante o objetivo do qual faziam parte. Eram conhecidos, para além das causas e compromisso com a igreja, pelos investimentos e propriedades educativas, fossem elas exclusivamente religiosas ou públicas.

Depois do reconhecimento oficial da Companhia, os padres jesuítas elaboraram mais tarde suas legislações, a começar pelas próprias Constituições, regulamentando questões pertinentes à organização interna, bem como aos colégios, os quais veremos mais adiante.

A redação das Constituições da Companhia de Jesus teve início sendo escrita por Inácio de Loyola, com João Codure, em 1541. Esse era um documento que dava à ordem princípios e normas para sua estruturação. Instituiu que a ordem religiosa não era formada por monges ou frades, mas sim clérigos: *Religio Clericorum Societatis Iesu* (assim foi denominada no Concílio de Trento), porém, também

possuía permissão para admitir fiéis que não se tornavam clérigos, ficando como irmãos coadjutores.

Nas Constituições, o código é claro no que diz respeito aos objetivos da companhia: seu propósito maior não era o de cultivar apenas a conversão, mas sim auxiliar nas almas que os circundavam a fim de alcançar a salvação e a perfeição religiosa do próximo. Entrava-se para a ordem, realizando-se três votos: obediência, pobreza e castidade. Para ilustrar tal gesto, eles não poderiam ter renda nem manter nenhum tipo de contato ou vínculo com dinheiro, apenas aqueles que eram, excepcionalmente, autorizados a isso.

Fazendo parte dos votos, estava a questão de que não poderiam aceitar auxílio financeiro, nem esmola pessoal para realizar atos consagrados e bentos pela companhia, como orações, missas, pregações. O que poderia ser permitido eram apenas contribuições para manutenção dos locais mantidos pela Companhia.

Existiam quatro categorias, denominadas provações, às quais os jesuítas precisavam se enquadrar: a primeira provação seria quando recebidos na Companhia, depois de toda a experiência e provações e ter comprovado ter letras e exercer os costumes vitais como a vocação exige, deveriam demonstrar que eram sacerdotes antes de mestres. A segunda dizia respeito aos coadjutores responsáveis pelas coisas espirituais ou temporais da companhia, e que se engrandessem por isso, pois deveriam ter noção da importância de cuidar das almas que necessitavam de caridade. A terceira referia-se aos que eram recebidos como escolásticos e/ou mestres do ensino:

[...] quando parecem ter capacidade e os outros dotes convenientes para os estudos, de sorte que, ao terminar a formação intelectual, possam entrar na Companhia como professores ou coadjutores, se assim for julgado oportuno. Para serem aprovados como escolásticos da Companhia, terão ainda, depois das experiências e provas, de fazer os mesmos três votos simples de pobreza, castidade e obediência, **com a promessa de entrar na Companhia**, segundo uma das duas formas acima indicada [...] (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 42, sem grifos no original no original).

Sendo assim, vemos que a terceira categoria dizia respeito aos aspectos mais intelectuais daqueles que compunham a ordem com o objetivo de auxiliar na formação humana e no desenvolvimento intelectual de seus pares. Já a quarta categoria referia-se aos que não realizavam inserção na companhia com categoria já

pré-estabelecida e àqueles que entravam indeterminadamente e esperavam revelações futuras para saberem se seriam aptos a compô-la.

E quanto aos escolásticos, mesmo depois das provas realizadas como critérios para adentrarem a Companhia e aos estudos, teriam ainda um ano adicional para realizarem atividades antes de exercer a profissão. Além de, durante esse período, ser proibido dizer que eram integrantes da ordem, mas apenas que desejavam fazer parte da mesma.

3.2. A Chegada da Companhia a Portugal

A primeira notícia que D. João III (1521-1557) recebeu a respeito da existência dos padres foi em 1539, por meio de Diogo de Gouveia, reitor do Colégio de Santa Bárbara. O rei ficou

[...] informado de que um de seus propósitos era a conversão de infiéis, escreveu logo a D. Pedro Mascarenhas, seu embaixador em Roma, onde se encontravam os fundadores da Companhia, encarregando-o de se informar da vida, costumes e letras daqueles homens e de os convidar a exercerem o apostolado nas conquistas de Portugal (ALMEIDA, 2003, p. 396).

D. Pedro Mascarenhas comunicou-se logo com Inácio e com o papa para que padres aceitassem a missão. Solicitou que utilizassem tal obra a favor da igreja e fossem à Índia evangelizar; mas, como ainda eram em poucos, tiveram de contentar-se com apenas dois: Simão Rodrigues e Nicolau de Bobadilha. Porém, com o adoecimento do segundo, escolheram Francisco Xavier para substituí-lo. Já em Portugal, imediatamente os padres auxiliaram em hospitais e passaram a ser conhecidos por *Apóstolos*.

D. João III foi o primeiro rei da Europa a entrar em contato com Inácio e enviar os jesuítas para as missões em nome de seu reino. Xavier e Rodrigues já estavam ao lado do rei desde junho de 1540 e, para tanto, esses integrantes da companhia pediam, por meio de cartas, a Inácio, a urgência em terem sua instituição oficializada.

D. João III desejava, a todo o custo, que a Companhia se fortalecesse em Portugal, para que pudesse fundar um Seminário que viesse alimentar tantas missões nos territórios recém descobertos. A 1 de Setembro de 1541, Simão Rodrigues podia já comunicar a Inácio que o Rei e a Rainha estavam decididos a dar à Companhia uma casa em

Lisboa. Era o antigo convento dos frades de S. Antão, na encosta norte do Castelo de S. Jorge. Convento que teria sido pouco antes mesquita dos mouros, neste recanto da Lisboa antiga, que ainda hoje chamamos <<Mouraria>>. Alguns historiadores chegam a avançar a hipótese que este convento, antes de ser mesquita mourisca, teria sido mosteiro dos Templários em Lisboa (LOPES, 1992a, p. 70-71).

Pelo grande frio que fazia nessa localidade, D. João III indicou que as religiosas que ali habitavam trocassem de domicílio com os frades, elas pertenciam a uma ordem francesa de 1095. No dia 5 de janeiro de 1542, Simão Rodrigues com alguns de seus companheiros mudaram-se para o local e o chamaram de Santo Antão. Podemos dizer que a primeira casa jesuítica, em todo o mundo, deve-se a D. João III. Após um ano e meio da ida dos jesuítas a Portugal, o monarca, cumprindo sua promessa, deu aos padres a primeira casa da companhia, em terras lusitanas, habitada por sete jesuítas.

O rei D. João III e o jesuíta Simão Rodrigues começaram a ter laços estreitos de amizade, tratavam-se como amigos íntimos. Tamanha era a confiabilidade depositada pelo rei ao padre que, posteriormente, o segundo tornou-se provincial da Companhia de Jesus em Portugal (com o consentimento de Loyola). Por muitas vezes, a dependência do rei era tanta, que o mesmo se negava a atender aos chamados do fundador da companhia para reuniões em Roma (Rodrigues, 1931a).

Segundo Carvalho (2001), a primeira promessa do rei aos jesuítas era ceder-lhes uma moradia e a segunda era permitir que possuíssem um colégio, especificamente, em Coimbra; Simão não se esquecera dessa última, considerando que o mosteiro de Lisboa era apenas um abrigo e não um centro de ensino. Com o apoio do rei em palavras e em financiamentos, seguiu Simão Rodrigues para Coimbra em Junho de 1542 e, assim, bateu às portas dos monges de Santa Cruz, pedindo hospedagem com apoio da Coroa. O rei passou a alugar e depois comprar casa no alto da cidade onde, mais tarde, em julho de 1542, foi fundado o Colégio de Jesus. Lá viveram apenas os jesuítas que iam à universidade. Notamos informações, de modo geral, de que D. João III poderia ter sido o rei de Portugal que mais contribuiu para o desenvolvimento das letras e ciências.

Parece ter sido Xavier quem deu a ideia de fundar casas de formação em Coimbra e ainda ter pedido ao mesmo tempo isso a Inácio. Destarte, essa missão não foi confiada a ele por, em 1542, ter ido para o Oriente chefiar as missões religiosas portuguesas, sendo Simão Rodrigues quem ficou em Portugal. O rei

pensou e fez exatamente aquilo que Xavier sugeriu, apoiando os planos dos jesuítas em território luso.

É a Simão Rodrigues que o Rei vai confiar a execução deste grande sonho. Não há dúvida que Simão também se sentia atraído para as missões. Contudo, para satisfazer o desejo do Rei, vai insistir várias vezes junto de Inácio para se apressar em enviar pessoal, para poder dar início à primeira Casa de formação em Coimbra, sugerindo-lhe vários nomes (LOPES, 1992a, p. 72).

Naquele contexto, D. Henrique utilizou a Companhia de Jesus como instrumento de uma reforma pedagógico-apostólica nos estudos. O cardeal infante contou com o auxílio da Companhia desde a formação do clero até a ação com a cultura desenvolvida em Évora. Naquele território, a Companhia de Jesus tinha como principais objetivos:

[...] a pregação, os exercícios espirituais, as obras de piedade e beneficência e a ação pedagógica, entendida não só como instrução religiosa da juventude, sem quaisquer discriminações, como também toda uma pedagogia virada para uma vivência cristã plena, através da frequência dos sacramentos e conversão dos infiéis (OLIVEIRA MARQUES, 1998, p. 428).

Nesse sentido, por decisão final, D. João III encarregou Simão Rodrigues da fundação de um colégio em Coimbra, que pouco antes havia se tornado uma universidade.

Com renúncia à mendicância, a ordem religiosa jesuíta consistia em ser “[...] secularista, humanista, erasmiana, inovações que, nos primeiros tempos, geraram desconfiança e até animosidade” (OLIVEIRA MARQUES, 1998, p. 428). A companhia realizou, em território luso, para além de todas as práticas, uma reforma cultural e de costumes, principalmente com a ação educativa, em especial no Colégio de Jesus e das Artes, que passou a ter a companhia em sua direção no ano de 1555.

Depois do pedido de Inácio, em 1551, tanto ao rei português como a Filipe II, da Espanha, para que se criassem colégios e casas de formações, em Portugal, no ano de 1553, na Casa de S. Antão-o-Velho²⁶ iniciou-se a primeira experiência em território luso. “O acto solene de abertura teve lugar a 18 de Outubro de 1553. Os alunos elevavam-se a 450. No momento da abertura solene era Reitor o P. Inácio de

²⁶ Entendemos que o colégio passou a ser chamado de Santo Antão-o-Velho, após a construção do novo local.

Azevedo, o que devia padecer o martírio com 39 companheiros, a caminho das missões do Brasil” (LOPES, 1992a, 75).

Inácio era extremamente grato a D. João III pela sua compaixão e acolhimento à ordem religiosa. Lopes (1992b) e Almeida (2003) concordam ao afirmar que, entre todos os reis, este foi o que mais se preocupou com a companhia e despertou, em Inácio, maiores sinais de gratidão. D. João III foi “[...] o maior benfeitor, não só da Província portuguesa da Companhia de Jesus, mas porventura de toda a Companhia de Jesus, ao longo da sua história” (LOPES, 1992b, p. 177). Isso demonstrava que ser grato ao rei fazia com que o chefe da milícia também fizesse algumas coisas para ser de bom grado ao monarca, como, por exemplo:

Temos presente uma das coisas que Inácio e os seus conselheiros tiveram de manter secreta: de ter admitido aos votos dos escolásticos D. Joana de Áustria, que será a <<única jesuíta>> em toda a história da Companhia de Jesus. Recordemos que a princesa estava intimamente ligada à família de D. João III: era a sua nora e mãe do único neto (pelo lado dos filhos varões): D. Sebastião (LOPES, 1992b, p. 188).

O reinado de D. João III (1521 - 1557) foi tumultuado por dois períodos, podendo ser chamado de transição de personalidade, que diretamente afetaram a ordem religiosa em questão por meio da “[...] situação econômica, a atitude religiosa, a política cultural e até o modo psicológico do soberano” (OLIVEIRA MARQUES, 1974, p. 300).

Oliveira Marques (1974) corrobora Ameal (1968) quando trata a respeito das características do rei quanto aos seus feitos científicos para com a ordem. Ele estimou as ciências náuticas e o desenvolvimento da ciência, tal como é mostrado nas produções: o Tratado da Esfera, por Pedro Nunes; os Roteiros de D. João de Castro, de André Pires, de Pedro Lopes de Sousa; o Tratado da Agulha de Marear, de Diogo Afonso; Repartidor, de João de Lisboa, entre tantos outros.

Não partimos apenas da visão de que D. João III tinha iniciativas para beneficiar tão-somente os padres espontaneamente, pois ele ficou conhecido pela sua tolerância e apoio às correntes internacionais de pensamento, louvado por humanistas e sempre disposto a acolhê-los; mas, num segundo momento de sua vida, ele passou a ser fanático e ficou inteiramente, ao ver de alguns historiadores, “nas mãos” da Companhia de Jesus e dos defensores da reforma católica.

Para além de todas as outras ordens religiosas, a Companhia de Jesus foi a grande organização que dominou Portugal nos fins do século XVI e todo o século XVII. Chegaram ao território lusitano em 1540 apenas dois integrantes e no ano de 1600 havia cerca de 20 casas de jesuítas por todo o reino, contando com aproximadamente 600 membros que variavam entre os noviciados, asilos, hospitais, seminários e escolas. Com uma universidade e vários colégios importantes, eram os mais populares, além de confesores do rei, conselheiros, capelães, entre outras funções. Isso, de certa forma, até causava ressentimento às outras ordens religiosas.

Os Jesuítas criaram e aperfeiçoaram um método especial de educação espiritual e cultural. O seu principal objectivo era a juventude e, em Portugal, quase conseguiram monopolizar o ensino normal. Dedicavam-se também com proficiência ao ataque das heresias e dos Judeus. Durante quase um século, estiveram aliados à Inquisição e ao clero secular, numa espécie de <<frente unida>> a que presidia o rei ou o vice-rei. A pouco e pouco esta situação foi-se modificando, à medida que se lhes multiplicava o poderio e a riqueza, em paralelo com os da Inquisição (OLIVEIRA MARQUES, 1974, p. 391)²⁷.

E, a partir das influências que aqueles padres tinham no território português, damos continuidade a essas reflexões, ordenando uma síntese da presença educacional por meio das instituições coordenadas, outras fundadas e até mesmo administradas pelos padres.

Os jesuítas passaram a atuar em vários pontos da Europa, defenderam a fé católica e difundiram princípios cristãos. Os colégios jesuíticos, mais tarde instituídos por eles, persistiram na difusão daquele mesmo conhecimento e formação de jovens que fossem ingressar, a princípio, naquelas instituições.

3.3. Princípios da pedagogia jesuítica: quarta parte das constituições

A parte IV das instituições tratava dos princípios da pedagogia voltada para uma formação intelectual, humana e religiosa dos jesuítas, tanto nos colégios quanto

²⁷ É importante ressaltar que Oliveira Marques faz parte dos historiadores portugueses do século XX, os quais fazem uma ácida crítica à monarquia e à Igreja, considerando-os responsáveis pelo atraso de Portugal. A visão que ele tem da Companhia de Jesus é bem parcial; para tanto, afirmamos que a ideologia reproduzida pelo autor não está afinada com os princípios que acreditamos para este trabalho; no entanto, por sua participação na reconstrução da história é importante citá-lo.

nas universidades. Era intitulada “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar ao próximo os que permanecem na Companhia”.

Os estudantes que ingressavam nas instituições inacianas iam de bolsistas a estudantes ricos, mas isso não definia ou mudava as regras estabelecidas e impostas. Essa quarta parte, em questão, é a maior e mais complexa das Constituições, contém 17 capítulos, os quais, inicialmente, tratam de elementos referentes aos benfeitores, criação e manutenção dos colégios, indo até os estudantes que frequentavam as instituições.

Essa IV parte dizia respeito à formação intelectual jesuítica e estabelecia normas não apenas para os estudantes que integraria a ordem mas também para os externos. Elas apontavam dois caminhos da companhia: operar, por meio do colégio, lecionando nas letras humanas, idiomas e doutrina cristã e com possibilidades de casos de consciência, e, por meio da universidade, com as disciplinas de lógica, metafísica, ética, ciência, matemática e teologia. As Constituições seguiam e regiam a vida dos jesuítas desde a sua inserção até o projeto de desenvolvimento deles ao final da vida religiosa.

A quarta parte ordena difusamente todo o complexo trabalho da formação intelectual, seja literária ou científica, não só dos estudantes na Ordem mas também dos alunos externos, de qualquer classe ou condição, que a Companhia se encarregue de formar, em qualquer gênero de estudos, ameno ou árduo, de ensino superior ou secundário, nas universidades ou nos colégios e ginásio, que de algum modo possam concorrer para o apostolado das almas, particularmente na educação da juventude. Esta parte é a mais ampla e pormenorizada, em dezessete capítulos, quase um esquema do futuro programa ou *Ratio Studiorum*, que devia ao depois lograr tanta importância na história da pedagogia e da cultura católica (ROSA, 1954, p. 123).

Esperava-se, com as normas estabelecidas, que a Companhia ganhasse força e ainda mais ordem interna, não se restringindo apenas a um documento formal e legal. Todas as considerações a seguir serão com base acerca deste documento: a quarta parte das Constituições.

Utilizamos em nosso trabalho, como referência, Leonel Franca, que em seu livro *O Método Pedagógico dos Jesuítas*, de 1952 (obra que trata mais longamente da *Ratio Studiorum*), mostra que a IV parte das Constituições estruturou as “linhas mestras” de uma organização didática e, acima de tudo, elevou a atividade pedagógica da Ordem.

Segundo os princípios inicianos, o fim da Companhia, em si, até mesmo quando tinha por objetivo a instrução, fez tal ação com a meta de orientar para melhor conhecer as leis de Deus e servi-lo de forma mais dedicada. A companhia fundou colégios, universidades e relatou nas Constituições fazê-los para honra e glória do Senhor e instrução das almas. O foco dela consistia em admitir homens jovens e com esperanças de serem sábios e carregados de virtudes, pois isso implicaria uma melhor edificação dessa ordem religiosa.

Os membros da *Societas Iesu* cativavam um respeito e consideração muito importantes àqueles que eram fundadores e benfeitores dos colégios. O superior geral é quem zelava por isso, bem como cuidava das instruções legais dos membros da ordem, além de poder falar em nome de todos, de aceitar os colégios que eram oferecidos à ordem e até mesmo dispor deles.

No entanto, para eliminar um colégio que pertencia à companhia, seria fundamental que se consultassem todos os membros. Ao receber um colégio, era necessário nomear um reitor que assumisse as responsabilidades de administrá-lo. Esse membro

[...] assumirá a responsabilidade da conservação e administração dos bens temporais, olhará pelas necessidades tanto do edifício como dos escolásticos que residem nos colégio ou se preparam para neles ir viver, bem como dos que tratam os assuntos dos mesmos, mas residem fora deles. O Reitor deve estar ao corrente de tudo para de tudo dar conta, quando lhe for mandado, à pessoa indicada pelo Geral. E esse, não podendo destinar em seu proveito, ou de seus parentes, ou da Companhia professa, os bens temporais dos colégios, com tanto maior desinteresse atuará na gerência deles para maior glória e serviço de Deus nosso Senhor (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 122).

Os negócios financeiros do colégio eram tratados pelos procuradores da Companhia, no entanto, seria o geral quem guardaria as proporções necessárias e as contribuições dos gastos precisos. Vale ainda considerar que na questão financeira dos colégios, se os rendimentos bastassem para a manutenção da instituição e sustentassem os docentes, os 12 escolásticos não aceitariam contribuições ou esmolas. Mas, em todo caso, se excepcionalmente não conseguissem, poderiam apenas aceitá-las, mas nunca pedi-las. Exceto, caso a pobreza fosse muito grande.

Apenas após dois anos de provação é que os jovens poderiam ser realmente admitidos nos colégios. Se eles tivessem licença para residir com a Companhia, automaticamente a teriam para participar das atividades dos colégios.

As Constituições indicavam que seria fundamental os escolásticos preservarem o bem-estar físico, não estudarem e nem se esforçarem em tempos prejudiciais à saúde. O mesmo acontecia com o aspecto espiritual, não se deveriam forçar provações durante um período de intensa dedicação.

E, se necessário, frequentar outros locais, como, por exemplo, outras escolas públicas, só poderiam dialogar o essencial com aqueles que não fossem integrantes da companhia. Seria o reitor quem organizaria grupos, como os de estudos, de forma que se ajudassem mutuamente e da melhor maneira possível.

Já que o fim dos estudos da companhia era o de preparar-se para beneficiar a todos em favor da glória de Deus, as matérias seriam instrumentos para avanço nessa direção.

[...] são de muito proveito os estudos humanístico de várias línguas (A), a lógica, a filosofia natural e moral, a metafísica, a teologia escolástica e positiva (B), e a Sagrada Escritura, serão estas as matérias que hão de estudar os que se enviam aos colégios (C). Insistirão com maior diligência naquelas que mais se relacionam com o fim indicado, tendo em conta as circunstâncias dos tempos, lugares, pessoas etc., como parecer oportuno em Nosso Senhor, a quem tem a responsabilidade principal (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 129).

Além da gramática, nos estudos humanísticos empreendia-se a retórica. Algumas leituras só poderiam ser feitas na presença ou com autorização dos superiores. Ficava terminantemente proibido que obras de autores pagãos fossem lidas pelos estudiosos e membros da companhia, e, quanto aos autores cristãos, ainda que as obras fossem boas, se o autor fosse ruim, também não se deveria ler. Tanto na literatura quanto em todas as outras matérias, era muito bem definido se os livros seriam autorizados ou não.

No que dizia respeito à metodologia de fixação dos conteúdos, era necessário que os escolásticos ouvissem a aula e depois a repetissem, tomando nota de tudo aquilo que lhes fora útil. As “tomadas de conteúdos” deveriam ser feitas, com determinações do reitor, com hora marcada. Aqueles que tivessem mais facilidades para aprender diriam o que foi absorvido da aula e, posteriormente, registrariam em cadernos de forma sistemática e ordenada. Era o reitor que cuidaria se as tarefas

estavam sendo cumpridas por ambas as partes: professor e aluno. Ainda se declarava:

É bom que haja no colégio cada domingo, ou em algum outro dia da semana, depois da refeição, um estudante de cada classe das artes e de teologia, designado pelo Reitor, para defender algumas teses, a não ser que se deem razões especiais em contrário (CONSTITUIÇÕES, 1997, p.133).

Os estudantes de humanidades teriam, também, aos domingos, em períodos determinados, tempo para defender e discutir assuntos de suas matérias, bem como defender uma tese. Seria fundamental que eles fossem divididos para os debates e discussões, de acordo com a sua área de abrangência. Ao concluir uma disciplina ou matéria, seria importante revê-la, consultando mais autores e elaborando apontamentos técnicos, a fim de realizar um resumo dos conhecimentos que ainda não possuísem no fim do curso.

Quanto às aulas, o objetivo dos colégios não era manter apenas os bons costumes e aqueles que o compunham (escolásticos), mas, também, o público externo. Onde fosse possível, era autorizada a realização de aulas públicas, nem que ao menos fossem de estudos humanísticos. O superior geral era quem indicaria e aceitaria os locais a serem realizadas.

Havia várias normas, como vemos, para que se seguisse e se respeitasse a metodologia vigente. No entanto, para que os “de fora” fossem bem instruídos, seria imprescindível que, além de segui-la, também se confessassem uma vez por mês. Ficava expresso que existiam regras e, quando não cumpridas, que não se livrariam dos castigos. Nenhum membro da Companhia deveria ou poderia aplicá-los, nunca seriam realizados pelas mãos dos inicianos. Se fosse possível, ditam as Constituições, que houvesse um corretor de fora da Companhia, caso não, poderia ser feitos por meio de um estudante ou de outra maneira que fosse apropriada.

Não seria permitido que se cobrasse por favores divinos ou pregações, segundo os padres, pois não era justo agir dessa forma, seria preciso dar de graça o que de graça era recebido, a menos que se aceitasse para sustento daqueles que servissem à própria Companhia.

Nas recomendações para o ensino, não seria indicado que apenas se tratassem e explicassem assuntos escolásticos, mas também aqueles temas que favorecessem os bons costumes e a vida cristã. No que dizia respeito à pregação

era indicado que se lesse sobre as maneiras de fazer as pregações e se observassem muito bem aqueles que as fizessem. Ao chegar a casa, ou aos mosteiros, seria dito que se exercitassem, pois exercitar-se posteriormente ajudava a desenvolver a habilidade na pregação.

Os membros da Companhia deveriam aconselhar seus próximos para ajudarem a dispor da graça divina que possuísem. Como viviam em vários lugares, era possível que auxiliassem pessoas, por meios dessas atividades, para atingir o caminho certo em favor do Espírito Santo.

No governo dos colégios:

[419] 1. Conforme as Bulas da Sé Apostólica, é a Companhia Professa que terá a superintendência dos colégios. Não podendo ela, com efeito, tirar proveito algum dos seus rendimentos sem nenhuma ajuda para si, é muito provável que procederá perseverantemente, da maneira mais desinteressada e mais espiritual, em tudo aquilo que se tem de fazer para maior serviço de Deus Nosso Senhor e bom governo dos mesmos colégios (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 142).

A administração desses colégios pertencia, em última instância, ao superior geral que, por meio de um reitor, cuidaria da responsabilidade sobre os colégios, sendo esse um dos coadjutores da Companhia. Ele cuidava para o bom desenvolvimento do local, impedindo que portas estivessem fechadas, pois tudo deveria ser feito às claras e, ao menos uma vez por semana, os que o compunham deveriam ler todas as normas do local. A disciplina nos estudos e no cotidiano do colégio era imposta; por exemplo, uma campainha servia de sinal para as refeições e todas as outras instruções.

Em tudo isso será útil estabelecer-se um horário para o estudo, oração, missas, aulas, refeições, sono e tudo o mais. Dar-se-á sinal às horas fixadas. E quando o ouvirem, todos acorrerão imediatamente (l), deixando até a letra começada. Se pelas circunstâncias do tempo, ou por outros motivos extraordinários, for preciso mudar as horas, será o Reitor, ou o responsável, que deve olhar por isso. E proceder-se-á conforme ele determinar (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 145).

Nas universidades, a formação na faculdade, sobretudo teológica, exigia conhecimento apurado na literatura, nas línguas latina, grega e hebraica. Seria, ainda, necessário que houvesse números, exatos e suficientes de professores para essas áreas. Também seria possível introduzir o caldeu, o árabe ou o híndi,

dependendo da necessidade em ensinar, de acordo com a região que seriam enviados, depois de formados padres:

Quando em um colégio ou universidade se projetasse formar pessoas para serem enviadas aos mouros, ou aos turcos, estariam indicados o árabe ou o caldeu; como para ir aos hindus, o híndi. O mesmo se diga de outras línguas que, por motivos análogos, poderiam ser mais úteis em outras regiões (CONSTITUIÇÕES, 1997, p. 148).

As artes ou as ciências naturais incitariam os espíritos teológicos. A lógica, a física, a metafísica e a moral, bem como as matemáticas, seriam ensinadas dentro dos limites que se pretendessem utilizar, enquanto a medicina e o direito não seriam ensinados nos institutos.

Nas aulas de ensino da teologia se ministravam o Antigo e o Novo Testamento e a doutrina escolástica de S. Tomás, além de uma parte do direito canônico e dos concílios. Na lógica, na filosofia natural e moral, que estavam incluídas na metafísica, bem como nas artes liberais, seguir-se-ia Aristóteles.

Pelo menos um dia por semana os meninos aprenderiam e repetiriam a doutrina cristã e fariam isso até aprender uma forma com que, para além de obter conhecimento, pudessem também descobrir a melhor maneira a ensinar.

Independente de opções ideológicas, o surto humanista conferia, ao sabor das línguas clássicas e das técnicas filológicas, o caráter de requisito do homem culto, algo que não escapou à perspicácia dos notáveis da Companhia. O padre Juan de Polanco, colaborador de Loyola, numa carta de 1564, para Diogo Mirão, provincial dos jesuítas portugueses, fazia estas recomendações:

Na era em que estamos, por toda a parte se tem muito em conta a erudição nas coisas de humanidades, tanto que sem elas a doutrina melhor e mais sólida parece que luz menos. Por isso ao Padre Geral pareceu muito conveniente que se escrevesse às províncias, que tenham conta com estas letras humanas, e façam estudar bem, quem mostrar aptidão, pelo menos o Latim e a Retórica, e que não passem às Artes ou pelo menos à Teologia sem se exercitarem bem nestas letras (apud BRAGA, 1892-1902, p. 352).

A doutrina, então, por meio das Constituições, serviu como um esmalte das boas letras. Apropriar-se das realizações humanistas e colocá-las ao serviço do apostolado católico foi uma estratégia, podemos chamar de pedagógica, da Companhia de Jesus. De acordo com as diretrizes da ordem religiosa, a teologia atravessava, verticalmente, todos os cursos. As humanidades consistiam na

dependência complementar dos estudos. Para tanto, podemos observar que a IV parte das Constituições trabalha questões a respeito do plano pedagógico dos jesuítas e explana a respeito de como e quais disciplinas deveriam ser estudadas, bem como a forma com que as mesmas interfeririam no social.

Jesus Maria Sousa (2003) também referencia sobre tal parte das Constituições. Segundo o autor, são descritas na IV parte as ideias sobre a formação de escolásticos e a educação dos estudantes seculares, visando homens cultivados, católicos, participantes na vida civil, cultural e religiosa da sociedade atual. Para isso, era preciso elaborar em detalhes as instruções relativas às disciplinas e ao método de estudos nos colégios e faculdades.

3.4. *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*: algumas considerações

Para iniciarmos, evidenciamos que na *Ratio*, quanto à orientação pedagógica, havia o plano geral dos estudos para os cursos que constavam na companhia, a saber: curso de letras, curso de filosofia ou artes e curso de teologia. Formava-se uma lógica para que o estudante tivesse posteriormente uma sequência.

A Companhia de Jesus se configurou na Idade Moderna, em toda a parte, como um fenômeno educacional. E o interessante é que não houve em nenhum momento da história da formação da ordem o princípio de organizar um projeto educacional para quaisquer que fossem os fins educacionais, muito menos escolares, tampouco colégios.

Por causa da expansão, diga-se de passagem vertiginosa, da ordem inaciana foi necessário instituir normas a fim de organizar e uniformizar as práticas pedagógicas nos colégios. Foram eleitos comissários gerais para realizar instruções e nortear os princípios do colégio bem como do ensino ministrado em tal. Eram discutidos legislações, códigos que acentuassem a necessidade de dar e receber orientações para a atividade da ordem (FRANCA, 1952).

Embora já houvessem sido estruturadas, bem como divulgadas e exercidas havia algum tempo, por escrito, tais orientações foram oficializadas apenas no final do século XVI, quando, no ano de 1599, foram de fato, promulgadas. Aquele programa era voltado à estruturação da formação dos estudantes, fossem estes religiosos ou leigos. O currículo, além de filosofia e da teologia, que eram características da Companhia, incluía: línguas e literatura, retórica, história, teatro. A

Ratio Studiorum consistia, então, num método pedagógico dos jesuítas que padronizou o ensino e norteou os colégios e seus mestres.

Franca (1952) relata que os primeiros ensaios, a fim de sistematizar a ordem dos materiais acumulados e reunidos, foram organizados em 1565 e 1573. Tratava-se de uma coletânea de informações bem como de experiências dos professores do colégio romano. Como já citado anteriormente, a versão efetiva e definitiva veio à luz apenas em 1599. Muitas observações já haviam sido realizadas e coletadas em vários colégios, por diversas províncias. Com esforço, os membros da companhia cortaram repetições e agruparam informações divergentes. A primeira edição da *Ratio* possuía 400 páginas, em contrapartida, a última, 208; diminuiu à medida que também se descartava o número de regras, que, de 837, contava com 467.

Quando falamos em “pedagogia dos jesuítas”, não afirmamos algo de sentido superficial, mas sim, de uma expressão com conteúdo. Pois os próprios colégios, antes mesmo das normas e documentos, já apresentavam uma linha de ensino parecida e distinta das outras instituições de ensino (Franca, 1952).

A *Ratio*, então, era fruto de uma experiência, um tratado de grupos que no tempo e espaço organizaram-se de modo que marcaram a história, de forma ímpar. É normal que, ao depararmo-nos com o documento, encontremos questões que indiquem uma série de prescrições, como tudo dos jesuítas, de forma minuciosa e detalhada.

De fato, o *Ratio* não é um tratado de pedagogia, não expõe sistemas nem discute princípios. A edição de 1586 enveredara por este rumo; foi criticada e substituída pela de 1599. Ao tratado sucedeu o programa. Já vimos as razões de ordem prática que ditaram essa mudança de orientação. Outras há, de caráter histórico, que não devem ser esquecidas. Sobre os fins e ideais educativos discutia-se menos no século XVI do que no século XX. A unanimidade era então quase perfeita. Os nacionalismos ainda não se haviam ouriçado uns contra os outros nem os estados se esforçavam por converter a educação das massas em instrumento político. O alvo então visado era universal, a formação do homem perfeito, do bom cristão. Não se mirava, com a ação das escolas, dar a consciência de cidadão de tal ou tal império ou de representante desta ou daquela raça predestinadas. Os professores do Renascimento percorriam a Europa sem se sentir estrangeiro em nenhuma parte. Suaréz ensinou em Coimbra, Salamanca e Roma. Vives, espanhol, acha-se bem em Bruges e em Lovaina. Canísio, holandês, passava do Colégio de Messina à Universidade de Ingolstadt (FRANCA, 1952, p. 24).

Embora fossem outras as práticas e outra a moldura histórica na qual o presente documento era enquadrado, lembramos que, além da *Ratio*, havia outras questões que permeavam a prática jesuítica. O documento relata: administração, currículo e metodologia, além dos elementos mais importantes dos conteúdos (FRANCA, 1952).

Quanto aos professores que compunham as aulas ministradas nos colégios, seguidas segundo as Constituições e as normas da *Ratio*, Rodrigues (1917, p. 89) afirma que

O ideal que se propôs S. Inácio é sublime, o systema de instrução pareceu-nos solido e bem ordenado, os meios pedagógicos são abundantes, fáceis e apropriados. Como empregar estes meios, como realizar o systema para attingir o ideal? “Tudo depende do professor” [...]. Se o professor sabe, se tem methodo, se possui as qualidades moraes e pedagógicas necessárias ao elevado ministério que desempenha, poderá fazer maravilhas ainda nos talentos medianos; se lhe escasseiam aquelles dotes, inutilizará talvez os maiores engenhos.

Notamos a importância de se ter bons professores. Loyola, como é possível observar desde o início destas reflexões, preocupava-se e dedicava-se muito ao sistema educativo e àqueles que o utilizavam como instrumento. Tanto Rodrigues (1917) quanto Franca (1952) preconizam a importância da formação dos professores que ministravam aquele ensino, assim como conferimos nas Constituições logo acima. Os dois autores afirmam que a vida religiosa seria fundamental para o bom desenvolvimento e formação dos jovens que eram confiados à educação; costumes cristãos eram fundamentais para bem desenvolver o serviço e o amor a Deus. O professor deveria dar o exemplo a seus alunos.

Não bastam porém lições de palavra pra a formação; é preciso acostumar os jovens desde os primeiros annos ao exercício de boas obras. S. Ignacio nas Constituições, o *Ratio Studiorum* e os estatutos particulares das universidades e collegios determinaram practicas piedosas que fomentassem o bom espírito dos alumnos. A aula começava por uma pequenina oração que todos, mestre e discípulos, haviam de recitar de joelhos e com a cabeça descoberta (RODRIGUES, 1917, p. 21).

Para ser professor nos colégios da Companhia, era necessário que fosse demonstrado domínio de todo o conteúdo, que iria dos mais básicos em humanidades até aos de filosofia e teologia. Compreender os princípios das Constituições e da *Ratio* também era fundamental, pois o domínio do método era

indispensável ao ensino e ao estudo. A *Ratio* tinha como objetivo manter a organização e a ordem.

Rodrigues (1917) afirma que a *Ratio Studiorum* e suas leis tornavam a educação jesuítica uma família, suave em suas leis. Para o autor, os alunos aprendiam mais com as falas dos mestres do que com os ditados. A companhia sempre esteve comprometida e atenta com o compromisso que Loyola instituiu ao papel do professor. Era importante que o mestre fosse erudito e fizesse parte daquela instituição religiosa.

Para Inácio um educador deveria ser, a princípio, necessariamente, um psicólogo. Havia de ser para todos eles um exemplo constante de virtude que os atraísse e guiasse docemente para a piedade, havia de ser cuidadoso e perseverante na preparação das aulas, zeloso do adeantamento dos discípulos, igual para todos sem preferências affectuosas, não desprezador de ninguém, mas amigo e protector dedicado de pobres e ricos sem distincção [...] (RODRIGUES, 1917, p. 95).

Até o século XIX foi a *Ratio Studiorum* que norteou o método pedagógico dos jesuítas. Em 1832 houve mudanças e amplitude no sistema, mas o espírito era sempre o mesmo. Para tanto, podemos afirmar que a *Ratio* consistiu na formação de caminhos para o ensino, fossem as aulas, repetições, disputas, academias ou rotina das aulas (PAIVA, 1981). Tanto os Exercícios Espirituais quanto a *Ratio* compuseram a base do progresso da pedagogia inaciana.

3.5. Sistema de ensino inaciano

No sistema de ensino, as origens do sistema pedagógico da Companhia de Jesus, segundo Paiva (1981, p. 03), consistiam no ciclo da formação jesuítica que finalizava com os estudos teológicos, pois assim teria “[...] o estudante acesso ao pleno sentido do homem que ele deve ser e que ele deve fazer nascer, no seio da sociedade” (PAIVA, 1981, p. 03).

Na pedagogia jesuítica a instrução e a educação progrediam de forma unificada e não podemos deixar de considerar que a Companhia de Jesus era uma sociedade estritamente religiosa, mas que se utilizava da ciência e do ensino como instrumentos para promover a “verdadeira religião”.

Os religiosos aproveitavam-se dos princípios já instituídos na ordem e procuravam aperfeiçoá-los de modo que atendessem às necessidades, tornando

sua vocação atrelada à educação e ensino. Vale ressaltar que a companhia iniciou seus trabalhos na época em que o expoente do ensino consistia no humanismo e em autores da Antiguidade Clássica; para tanto, ela seguiu nesse sentido suas atividades pedagógicas.

Como já analisado no início deste texto, os primeiros integrantes da companhia se formaram em Paris e, muito provavelmente inspirados pelo ensino de lá, organizaram como metodologia de ensino em seus colégios os métodos parisienses.

Conforme Saviani (2008), a orientação pedagógica adotada nos primeiros colégios dos jesuítas foi o denominado *modus parisienses*²⁸, considerado o melhor para o aprendizado da gramática da língua latina. Ao longo da Idade Média até o final do século XV, prevaleceu no ensino o chamado *modus italicus* – utilizado na região italiana. Entretanto, ele se caracterizava por não seguir um programa estruturado e nem vincular a assistência dos discípulos a determinada disciplina. Desde o início do século XVI o *modus italicus* foi sendo aos poucos substituído pelo *parisiensis*.

Diferentemente daquele, o *parisiense* comportava a distribuição dos alunos em classes com realização de exercícios escolares e mecanismos de incentivo ao trabalho escolar.

Baseando-se na escolástica, o *modus parisiensis* tinha como pilares a *lectio*, isto é, a preleção dos assuntos que deviam ser estudados, o que podia ser feito literalmente por meio de leitura; a *disputatio*, nas quais os alunos, geralmente em pequenos grupos, repetiam as lições explanadas pelo professor diante dele ou de um aluno mais adiantado. Os mecanismos de incentivo ao estudo implicavam castigos corporais e prêmios, louvores e condecorações, além da prática da denúncia ou delação (SAVIANI, 2008, p. 52).

Dessa forma, os jesuítas adotaram o *modus parisiensis* desde o primeiro colégio fundado em Messina e, posteriormente, consagraram-no na *Ratio Studiorum*. Segundo Saviani (2008), pode-se considerar que as origens desse documento remontam às Constituições da Companhia de Jesus, elaboradas pelo seu fundador que, em sua IV parte, direcionam a organização didática e o espírito que deveriam animar toda a atividade pedagógica.

²⁸ Nome pelo fato de ter sido um método adotado na capital da França, tornando-se marca da Universidade de Paris.

O *modus parisiensis* era, assim como os jesuítas o viam, o polo oposto de muito do que encontravam nas escolas italianas e nos mestres-escolas. Era baseado num exigente programa de ualás, complementado por uma ordem de exercícios, repetições e disputas – *exercitia ou exercitationes* -, na qual o estudante demonstrava domínio das matérias. Os estudantes de todos os níveis eram divididos em classes de acordo com um plano estabelecido de progressão do domínio de uma habilidade para o domínio da próxima. Exames determinavam quem estava pronto para passar à nova classe. Uma “classe” representava uma unidade de trabalho a ser assimilada, não um período de tempo. Portanto, os alunos mais brilhantes poderiam progredir através do currículo mais rapidamente do que outros. Se as classes fossem grandes, os alunos eram divididos em grupos de dez, sob os cuidados de um colega mais adiantado, o *decurio*, que lhes dava exercícios e relatava ao professor sobre seu progresso ou a falta dele (O’MALEY, 2004, p. 337 - 338).

A Companhia estabeleceu dois tipos diferentes de colégios: um privado, exclusivamente para a formação de futuros jesuítas, e outro público, para a formação dos jovens em geral. Entretanto, tal divisão não era tão rigorosa que não permitisse a existência de colégios onde estudassem tanto os seminaristas quanto os externos.

A fundação dos colégios era realizada quando alguma cidade, príncipe ou pessoa em particular contribuía com as rendas para a manutenção daqueles.

Ao colégio dava-se princípio da seguinte maneira. Nomeavam-se três ou quatro mestres de letras humanas. O primeiro começava a ensinar aos mais pequenos os rudimentos da gramática; o segundo tomava à sua conta os que tinham alguma mediania de latim, e o terceiro cuidava dos que haviam de aperfeiçoar-se nos preceitos da arte gramatical. O quarto seria o professor de humanidades, que exercitaria os jovens mais adeantados na língua latina e grega e também na hebraica. Publicando-se a abertura das escolas, admitiam-se nelas gratuitamente quantos o desejassem e soubessem já ler e escrever (RODRIGUES, 1931a, p. 287).

Conforme Rodrigues (1931a), os menos favorecidos tinham a oportunidade de encontrar nesses colégios de forma gratuita o que teriam que pagar em outro. E dos estudos colheriam bons frutos os quais poderiam retribuir ao serviço de Deus. Muitos eram contrários a essa postura dos jesuítas, pois defendiam que não fossem admitidos quaisquer filhos do povo, mas que fossem enviados à formação dos filhos da nobreza²⁹. Entretanto, os religiosos da Companhia não concordaram com tal

²⁹ Justificavam-se, afirmando, que, se os mais pobres provassem o gosto das letras e se aperfeiçoassem nos estudos, poderia faltar mão de obra para ofícios mais humildes (RODRIGUES, 1931a).

argumento e abriram as portas dos colégios para todos, sem estabelecer nenhuma diferença.

Segundo Rodrigues (1931a), objetivava-se que os estudantes saíssem dos colégios como pregadores, governadores do povo, administradores de justiça e homens aptos para outros cargos, alargando-se cada vez mais o rendimento de toda a educação e ensino.

Podemos afirmar que os métodos padronizavam-se, a cada dia mais, aos modelos parisienses, já que, além de tudo, os mestres fundadores vinham de tal local. André de Gouveia, também graduado em Paris, trazia no Colégio das Artes a cultura parisiense.

[...] os processos de pedagogia, que em nações estranhas e em Portugal formaram tantos homens eminentes, foram essencialmente os mesmo que, nos colégios de Coimbra, Lisboa e Évora e de outras cidades, guiaram na educação da juventude os religiosos da Companhia. Eram excelentes os métodos; haviam de ter também em Portugal resultados semelhantes (RODRIGUES, 1931a, p. 436).

Para conhecermos com mais clareza o método pedagógico seguido pelos jesuítas em Portugal, é indispensável recorrermos à figura do padre italiano Francisco Adorno³⁰, o qual era grande conhecedor de diversos assuntos educacionais e zelava por uma pedagogia tradicional. Por meio dos escritos do conhecido orador Pedro Perpilhão³¹, podemos resumir os princípios estabelecidos para colégios da companhia pelo mestre de humanidade, Adorno, principal responsável pela definição do sistema pedagógico usado pelos professores nos colégios jesuítas. Em nove capítulos, Perpilhão descreve todas as metodologias indicadas por Adorno, fixando no início as obrigações de ser professor.

<<Antes de tudo, começa o humanista, se deve escolher mestre de costumes ilibados, zelo ardente, engenho vivo e erudição acabada, que não passa o tempo, à maneira de pedagogos vulgares, em bagatelas ou sonhos de gramáticos delirantes, mas tem à mão preceitos, poucos e recolhidos dos melhores autores, e conhece profundamente os mais aprimorados escritores em qualquer gênero literário, poetas, históricos e oradores, e é ele mesmo bem exercitado na arte de falar e escrever>> (RODRIGUES, 1931a, p. 437).

³⁰ Francisco Adorno: italiano e humanista.

³¹ Pedro Perpilhão: orador da Companhia e humanista, foi mestre nos Colégios de Jesus e das Artes em Coimbra e depois em Évora.

No que dizia respeito à forma de avaliação e ao incentivo aos estudos, os mestres eram regidos por um método que evitasse o desânimo de seus alunos e organizavam exercícios extras e frequentes, a fim de mantê-los ainda mais animados para progredir nos estudos. Todos os sábados havia declamações e/ou desafios particulares e, em especial, no primeiro sábado de cada mês esses exercícios eram realizados mais solenemente no pátio das escolas. Rodrigues (1931a, p. 444) frisa que depois da Páscoa tais exercícios extraordinários aconteciam com mais grandiosidade.

Nos cursos de artes e na faculdade de teologia referiam igualmente com freqüência e ardor característico daquela época, as disputas científicas, [...] diversas vezes no ano com maior aparato, em grandes reuniões não só dos professores de casa, mas também de doutores e mais personagens de fora.

Tanto em Évora como em Coimbra, especificamente, ocorriam rituais de disputas muito específicos, que, segundo os padres, mantinham “vivo” o desenvolvimento da Companhia. Aconteciam competições entre os discípulos; na mesma classe possuíam um competidor correto e sempre muito atento a um contrário; quando algo lhe era perguntado, o mesmo não poderia cometer erros, tornando assim a competição mais acirrada, um não queria perder para o outro. Segundo os princípios da Ordem, isso ocorria para que ambos auxiliassem a manter-se adiante, sem atrasos e sem faltas, ainda que comedidas.

No Colégio de Coimbra, os estudantes de humanidades e de artes realizavam disputas por 2 h, aos sábados antes e depois do meio-dia enquanto os que se dedicavam aos estudos de latim, grego e retórica disputavam publicamente entre si no primeiro sábado de cada mês. Para os padres, tais eventos faziam com que os jovens se incentivassem e vencessem os adversários, isso a fim de não deixá-los com desânimo e se empenhassem em vencê-los sempre com aplicação.

Na Companhia de Jesus parecia ser normal incentivar e cultivar competições entre os estudantes e para eles essa era uma emulação saudável e sem humilhações. Não havia o objetivo de ressaltar o fracasso do perdedor, mas demonstrar honestamente a honra daqueles que se esforçaram a realizar um trabalho brilhante e digno de reconhecimento.

De um modo particular porém se despertava este nobre sentimento pelos prêmios, com que se galardoavam esforços de maior diligência e êxitos mais brilhantes. Os prêmios ou se davam nas aulas pelo

professor ou com mais solenidade perante luzido ajuntamento de personagens (RODRIGUES, 1931a, p. 446).

No que dizia respeito ao teatro como estratégia pedagógica, com uma minuciosa escolha e alta dedicação em peças com fundos morais, instituiu-se nas escolas essa prática. Sempre com o emprego da língua latina, os mestres da ordem inaciana estrearam em Portugal a peça *Acolastus*, nome grego que significa *pródigo*, exibida em Lisboa no pátio do Colégio de Santo Antão, no dia 31 de maio de 1556. Não só o teatro, mas todas as esferas da educação estudantil passaram a ter fundo moral, virtude essa que para os membros da Companhia seria indispensável a fim de que se realizasse um trabalho com dedicação.

Cumpria-se deste modo cuidadosamente a regra do santo fundador, que nas suas Constituições preceituava que <<o fim que se procurava nos estudos da Companhia, era o proveito das almas próprias e das do próximo>>. Segundo esta norma, nas primeiras regras que se exararam para dirigir a educação da juventude, se inculcavam aos estudantes os exercícios de piedade e freqüência de sacramentos, e se recomendava aos professores tivessem continuamente a mira naquele fim espiritual, a que deviam tender (RODRIGUES, 1931a, p. 450).

Nos colégios jesuíticos em Portugal, cumpriam-se religiosamente todas as regras instituídas por Loyola. Todas as semanas organizava-se a explicação da doutrina cristã para o cumprimento reto das leis divinas. Outro hábito frequente das normas jesuíticas era o de participar da missa todos os dias.

Para evitar os perigos das paixões humanas que, segundo os padres, ameaçariam o bom desenvolvimento, comprometeriam os alunos com perturbações e danificariam o progresso da educação e aprendizagem daqueles alunos, os colégios possuíam vigilância de mestres e prefeitos de estudos que zelavam pelo comportamento daqueles. Para melhorar o monitoramento, as aulas eram divididas em decúrias, e à frente de cada repartição colocava-se um monitor a fim de se vigiar o comportamento de todos e responsabilizar-se em avisar o mestre caso alguma infração ocorresse por meio dos alunos.

Os religiosos acreditavam que o método de monitoramento seria uma das melhores formas de garantir o sucesso e a disciplina escolar. No Colégio de Santo Antão, por exemplo, o educador Cipriano Soares organizara tal esquema, relatando facilitar assim o governo de tantos jovens, pois afirmava a máxima de que “Onde há vigilância, cresce a moralidade” (RODRIGUES, 1931a, p. 452).

Quanto aos castigos, os de idades maiores recebiam punições em maior parte publicamente, pois, para os padres, nada doeria mais que a exposição de sua imagem. O jesuíta Nadal afirmava que *onde bastam palavras, não será necessário dar açoites*. Em alguns casos, os alunos poderiam pedir o próprio castigo, ou, ainda, oferecer-se para receber a pena de um de seus pares, demonstrando generosidade.

Os colégios jesuíticos não objetivavam fins mercantis, o que não permitia que se mantivessem sozinhos. Para tanto, a ordem inaciana sobrevivia com a caridade dos fiéis e da generosidade dos benfeitores tanto é que os colégios admitiam gratuitamente a permanência de seus alunos em tais locais. A primeira fonte a dar segurança aos padres em território luso foi D. João III. Podemos considerar, então, que a companhia foi apoiada e desenvolveu-se com tamanha eficácia pela gentileza e empenho do monarca português.

Mas as rendas principais, que podiam manter os colégios da Companhia, eram as que lhes provinham de bens eclesiásticos. Desde o ano de 1546 se foram anexando a cada colégio antigos mosteiros e igrejas, de cujos rendimentos auferiam os religiosos, segundo os termos de anexação feita por autoridade legítima, os meios de subsistência. Desta maneira, sem prejuízo dos bens nacionais, e até sem diminuição de fortunas particulares, se provia comodamente à grande obra da instrução do povo português (RODRIGUES, 1931a, p. 455).

Desde a formação da ordem, ficou claro que a renda dos colégios era da igreja e dentro desta deveria permanecer. O que poderia acontecer era a transferência de uma casa religiosa para a outra apenas.

A *Ratio*, como vimos, enquanto obra coletiva da ordem religiosa, organizou todas as disciplinas que deveriam acompanhar cada curso. O curso de letras era dividido em gramática, humanidades e retórica. Na base da formação estava o latim, que era ensinado para se falar e escrever. Até mesmo o ensino do grego era realizado por meio do latim. O ensino da gramática consistia em três graus sucessivos: inferior, médio e superior. Cada classe tinha seu próprio professor. Os alunos persistiam na leitura e na construção de textos bem como repetições de exercícios.

A *Gramatica* adoptada nas escolas da Companhia de Jesus era a celeberrima *De Institutione Grammatica Libri Tres* do jesuíta Manuel Álvares, impressa em Portugal pela primeira vez em 1572. Manuel Álvares, mestre de línguas latina, grega e hebraica, primeiro professor de Gramática no Colégio de Antão de Lisboa, e professor,

dos da primeira hora, do Colégio das Artes, é uma das figuras cimeiras da pedagogia jesuítica cuja obra prestigiou a actividade portuguesa no ensino, sem recear confrontos com os seus pares em todos os outros países onde a Companhia de Jesus dominou (CARVALHO, 2001. p. 336).

Essa gramática foi utilizada até o século XIX, adotada em toda a Europa e teve cerca de três centenas de novas edições. As outras disciplinas do curso de letras, as de humanidades e retórica, viviam da enfática predominância do estudo do latim nos anos anteriores à gramática. Todos os textos estudados eram seleccionados pelos membros da companhia, e aqueles que maldissessem a palavra sagrada seriam expurgados da coleção.

O jesuíta Jeronimo Nadal, em visita a Portugal, no ano de 1561, encarregou o Cipriano Suárez, do Colégio de Coimbra, a preparar autores latinos para fins escolares. A *Ratio*, por sua vez, propunha que, ao final do curso de letras, os cursos que se seguiam eram cronologia, história, geografia, usos e costumes, mitologia.

As aulas se estruturavam da seguinte forma:

[...] começava pela lição de cor, logo o professor corrigia os temas um a um tendo o cuidado de manter entretanto ocupado os alunos em fazer traduções, em imitar os autores, em compôr trabalhos originais, em coligir frases mais elegantes, numa palavra em proveitosos exercícios escolares. Seguia-se a repetição da prelecção anterior com explicação da seguinte e ditava-se o que se animava frequentemente com os desafio, e explicava-se a nova lição. Este era o andamento geral; esta a actividades contínua da escola (CARVALHO, 2001, p. 341)

No curso de filosofia, a duração era de três anos e sete meses, com 6 h de aulas diárias, sendo 3 h de manhã e 3 no período da tarde. As matérias eram: dialéctica, lógica, física e metafísica. A filosofia, ensinada pela Companhia de Jesus, consistia na formação moral e científica da inteligência. Aristóteles era seguido firmemente nos cursos, inquestionavelmente.

No curso de Filosofia quase totalmente ocupado por comentários aos livros de Aristóteles, também se faziam certas incursões no campo da Matemática concretamente na Aritmética, na Geometria e na Perspectiva, no 2º ano, e na Esfera, no 3º ano (CARVALHO, 2001, p. 350).

Carvalho (2001) relata que o ensino, de fato, da esfera parece ter aparecido somente em 1590, como de fato foi. Já quanto ao curso de filosofia, Inácio escreveu na VI parte das Constituições que a teologia constituía o mais alto escalão nos Colégios da Companhia como forma de preparar os estudantes para os demais

percursos a serem percorridos. A ciência, de forma geral, era apenas um meio para a teologia, que consistia no bem principal.

A partir de 1555, quando o Colégio das Artes foi entregue à companhia, várias produções passaram a ser realizadas ou autorizadas pelos padres. Além dos de gramática é possível observar: “[...] *Tratado da Arte de Arismética* [...], Porto, 1555, de Bento Fernandes; *Tratado de Arismética* [...], Lisboa, 1590, reeditado em 1592, sem indicação de autor, e *Tratado de Aritmética*, quinta edição, Lisboa, 1594, de Gaspar Nicolas” (CARVALHO, 2001, p. 358).

Os colégios da Companhia foram conhecidos mais tarde, não por apenas admitir sujeitos da ordem, mas também estudantes que não tivessem por vontade própria se integrado aos padres. Os que entravam na intenção de seguir o caminho jesuítico deveriam sujeitar-se a todas as regras impostas e estabelecidas; os que entravam sem essas intenções deveriam respeitá-las, mas já sabiam que não teriam tanto rigor a segui-las.

3.6. Colégios lusitanos: algumas das principais instituições administradas pelos padres jesuíticas no século XVI

De acordo com a *Educação Inaciana: desafios na virada do milênio*, documento este escrito e pautado pelos e nos próprios princípios jesuíticos, foi apontado que Loyola não havia encontrado no mundo universitário as certezas que imaginava obter à sua ordem religiosa. Para tanto, objetivou, entre outros motivos, fundar colégios com uma educação de qualidade e princípios cristãos.

É verdade que, desde o início o objetivo da Companhia ao ingressar no terreno educativo foi eminentemente apostólico. Mas equivocáramos se acreditássemos que os colégios da Companhia fossem um simples pretexto para manter e propagar a fé católica. A educação tem seus próprios fins e objetivos, que não podem instrumentalizar-se ao serviço de qualquer outra causa (*Educação Inaciana: desafios na virada do milênio*, 1999, p. 51).

Ao chegarem a Portugal, em 1540, os jesuítas foram muito bem recebidos pelo monarca, o que facilitou tanto suas acomodações como a sua rápida e acentuada progressão. O primeiro local para moradia que os jesuítas tiveram em Portugal era para formação interna de mais jesuítas na Ordem, sendo depois encaminhados para frequentar a universidade. O superior e chefe provincial dos

jesuítas, Simão Rodrigues, vinha conquistando e recebendo muito bem os novos membros da instituição (Rodrigues, 1931a).

Na primeira década de sua existência em Portugal os jesuítas não tiveram muitos colégios, mas a segunda década marcou de forma significativa sua atuação social e educativa. Segundo O'Malley (2004), o ensino era tão importante e primordial que Polanco³² escrevera para Borja, em 1557, um ano após a morte de Inácio, ser preferível que se abrissem, antes mesmo das casas, outros colégios; quanto mais instituições, mais havia possibilidades de se propagar o objetivo deles. Dizia, ainda, Polanco a Borja:

[...] há (na Companhia) dois caminhos para ajudar nossos próximos: um nos colégios por meio da educação da juventude em letras, no ensino e na vida cristã; e o segundo em todo lugar para ajudar os diferentes tipos de pessoas por meio de sermões, confissões e outros meios que se enquadram em nosso modo costumeiro de proceder (*apud* O'MALLEY, 2004, p. 13).

Essa carta dizia que as instituições escolares eram uma categoria fundamental ao desenvolvimento e domínio da Companhia. Polanco, padre jesuíta, justificava e defendia que cada jesuíta deveria fazer sua parte na escola, cuidar devidamente do que lhe cabia, mas era fundamental que todos tivessem uma função, um afazer.

Em 1542 Francisco Xavier escreveu da Índia, dizendo iniciar a construção de um colégio em Goa, o primeiro para externos, e no ano seguinte informava ter 60 alunos que possuíam entre dez e 20 anos; esse foi o primeiro colégio secular da Companhia de Jesus em todo o mundo. Em 1546, formou-se em Gândia, na Espanha, a segunda escola pública; em 1548, em Messina, na Sicília; em Roma, no ano de 1551, por Inácio de Loyola (FRANCA, 1952).

Em obras de divulgação jesuíticas, como *Características da Educação da Companhia de Jesus*, (1987), os relatos são claros de que o Colégio Romano foi o mais destacado, Inácio desejou que ele fosse um modelo. Com o tempo, converteu-se, mais tarde, numa universidade: Universidade Gregoriana; tanto é que na primeira elaboração do que viria a ser a futura *Ratio*, Inácio solicitou que fossem,

³² Juan Alfonso de Polanco, sacerdote jesuíta espanhol, secretario de Inácio de Loyola e um de seus principais conselheiros e, posteriormente, assistente dos superiores gerais, Diego de Laínez e Francisco de Borja.

principalmente, descritas naquele documento as “Regras do Colégio Romano”, já que este deveria ser tomado como modelo.

Foi em território português que os padres da Companhia de Jesus empreenderam suas primeiras experiências com colégios. Desde sua chegada até sua primeira expulsão, em 1759, as atividades educacionais talvez tenham sido o que mais destacou os jesuítas no reino lusitano. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, alguns daqueles primeiros colégios.

3.6.1. Colégio de Jesus

No ano de 1542, padre Simão Rodrigues chegou com 11 companheiros a Coimbra, com carta de solicitação do rei, para que fossem acolhidos na universidade enquanto estudavam e não encontravam outro lugar para ficar. Em seguida, foram transferidos para um monte mais alto da cidade, onde o provincial criou o Colégio de Jesus, instituição da companhia, que ficava junto à universidade (ALMEIDA, 2003).

Carvalho (2001) afirma que a moradia foi situada inicialmente na parte alta da cidade, lugar designado por Couraça dos Apóstolos (cujo nome refere-se aos próprios padres). Os componentes estudavam e moravam, além de se alimentar naquele colégio, e frequentavam também as aulas da universidade. Os estudantes aprendiam teologia, artes, retórica e gramática. Com a criação do Colégio de Jesus, não foi possível que Simão Rodrigues fosse o reitor do colégio, pois como representante da Companhia ele deveria morar em Lisboa, então seguiu, na reitoria do colégio, Diogo de Mirão, um espanhol.

Simão Rodrigues, em carta a Goa, escreveu ao mestre Francisco Xavier, agradecendo as orações e afirmando que as mesmas lhes rendiam efeito, pois o crescimento da instituição era elevado. O Colégio de Jesus, de Coimbra, primeira instituição educacional jesuítica em Portugal, possuía cerca de 130 alunos em 1551 (RODRIGUES, 1931a).

3.6.2. Colégio das artes

No que tange aos colégios edificadas pela própria Coroa, Oliveira Marques (1974) relata que entre as décadas de 30 e 40, do século XVI, mais de 20 colégios foram fundados, especialmente em Coimbra, sendo que um dos mais importantes foi

o de Braga. No entanto, o *Real Colégio das Artes e Humanidades de Coimbra* era considerado o mais famoso de todos os colégios humanistas, fundado pelo rei em 1547. A instituição seguiu modelos franceses. D. João III chamou André de Gouveia, sobrinho do velho Diogo de Gouveia, do Colégio de Santa Bárbara, para programar estudos e contratar professores.

Com cinco meses de funcionamento, morreu o diretor do colégio. A Companhia, então, propôs reestruturar o Colégio das Artes para estabelecer o ensino público em Portugal, isso começou em 1553, com a ida de Jerônimo Nadal ao território luso. Antes de a decisão ser tomada, D. João III solicitou visita para assistir a aulas e exposições no Colégio de Santo Antão a fim de conhecer o aprofundamento literário e convencer-se do ensino ministrado pelos padres inicianos; como já citamos, o rei, embora benfeitor da companhia, apresentava alguns comportamentos atípicos (CARVALHO, 2001).

Durante os 12 primeiros anos de atuação a Companhia não teve colégios públicos em Coimbra. Somente no dia 1 de Outubro de 1555, após muitos entraves e com a intervenção da família real, D. João III entregou o Colégio das Artes aos jesuítas, os quais já estavam ocupando o espaço havia oito dias antes. Consideramos ser importante frisar que

Quando se tratou de aceitar o Colégio das Artes, D. João III só deu este Colégio com a condição que os Jesuítas deixassem o Colégio de Jesus e que todos os moradores deste passassem para o das Artes, situado bastante longe da Universidade e na parte mais baixa e mais insalubre da cidade (LOPES, 1992a, p. 78).

Aceitas as condições, rapidamente os jesuítas perceberam que não fora um bom negócio, principalmente, pelas acomodações reduzidas e limitadas, mas D. João III já havia doado o espaço do Colégio de Jesus aos freis da Ordem de Cristo, que foram seus primeiros ocupantes; no entanto, mais tarde, o rei provou o apreço que tivera pelos membros e os reinstalou no Colégio de Jesus.

O Colégio das Artes, que seguia o modelo do Colégio de Santa Bárbara de Paris, tinha, entre outros objetivos, o de preparar os jovens para entrarem, *a posteriori*, na Universidade de Coimbra. Segundo relata Ameal (1968), a atividade pedagógica jesuítica foi incrivelmente reconhecida pelo governo português e se espalhou por todo o reino.

Para Rodrigues (1931a), o Colégio das Artes ficou conhecido por realizar muitas festas escolares; assim, com a educação que ali era oferecida, nada se perdia com a troca de novos professores, pois havia uma rigorosa manutenção das tradições. As mudanças foram benéficas e contribuíram na formação daquela juventude.

Inácio reconhecia e todos observavam que os gastos acumulados pela Coroa para a manutenção dos colégios e obras da Companhia eram imensos. O Colégio das Artes era parte integrante da universidade conimbricense, mas possuía, de certa forma, sua independência. Era membro e parte integrante de todo o sistema universitário.

O objetivo do colégio não era o de substituir a universidade, mas dar complemento à instituição, no que dizia respeito à preparação dos alunos para nela entrarem. Por parte de El-rei, era sabido por todos que se exigiam tratamentos igualitários aos envolvidos em ambos os processos educacionais; os alunos do colégio, por exemplo, trajavam as mesmas vestes dos frequentadores da universidade. A mesma regra era válida aos lentes que compunham tais instituições, pois deveriam possuir as mesmas regalias bem como cadeiras e assentos próprios para congregações universitárias.

[...] no primeiro mês de 1560, pôde sem reclamação dos lentes, dizer que à Universidade pertencia o colégio em que os religiosos da Companhia de Jesus liam as sciências inferiores. Mas até em documento oficial se escreveu, já no ano de 1557, que o mesmo Colégio das Artes o fundara D. João III na Universidade de Coimbra. Finalmente por carta real foi o colégio em 1561 formalmente unido e incorporado à Universidade com a concessão expressa de que o reitor, lentes, colegiais e mais pessoas dele gozassem de todos os privilégios, liberdades, graças e franqueza que à Universidade competissem (RODRIGUES, 1931a, p. 376).

Quanto aos vencimentos mensais e demais despesas, embora os membros da ordem tivessem aceitado negociação apenas confiando na palavra de El-eei, e não por meio de documentos, ele cumpria o combinado, pagando o suficiente para as despesas do local, os demais tributos e, ainda, aos mestres que faziam parte da equipe pedagógica e administrativa.

3.6.3. Colégio do Espírito Santo

A ideia de criação de um colégio eborense foi ao encontro da necessidade de fundação do Colégio de Jesus, em 1542. No entanto, não passou de projeto e só foi criado em 1553, pois D. Henrique intercedia incessantemente pelos jesuítas ao rei. Os mestres, chamados de Coimbra para ministrarem os princípios das aulas, foram inicialmente: o espanhol Perijuan Perpiñan (Pedro Perpinhão), Marcos Nunes e Nuno Álvares, cada qual para três classes de gramática, e Marcos Jorge para teologia e casos de consciência. O colégio chamou-se Colégio do Espírito Santo.

D. Henrique, desde 1551, na condição de arcebispo de Évora, já havia iniciado a construção do colégio a custo próprio, e este consistia em um edifício para servir como casa e seminário para a formação religiosa e para se estudar em Évora. O padre Jeronimo Nadal reforçou sua própria autoridade e, assim, o colégio foi aceito por Loyola para ser da Companhia.

Em 1553, o cardeal D. Henrique escreveu a Inácio que lhe respondeu com toda a reverência e gratidão sobre aqueles atos. Depois de algumas dilacões, inaugurou-se, solenemente, a 28 de agosto de 1553 (dia de Santo Agostinho), a instituição eborense. O papel de D. Henrique é destacado por Rodrigues (1931b, p. 24):

Quem mais procurou alargar a acção da Companhia com a erecção de Institutos de educação e ensino, foi o cardinal D, Henrique, intimamente persuadido pela experiência, de que era grande o proveito que dessas fundações nascia para a Igreja universal, para o bem das almas e difusão das sciências e das letras. Quando ainda o benemérito infante andava ocupado na consolidação e melhoramento da sua Universidade eborense e do colégio de S. Antão de Lisboa, já formava outros e grandiosos planos de empresas do mesmo género.

Com tamanho esforço por parte do infante, em 1559, o colégio foi elevado à categoria de universidade (LOPES, 1992b). Esta era composta por quatro faculdades: humanidades, artes ou filosofia, teologia e casos de consciência. A Universidade de Évora e o Colégio do Espírito Santo tinham um plano pedagógico articulado por D. Henrique, e, para tanto, foram sendo criados outros colégios para compor o sistema educacional em Évora, todos administrados pela Companhia de Jesus.

Por meio deste breve histórico de algumas das mais importantes instituições educativas, administradas pela ordem dos padres inacianos, podemos observar que a Companhia afetou de forma significativa a sociedade e os princípios portugueses.

Em carta de Simão Rodrigues a Xavier, que estava nas missões em Goa, o provincial relatou: “As coisas da Companhia, pela força do Senhor, em todas as partes crescem muito diante de Deus e dos homens; e aqui neste reino em número mais que em outra parte” (*apud* RODRIGUES, 1931a, p. 34).

Porém, não devemos desconsiderar as questões que permearam essas conquistas. Os jesuítas foram também, nesses espaços, perseguidos e incompreendidos pela população e por políticos lusitanos. Em 29 de agosto de 1549, por exemplo, foram vereadores e quadrilheiros³³ derrubar uma parede de um dos colégios em construção, violência esta punida por D. João III que mandou reparar os danos, obrigando-os a construir novamente. Os rumores que maldiziam os jesuítas eram grandes, também pela ordenação do rei para que os padres habitassem casas da universidade sem pagarem.

No entanto, a história mostrou que, apesar das críticas e ações em contrário ao que os jesuítas sofreram, a sua ordem religiosa prosperou muito em Portugal. Os colégios que foram por eles fundados são uma amostra de sua importância social naquele território.

Os três principais colégios fundados e/ou administrados pela companhia para educar a mocidade portuguesa foram o de Santo Antão, Colégio do Espírito Santo e Colégio das Artes. E, assim como aconteceram esses processos nos colégios citados, desejava-se que outros fossem instalados nas cidades de Portugal. D. Catarina, a rainha, solicitava que se multiplicassem essas casas e que os bispos pedissem isso às suas dioceses. Tais solicitações se iniciaram em 1551, mas, pela escassez de professores, Inácio não tomou pronta iniciativa ao atender-lhes. Loyola decidiu novamente repensar essa questão, e a primeira cidade a obter tal investimento foi a do Porto, o Colégio de São Lourenço (RODRIGUES, 1931a).

E, concretizando o histórico dos propósitos desses importantes colégios, para refletir a respeito do ensino e suas normas, Polanco indica aos seus pares uma lista com 15 benefícios conferidos pelas instituições a favor da própria companhia, para os estudantes e para a localidade na qual estavam instaurados, os quais são reproduzidos por O'Malley (2004, p. 331-332):

Para a Companhia:

³³ Os quadrilheiros eram agentes responsáveis pela segurança pública urbana em cada conselho de Portugal. Essa função existiu desde a Idade Média até o início do século XIX.

- 1 Os jesuítas aprendem melhor ensinando os outros.
- 2 Eles beneficiavam-se da disciplina, perseverança e diligência que o ensino requeria.
- 3 Eles aperfeiçoavam seu ensino e outras qualidades necessárias ao ministério.
- 4 Embora os jesuítas não devessem tentar persuadir ninguém a entrar na companhia, especialmente os que eram ainda meninos, seu bom exemplo e outros fatores ajudariam, não obstante, a ganhar operários para a vinha.

Para os estudantes:

- 1 Eles farão progresso na aprendizagem.
- 2 Os pobres, que possivelmente não poderiam pagar professores, muito menos tutores particulares, seriam capazes de fazer o mesmo.
- 3 Os estudantes seriam ajudados nos assuntos espirituais, aprendendo a doutrina cristã e ouvindo sermões e exortações.
- 4 Eles farão progresso em pureza da consciência e em todas as virtudes por meio de confissão mensal e inculcando bons hábitos.
- 5 Eles irão adquirir muito mérito e proveito de seus estudos, aprendendo a dirigi-los ao serviço de Deus.

Para localidade:

- 1 Os pais serão aliviados de obrigações financeiras para educar seus filhos.
- 2 Eles serão capazes de satisfazer suas consciências da obrigação de educar seus filhos.
- 3 As pessoas da área serão ajudadas pela pregação jesuítica e pela administração dos sacramentos.
- 4 Os pais serão influenciados pelos exemplos positivos de seus filhos para viverem como bons cristãos.
- 5 Os jesuítas encorajarão e ajudarão na fundação de hospitais, casas de convertidos e instituições similares.
- 6 Aqueles que hoje são somente estudantes crescerão até ser pastores, servidores cívicos, administradores da justiça e preencherão outros postos importantes para o aperfeiçoamento e aproveitamento de todos.

Nesta seção tratamos da Companhia de Jesus e dos aspectos que contemplam a presença jesuítica em território luso bem como dos princípios da pedagogia jesuítica naquela sociedade. Explanamos a forma com que os padres atuaram educacionalmente e a implantação dos colégios lusitanos.

Feito isso, dada tal discussão, na próxima seção colocamos em evidência, especificamente, o Colégio de Santo Antão, sua implantação e a forma como ele atuava diretamente na Coroa e sociedade portuguesa.

4. COLÉGIO DE SANTO ANTÃO

Escrever sobre o Colégio de Santo Antão é discutir a atuação da Companhia de Jesus, em Portugal, no século XVI. Esse exercício vai além das observações acerca do trabalho realizado pelos padres de iniciar um movimento religioso que tinha como principal objetivo propagar a fé cristã católica, pois, contempla, também, a influência que estes tiveram nos âmbitos social, político, educacional e religioso do período. Compreender tais influências é fundamental à história e historiografia da educação na Modernidade, em especial, a luso-brasileira.

Entender o Colégio de Santo Antão é, antes de mais nada, dar importância aos jesuítas e à evolução do conhecimento científico na sociedade portuguesa. O papel dos padres, nesse cenário, foi além da propagação da fé católica ou da instrução acadêmica, foi para o desenvolvimento da ciência em terras lusitanas.

Demonstrar que o Colégio de Santo Antão, localizado em Lisboa, no decorrer de sua história, especialmente no século XVI, tornou-se um destacado estabelecimento de pesquisa e ensino das ciências contribui com a compreensão do desenvolvimento e modernização científica tanto de Portugal como da própria Companhia de Jesus. Consideramos que o colégio tenha sido fundamental ao desenvolvimento da ciência moderna em Portugal, e, por essa razão, essa instituição vem a ser o objeto de estudo deste trabalho.

4.1. A Companhia de Jesus e o ensino público

A Coroa lusitana, após a primeira década da companhia em Portugal, aumentava o incentivo ao ensino. Embora houvesse, por parte de alguns políticos, pelo grande investimento, defesa da inutilidade dos estudos para todas as camadas sociais, muitos do reino ainda acreditavam no ensino, incentivando o processo de desenvolvimento nos colégios e universidades (RODRIGUES, 1931a).

Com a criação de centros de ensino e oportunidades surgidas frente às instituições citadas, os pais começaram, de forma significativa, a tirar seus filhos dos ofícios cotidianos, passando a estimulá-los aos estudos. Havia críticas, naquele período, ao incentivo de instituições religiosas, pois isso indicava a formação de padres, dificultando a quantidade de moços que se casariam. Os que não se

tornavam padres formavam-se colaboradores da Companhia, ou se casavam e iniciando a carreira de juristas ou procuradores.

As oscilações, ao longo do século XVI, tanto das funções atribuídas à universidade, como da figura do letrado, deverão ser analisadas tendo em conta o conjunto de leis, regimentos, ordenações e estatutos que pretendem organizar a vida académica. Este conjunto de normas interfere directamente com a prática do quotidiano, em que os actos são vigiados e controlados tendo em vista a formação de hábitos (MATTOSO, 1997, p. 119).

Visto isso, constatamos que, em 1551, Inácio de Loyola escreveu a Simão Rodrigues, pedindo-lhe para criar o ensino público em várias cidades de Portugal, a começar por Lisboa, Coimbra e Évora. O pai da companhia declarou que reconhecia o aumento das atividades da ordem e os reflexos positivos que haviam produzido na sociedade em sua primeira província.

Loyola pensava para a sociedade uma educação, como vimos no capítulo anterior, literária e moral da juventude, tendo em vista o sucesso do colégio, visando à utilidade de divulgação social que ele traria tanto para a ordem quanto para a Santa Igreja. Sempre considerando que “o fim de tais colégios era, como o de tôdas as obras da Companhia de Jesus, <<o maior serviço de Deus e o proveito dos próximos>>” (RODRIGUES, 1931a, p. 286).

O ensino público ofertava a possibilidade da instrução sem recorrer ao sacerdócio; aumentava, em larga escala, a possibilidade de se melhorar a vida e ter mais domínio nas oportunidades sociais. Talvez nem a própria Companhia imaginara tamanha influência nos domínios portugueses, nem no ultramarino (Carvalho, 2001).

Com um dos objetivos, o de impedir a sociedade de cair nos domínios dos pecados e heresias, mas sim trabalhar para a conversão, a Companhia de Jesus fazia votos e investia para que se pudesse ver sentada nos bancos dos colégios a maior quantidade de crianças e jovens possível. O domínio pedagógico tornou-se ainda maior com a implantação desse ensino público.

Segundo Carvalho (2001), havia uma organização para que aquele propósito fosse realizado, não se encontrando, naquele momento, diferenças entre membros da companhia e mestres universitários, já que eram “[...] unidos para o mesmo fim, que era o da defesa activa da Igreja Católica por via do ensino, alicerçados na tradição e coesos nos intuitos, toda a vida pedagógica nacional ia decorrer tranquila durante quase dois séculos” (CARVALHO, 2001, p. 330).

No início de 1553 foram abertas, em Portugal, as primeiras escolas com acesso ao público, e não tão somente aos que queriam tornar-se integrantes da Companhia de Jesus. Por meio do Colégio de Santo Antão, Lisboa foi escolhida para inaugurá-las.

De início, pelas circunstâncias, as normas prescritas por Inácio para implantar o colégio lisboense não puderam ser todas atendidas. Então, não se conseguiu edificar o colégio em local separado, assim, foi instalado na mesma casa de Santo Antão³⁴, em Lisboa, o primeiro centro de ensino público.

Durante dez anos a casa de Santo Antão tinha função, apenas, de residência, ou seja, oferecia abrigo aos padres e era sempre governada por um superior. Apenas em 1553 foi que a casa tomou forma de colégio. As primeiras aulas eram de grego, retórica, matemática e casos de consciência (princípios da moral cristã e que costumava ser debatido com método teológico).

Desde o início foram grandes o crescimento da obra e o êxito que ela tinha na sociedade portuguesa. Entretanto, o que mais despertava a admiração dos cidadãos lisboenses, a se crer nos relatos dos próprios jesuítas, era a transformação rápida e intensa na juventude, que demonstrava estar mais piedosa e cheia de bons costumes (RODRIGUES, 1931a).

Para realizar os investimentos em escolas públicas, Inácio enviou a Portugal, no mesmo ano de 1553, um jesuíta vindo de Maiorca, Jerónimo de Nadal, sua atividade seria muito útil para iniciar trabalhos como uma espécie de pedagogo em terras lusitanas.

O sucesso das escolas jesuítas era considerável e fascinava muitos, tanto que fazia com que a Coroa, juntamente com a Companhia, se esforçasse a construir novas escolas abertas ao público em geral. Esses colégios destacavam-se por apoiar alunos internos e externos, tanto das classes mais como as menos favorecidas.

O número de estudantes do Colégio de Santo Antão crescia rapidamente, e conseqüentemente, dobrava-se o número de aulas. Com tal crescimento, no final do

³⁴ A história de Santo Antão, personalidade da religião Católica que nomeia o Colégio, nasceu em 251, numa aldeiazinha de Coma, chamada Quemana El Aroune, na província de Benisouf, no alto Egito. Filho de coptas, sua família possuía terra às margens do Nilo, na província de Fayum. Ao perder pai e mãe aos 20 anos de idade, encontra-se sozinho e pobre. Devoto cristão, Antão via as coisas materiais mundanas como demônios, para ele o demônio era o príncipe deste mundo. Após uma vida de solidão, tortura e trabalho escravo, penúria e amor a Deus, Antão morreu a 17 de janeiro de 356. Devido a seus votos, é conhecido como Santo Antão, o santo da renúncia, aquele que via a pobreza como símbolo de pureza, bondade e aspiração para Deus (MILEER, 1956).

século XVI, foi necessário um novo edifício para acomodar os numerosos estudantes que frequentavam o espaço. Decidiu-se pela construção da nova escola por meio de ajuda da cidade, assunto este de que trataremos mais adiante.

Segundo Mattoso (1997), o colégio vangloriava-se por formar tanto padres para a Companhia como capitães, desembargadores ou servos destinados a outras religiões já que se tratava de uma instituição aberta ao público externo. O colégio de Santo Antão, por dois séculos, foi o mais importante de todo o território luso.

Segundo Rodrigues (1931a), no que dizia respeito aos princípios e à metodologia das instituições jesuíticas, almejava-se que os estudantes, por meio dos ensinamentos dos mestres, aprendessem latim e, se estivessem reunidos em grupo grande, que compreendessem até mesmo a leitura teológica nos modos parisienses. No entanto, na falta dessas habilidades, contentar-se-iam com o ensino das artes e letras humanas.

A Companhia aperfeiçoava seus mestres, que aprenderiam muito ensinando, pois dessa forma seriam mais resolutos e senhores do que sabiam; formavam seus próprios estudantes nessas escolas com o cuidado e exemplo próprios. Iam-nos instruindo nos ministérios sagrados, que se exercitavam no colégio, para que depois, em maior extensão e com mais perícia, soubessem ocupar-se nas lides do apostolado.

Enfatizamos o fato de a casa de Santo Antão ter dado aos jesuítas uma formação consistente. Tal instrução os apoiou a ir às missões, como, por exemplo, para o Oriente. Padre Xavier, já no Japão, afirmava em suas cartas ser fundamental que os membros da companhia que fossem compor as missões na China estivessem preparados e que, a partir de lá, frequentassem a Universidade de Ghengico a fim de atingir melhor instrução para colaborar nas missões para a conversão dos chineses (Leitão, 2007).

Os padres da ordem religiosa prezavam a formação universitária como fundamental ao movimento cristão e consideravam que a ligação entre esses povos era importante à medida que a China seria a porta para entrarem no Oriente.

O Colégio de S. Antão, que funcionou até a expulsão dos jesuítas em 1759, teve um lugar de destaque na sociedade e na ciência, pois um de seus marcos principais foi o de ter ministrado as atividades da “Aula da Esfera”, assunto que abordaremos especificamente no próximo capítulo. Porém, estudar essa instituição

não é realizar obra sobre história geral, nem estudar isoladamente as atividades científicas, afirma o professor Henrique Leitão (2007).

A Comissão Geral das Comemorações do V Centenário de S. Francisco Xavier, em Portugal, no prefácio do livro de Henrique Leitão, *A Ciência na “Aula da Esfera”, no Colégio de Santo Antão (1590-1759)*, relata que entre os séculos XVI e XVIII, os cientistas da Companhia de Jesus (muito alunos do Colégio de S. Antão), matemáticos, astrônomos, geômetras, estabeleceram um vínculo fundamental entre Ocidente e Oriente e assumiram, dessa forma, cargos na hierarquia científica chinesa.

4.2. Colégio de Santo Antão: implantação, política e desenvolvimento

Principalmente pela “Aula da Esfera”, a ciência portuguesa ficou conhecida internacionalmente. O Colégio de Santo Antão, além de toda a sua influência, foi discutido de maneira regular e consistente. Tanto a instituição quanto a aula citada ficaram expressas na formação da sociedade lusitana.

Os mestres desse centro de ensino foram responsáveis pela formação de cosmógrafos-mor, engenheiros-mor, arquitetos, cartógrafos, cientistas e profissões consideradas muito importantes naquele século. Ou seja, sua importância é destacada com nítida influência social.

Leitão (2007) afirma que, ao investigar arquivos, há notícias de que desde o início do colégio tenham sido avaliadas e valorizadas aulas científicas e astronômicas naquela instituição lisboeta. No entanto, apenas em 1590 foi que o curso regular de matemática foi instaurado, perdurando até a expulsão dos padres. Por meio dos relatos expressos pelo autor, fica claro compreendermos que a prática dos jesuítas foi de qualidade e que sua importância é destacada na ciência portuguesa.

Estudar a prática dos padres no território luso não quer dizer que naquele local ela fosse superior, tampouco correspondente à que eles desenvolviam nos demais países europeus. Mas é inegável que, naquela Coroa, o Colégio de Santo Antão, por meio de suas aulas, tinha um diferencial.

Loyola, meses após a inauguração do colégio, escreveu a D. João III, elogiando e agradecendo o incentivo à expansão de sua companhia em território português. Ainda reforçava que se contentava muito em aumentar os rebanhos de

almas para o Senhor Deus e que, onde houvesse disposição para atrair ensino educativo e bons costumes dos filhos e dos pais, que o fizessem; onde encontrassem boa disposição, poderiam abrir colégios a fim de semear as boas novas em território português (RODRIGUES, 1931a).

Nesse mesmo ano chegou a Portugal o visitador Miguel de Torres que conferiu se o trabalho estava sendo realizado a contento. Este indicou que Inácio Ihesus cedesse da Itália pessoas que entendessem bem da gramática e fossem capazes de colaborar com as experiências já realizadas nos colégios. O visitador, então, solicitava homens mais bem preparados para o ensino e ocupação de tais cargos. No entanto, segundo Rodrigues (1931a), não foi preciso o favor solicitado, pois não faltavam, nesse período, na província, mestres e muito menos reitores. Ainda assim, Inácio enviou Jerônimo de Nadal, que trazia técnicas desenvolvidas na Sicília e Itália.

Em 25 de janeiro de 1553, já haviam saído do Colégio de Coimbra Cipriano Soares e Manuel Álvares, ambos formados em leis de pedagogia e humanidades, que foram considerados beneméritos das letras. Os professores que passavam a integrar a instituição louvaram a ideia e os pressupostos da nova instituição de ensino público e a julgavam produtiva tanto para a juventude quanto para os cristãos de forma geral.

Já em Portugal, Nadal, o visitante comissário da província e D. Pedro Mascarenhas³⁵ debateram com os vereadores da Câmara objetivos do colégio e seu respectivo sistema de ensino; afirmaram que os métodos se constituiriam de três aulas de gramática, uma de humanidades e outra de retórica e que, também, ensinassem-se lições de grego, de hebraico e de casos de consciência. Com a aprovação da Câmara, o rei incumbiu Francisco Correia de providenciar tudo o que fosse necessário para a construção e efetivação do colégio.

Fixaram o dia dezoito de outubro desse ano de 1553 para a solenidade inaugural. Mas nos dias antecedentes era já enorme a concorrência de jovens que se matriculavam para o começo dos cursos; e a cidade receosa de que não houvesse lugar para os seus filhos, propôs aos mestres que aceitassem a obrigação de admitir

³⁵ D. Pedro Mascarenhas: foi um militar, diplomata e administrador colonial português, o 6º vice-rei da Índia portuguesa. Foi embaixador de Portugal na Santa Sé, onde desenvolveu esforços com o papa Paulo III para a vinda da Companhia de Jesus para as missões na Índia, a pedido do rei D. João III e de Diogo de Gouveia. A 15 de março de 1540, findou a sua missão, regressou a Portugal na companhia de Francisco Xavier. Em 1554 foi nomeado vice-rei da Índia portuguesa com sede em Goa, cargo que ocupou durante um ano até a sua morte em 1555.

aos estudos os moradores de Lisboa de preferência a quaisquer forasteiro (RODRIGUES, 1931a, p. 296).

D. João III disponibilizou renda de suas fazendas e alguns membros da sociedade também se ofereceram para doar rendas perpétuas para os benefícios da companhia. Com a caridade dos lisbonenses, aumentou e floresceu o Colégio de Santo Antão, não sendo de se estranhar que a instituição progredisse ainda mais. Com o passar dos meses, aumentava-se o número de alunos que desejavam sentar-se às cadeiras do centro de ensino. Por causa dos incentivos, o monarca autorizou e solicitou que se inaugurasse de forma solene o primeiro colégio de Lisboa.

[...] constituíam por agora o colégio não em edifício separado, mas na mesma casa de S. Antão. Além disso, não metiam mais que dois mestres de letras humanas, com a esperança de que, vendo a cidade naquele primeiro ensaio os proveitos de modo particular de instrução, se movessem pessoas abastadas a concorrer para que houvesse casa de mais vastidão e melhores acomodações para professores e estudantes (RODRIGUES, 1931a, p. 291).

Então, esse mosteiro de Santo Antão-o-Velho (entendemos que esse nome deu-se após o início da nova instituição) ficou conhecido como *Coleginho* (ALMEIDA, 2003; LEITÃO, 2007).

Em fevereiro de 1553 o colégio foi inaugurado com um discurso em latim de padre Cipriano Soares sobre o estudo das três línguas, sendo que os estudantes deram mostras dos trabalhos que seriam desenvolvidos a partir de então, o que encantou ainda mais todos os presentes.

No dia seguinte iniciaram-se as lições e os alunos foram distribuídos em cinco classes. A primeira dizia respeito à retórica, língua grega e estudo dos autores mais renomados latinos e tinha como regente padre Cipriano Soares. As outras disciplinas foram divididas entre outros discípulos, como Manuel Álvares, Roque Sanz, António de Andrade e Francisco Varea. Padre Francisco Rodrigues era responsável pela lição de moral. O colégio já atingia um número de 450 alunos e tinha como reitor Inácio de Azevedo (Leitão, 2007).

Os membros da Companhia escreviam ao padre Inácio, informando o quão grandiosa se tornava a extensão do colégio, tanto na dimensão como nas letras e virtude, e que em breve poderia ser necessária nova construção ou aumento do mesmo, pois não era possível realizar novas matrículas com tamanha lotação.

Em 1554 eram seis os professores de letras, além do professor de casos de consciência. Em 1555 aumentaram para sete as classes das humanidades, além de uma adicional da “ciência moral”.

[...] começou o P. Francisco Rodrigues a dar extraordinariamente preleções de astronomia, explicando com grande satisfação de numerosos ouvintes a Esfera de João de Sacro Bosco (RODRIGUES, 1931a, p. 298).

Desde o início da implantação dessa obra eram socialmente destacados os resultados dados por aqueles mestres naquela casa de formação. Como principal incentivador das ações desenvolvidas encontrava-se o prefeito dos estudos, mestre principal daquele colégio, o padre Cipriano Soares.

No que dizia respeito às letras, era sabido em toda aquela parte que os alunos levavam vantagem em relação a outros de instituições distintas; pois se dizia que em dois ou três anos, nos moldes de Santo Antão, eles superariam todos os outros. Por vezes, os pais retiravam seus filhos dos estudos de Coimbra e os colocavam no colégio de Lisboa.

O que porém mais despertava as admirações dos cidadãos de Lisboa era a transformação rápida e profunda que se operava no porte e costumes dos estudantes. Já no ano escolar que sucedera ao da abertura do colégio, se celebrava a mudança daquela bulhosa juventude. Aparecia mais composta nas suas maneiras, mais bem morigerada e mais piedosa (RODRIGUES, 1931a, p. 300).

Inácio de Loyola mostrava contentamento pelo desenvolvimento das atividades. Por meio de cartas enviadas a Portugal, afirmava que os colégios com apoio real se expandiam em todo o território português. O Colégio de Santo Antão, dessa forma, tornou-se fundamental àqueles tempos, pois trouxe, à juventude, à sociedade portuguesa e, sobretudo, à Companhia de Jesus, bens e contribuições extraordinárias.

Os estudantes reproduziam na sociedade aquilo que lhes era apresentado nas disciplinas, ou seja, com ensinamentos científicos e inovadores, aqueles jovens passaram a atuar na sociedade, de forma correspondente. Leitão (2007, p. 30) relata que

Ministravam-se no Colégio sobretudo classes de latim e de estudo de autores latinos, de língua grega e de retórica, além de aulas de temas morais e religiosos. Também se começaram a ministrar a partir de 1555, aulas de esfera, isto é, de introdução à cosmografia e astronomia, pelo padre Francisco Rodrigues, aulas estas que de

certa maneira viriam a ser o embrião da futura “Aula da Esfera” (LEITÃO, 2007, p. 30).

Mencionada a sua estrutura, ao contrário do Colégio de Jesus, em Coimbra, o de Santo Antão foi planejado desde o início para atender ao público que não pensava em ser jesuíta. Um dos problemas encontrados pela companhia foi a vontade de formação elitista por parte de alguns nobres. Francisco Correia, por exemplo, um vereador de Lisboa, solicitava que não se desse formação à camada mais pobre da sociedade, mas sim para indivíduos capazes de exercer cargos sociais e acrescentar algo produtivo à sociedade; porém, os membros da ordem não concordaram com essa ideia pois

[...] preferiam abrir largamente as portas do seu colégio a todos, sem estabelecer diferenças de categoria social, e difundir todas as classes as luzes da instrução e as lições da educação cristã. Com esta amplidão de caridade abriram na entrada de fevereiro o colégio no antigo mosteiro de S. Antão, e escasseava o espaço para acolher tão grande multidão de alunos, que acorreram ao convite dos novos mestres. Era o reitor naquele princípio o P. Melchior Carneiro (RODRIGUES, 1931a, p. 293).

Rodrigues (1931a) declara que o ensino se iniciou em duas classes, dirigidas por Cipriano Soares e Manuel Álvares. Mantinham 180 jovens, e no primeiro mês de julho os números atingiram 330; assim começou a recusa de alunos, pois a procura era maior que as condições de aceitação.

O edifício, localizado numa encosta do castelo, não comportava a quantidade de estudantes que desejavam estudar no centro, para tanto, foi necessário fazer outras casas próximas e distribuir os 450 estudantes em cinco classes, tendo um mestre para cada nível de ensino. Em 1554 eram já 600 alunos, entre os quais pelo menos 40 jovens eram da primeira nobreza do reino; instituíram-se seis classes de ensino. Em 1555, com sete classes, o colégio atingiu sua lotação, “[...] passava de 500 alunos no início do seu funcionamento; eram 1300 em 1575; 2000 em 1588 e em 1593; e 1800 em 1598” (CARVALHO, 2001, p. 325).

Segundo Leitão (2007), cerca de um ano após inauguração o colégio já crescia de forma estrondosa. Em 1554, por exemplo, com 600 alunos, já atingia sua lotação, o que pedia para que se construísse novo edifício. Iniciaram-se as queixas sobre má localização, problema enfrentado pelos jesuítas, desde o início, enquanto o local ainda era casa. Solicitavam-se quaisquer que fossem as instalações que

correspondessem à capacidade de receber mais de 1.000 alunos, 2.000 ou quanto mais fosse possível.

A frequência dos alunos nos colégios da companhia de Jesus era cada vez mais crescente. Com o Concílio de Trento e a vigilância sobre o ensino, tamanha procura chegou a preocupar os padres quanto a uma possível queda na qualidade do ensino, pois eles não sabiam o que fazer para melhorar a condição dessa oferta. Havia cartas de padres reclamando que não era possível ensinar, nem aprender, pois havia classes, como relatamos, com mais de 300 alunos, o que tornava muito difícil a aprendizagem (MATOSO, 1997).

Os padres conseguiram demonstrar que aquele ensino beneficiava a cidade e a corte com a primeira mostra dos alunos do colégio à sociedade. Ficou confirmado o sucesso das escolas da Companhia de Jesus. O reino ficou impressionado com tamanho entusiasmo, segundo consta do livro de Rodrigues (1931a). Sendo assim, os padres propuseram, ao monarca, estabelecimentos definitivos de ensino. O protetor das boas letras, D. João III, não só permitiu como orientou que Lisboa continuasse sendo a eles receptiva.

O colégio, enquanto escola pública, teve como sede o local no qual os jesuítas estrearam seu papel em Portugal, estes foram tão felizes enquanto mestres e hábeis educadores que, segundo Rodrigues (1917, p. 398)³⁶,

[...] os estudantes com tanto garbo e taes mostras de aproveitamento, que faziam admiração às personagens doutissimas, que assistiam, e alvoroçavam a cidade com a fama, que se espalhava. Banhavam-se de alegria os lisboenses com os progressos de seus filhos. Mas a mudança dos costumes acompanhava a melhoria nas letras.

Os alunos progrediam na fé, na virtude e nas letras. Rodrigues (1917) afirma que tinham fama em todo o território luso tanto os alunos quanto aqueles professores que os instruíam, que anunciavam à população que ensinavam por meio do Colégio de S. Antão a todo aquele que quisesse escutar. O sucesso não foi apenas com aquela instituição, mas seis meses depois tal glória foi dividida, também, como vimos no capítulo anterior, com o Colégio do Espírito Santo, em Évora.

³⁶ A alegria, o reconhecimento, a piedade dos lisboetas para com a atividade educacional da Companhia de Jesus é uma interpretação de Rodrigues, a partir da leitura dele das cartas e documentos do século XVI. Possivelmente, havia vozes discordantes entre a população de Lisboa, mas o fato é que as atividades educativas da ordem religiosa aumentaram, sempre, em Portugal.

Muitos outros colégios, instituições e seminários foram pensados para que a ordem exercesse a conversão e a instrução daquela gente. Em 1565, pensou-se na ilha de S. Tomé. A intenção do cardeal D. Henrique era aumentar, ainda mais, o campo de atuação da companhia. Em 1564, o geral, Diogo Laines, não rejeitou a implantação de novos seminários, mas afirmou ao cardeal que, caso esta ocorresse, não faltasse gente habilitada para reger tamanha obra.

Em 1565, a congregação geral da Companhia de Jesus, em Roma, resolveu que era possível a implantação de tais seminários, mas que fossem conjugados aos colégios, para que os professores das instituições fossem os mesmos dos seminários e que deixassem a administração livre para a Companhia.

Com esse mesmo pensamento, de investimento e implantação do ensino público, por parte da Coroa, nas instituições jesuíticas, foi oficializada a intenção de uma nova construção para a realização das aulas do Santo Antão.

Com o ensino gratuito e franqueado a todos, sem olhar a categorias sociais, cresceu o número dos alunos de tal modo que os Jesuítas, impossibilitados de se expandir naquele sítio, tiveram de buscar outro, desafogado, onde pudesse construir à vontade. Acharam-no ali perto, nuns campos <<pegados com os muros da cidade junto de Santa Ana>>. A planta, desenhada pelo arquitecto Baltasar Álvares, saiu pouco adaptada às exigências de um colégio da Companhia e demasiado sumptuosa. Fez outra o P. Silvestre Jorge, a qual prevaleceu, levando embora alterações de Filipe Terzi. Em 1593 estava erguida a terceira parte da construção e, proporcionando já instalações mais amplas que as da Mouraria, mudaram para lá as classes no mês de Novembro. O colégio guardou a denominação que tinha mas, para distinguir a sua nova situação da antiga, também se lhe chamou Colégio de Santo Antão-o-Novo (LEITÃO; FRANCO, 2012, p. 296).

E, para dar continuidade à história e consolidação desse centro de ensino em território luso, realizamos o esforço de contextualizar sua nova construção.

4.3. Colégio de Santo Antão-o-Novo

O aumento do número de alunos no Colégio de S. Antão resultou na necessidade de sua mudança de local. Foi determinado, portanto, que se construísse outro prédio, pois o primeiro não fora planejado para uma instituição de ensino, mas para um seminário. Como discutimos ao longo deste trabalho, ao abrir escolas públicas em Lisboa, muitos religiosos moravam no mosteiro de Santo Antão, que consistia num edifício pequeno, com dimensões estruturais acanhadas.

Ao fundar tal colégio, o número de estudantes foi muito grande e, pelos moradores que também se instalavam ali (padres, estudantes e colaboradores), suas acomodações ficavam a cada dia mais estreitas. O sítio, localizado na encosta do castelo real, era desigual, possuía muitos problemas no terreno e, para aplaná-lo, teriam que realizar imensas despesas também para desapropriar os que ali eram circunvizinhos. Segundo os cálculos dos administradores do colégio, a compra de terrenos ali perto teria valor muito mais baixo.

Em 1557, após quatro anos de funcionamento, D. Catarina e o infante D. Henrique já tinham propostas para auxiliar os padres nessa questão, tirando-os das más acomodações. Pensavam em edificar um colégio perto de S. Roque. Porém, as despesas eram muito grandes, e o dono dos terrenos não se disponibilizou a abrir mão deles.

Com a renúncia do cardeal infante à mitra de Évora em 1564, D. Fernando de Vasconcelos assumiu o controle de tal igreja e novamente voltou o debate de uma nova construção para que continuasse o funcionamento daquele ensino, no caso do colégio de S. Antão.

Já existia o esboço de uma planta e a intenção de construção de um seminário anexo à instituição. Em 1569, sem esperança alguma de tal edificação, os padres cogitaram a hipótese de construção paralela ao edifício de uma igreja, ainda que fosse em declive. Manuel Godinho escreveu a Francisco de Borja, relatando a situação e intenção dos padres e solicitou que ele, em nome da Ordem, comprasse com rendas da ordem um local para a construção.

Enquanto esperavam manifestações para um novo edifício, os jesuítas elevaram o ensino pré-universitário para um número nunca visto anteriormente, com importância significativa. No ano de 1573 foi que os inicianos realmente conseguiram avanços que apoiaram novas instalações. O cardeal D. Henrique assumiu a figura de fundador do Colégio de S. Antão e assegurou uma renda da parte do rei, D. Sebastião, seu sobrinho, mas o fez com algumas condições:

[...] o contrato de fundação que então se redigiu contém a primeira notícia directamente relacionada com a “Aula da Esfera”, que surge como uma condição imposta pelo “fundador”, cardeal D. Henrique: “que se acrescentassen las classes de latim que fuessen necessarias, que serian hasta una o dos, y que se leyesse una leccion de mathematica, y un curso de artes de três em três anos” (LEITÃO, 2007, p. 32).

Aceitas as condições de D. Henrique para que se fossem implementadas lições de matemática, iniciou-se a procura de um terreno. Descobriu-se um lugar, sítio de São Lázaro, um pouco abaixo do sítio de Santa Ana para a construção do novo edifício. Em 9 de Maio de 1574, padre Jorge Serrão escreveu ao geral da Companhia, informando os motivos das mudanças e, com a autorização de Roma, discutiram-se as plantas e a implantação do novo colégio.

É possível afirmar que a “Aula da Esfera”, que marcou o novo centro de ensino, nasceu de uma exigência por parte de D. Henrique para que fosse colocado em funcionamento o colégio no novo local. Segundo Leitão (2007), não é difícil inferir as razões por que foi realizado esse pedido por meio da Coroa:

Em Coimbra, na Universidade, o ensino de matemática estava num estado lastimoso. Com a jubilação de Pedro Nunes, em 1564, as aulas de matemática foram sucessivamente entregues a figuras menores e pouco a pouco caíram em total desleixo. Mestres incompetentes, alunos desinteressados e uma administração universitária pouco preocupada com a situação conjugaram-se para agravar o estado do ensino da matemática e das disciplinas científicas, em Coimbra (LEITÃO, 2007. p. 33).

Existia já, em Lisboa, desde meados do século XVI, a “Aula do Cosmógrafo-Mor”, que eram lições dadas na casa do cosmógrafo³⁷ sobre náutica e cosmografia.

Os monarcas acompanhavam de perto o sucesso desse colégio. No entanto, mesmo com esse pedido, demorou um pouco para se concretizar a construção da nova instituição.

No decorrer do ano de 1574, o provincial José Serrão reuniu-se com os demais padres da província e tomaram por resolução a escolha do lugar para a edificação do colégio. O cardeal aprovou-a e cedeu às despesas 3.000 cruzados para que a obra fosse executada no campo de Santa Ana; o local parecia ser limpo, sem muitas montanhas e com espaços livres e largos, além de ter bela vista para o mar.

O então rei, D. Sebastião, em 29 de outubro de 1576, autorizou que cedessem muros, torres e chãos para auxílio daquela construção e, ainda, solicitou ao presidente da Câmara, vereadores e procuradores de Lisboa que o autorizassem, argumentando que

³⁷ COSMÓGRAFO: responsável por uma parte da astronomia que dedica seus estudos à descrição do universo; veremos mais a respeito na próxima seção.

[...] a cidade e povo dela recebe dos Padres do Colégio de Santo Antão da Companhia de Jesus assim no ensino e criação dos moços, como nas outras coisas espirituais, em que continuamente se ocupam, e tendo também consideração ao aumento e nobreza que a cidade recebe da mudança que se ora faz do dito colégio para os chãos que estão abaixo do mosteiro de Santa Ana [...] (*apud* RODRIGUES, 1931b, p. 168).

Assim, o rei reforçou que se desse aos padres tudo aquilo que fosse necessário, principalmente o que eles próprios indicassem, para que pudessem realizar tal construção.

Com a compra do terreno, os padres levantaram a suspeita de que aquele espaço não seria suficiente para a obra e construção da instituição. E algumas reclamações, lamentações e oposições começaram a se mover ainda que tanto D. Sebastião quanto D. Henrique fossem a favor da edificação do Centro de Ensino. Segundo Rodrigues (1931b, p. 169), “Muitos levam a mal que se largasse aos religiosos tão considerável extensão do monte, e não faltaram outros que se opunham totalmente à construção do colégio”.

Povos, clérigos e até mesmo freiras franciscanas sentiram-se prejudicados com tal doação, pois a obra tirava um largo pedaço de terra do campo de Santa Ana. Muitas pessoas uniram-se e foram até a D. Henrique reclamar seus direitos: “Passaram até alguns à demência de defender que não eram necessários tantos estudos em Portugal” (RODRIGUES, 1931b, p. 170).

Padre Amador Rebêlo e Cristóvão de Gouveia, alternadamente reitores do colégio em 1579, escreveram para Roma, declarando que El-rei apaziguara situação e abrandara tal agravante e, nesse mesmo ano, ele iniciou a construção do edifício.

Mesmo após esses conflitos, o presidente da Câmara, D. Pedro de Almeida, entregou pessoalmente aos religiosos o campo a ser construído; assim, os jesuítas puderam cercar o local e rodeá-lo de muro, cultivando, até mesmo, uma horta fresca.

Alguns empecilhos atrasaram a obra, ainda mais que o arquiteto da Coroa, Baltasar Álvares, a pedido do rei, elaborou um projeto que os jesuítas não aceitaram, pois eles julgaram ser muito sofisticado e pensavam em algo muito mais simples. No entanto, pelo número de candidatos a ocupar vagas, era necessário que se tomasse uma decisão e que esta fosse urgente.

A grande concorrência de alunos tornou sensível a estreiteza da casa; e como o local era apertado não havia possibilidade de a alargar. Tratou-se por tal motivo de escolher sítio acomodado para

novo edifício, que comportasse doze classes de latim, um curso de artes, uma lição de casos e outra de matemática. No sítio que depois se chamou de Santana deu a câmara aos padres da Companhia, em 1578, por ordem de El-Rei D. Sebastião, um pedaço de terra, que veio a servir de cerca; e junto a ele se compraram algumas casas. A 11 de maio de 1579 se lançou a primeira pedra, e em 8 de Novembro de 1593 se passaram os jesuítas ao novo colégio, que, para se distinguir do primeiro, se chamou de Santo Antão-o-Novo (ALMEIDA, 2003, p. 397).

No dia 11 de maio de 1579 foi lançada a primeira pedra daquela obra que inovaria a instituição. Com o incentivo de D. Henrique, as novas instalações avançaram e foram tomando à proporção que teria, mais tarde, o colégio de Santo Antão-o-Novo.

Morto D. Henrique apresentaram os adversários suas queixas a Filipe II, e pediram-lhe que mandasse parar a obra. O rei prudente respondeu-lhes que fosse ela por diante; porque não havia ele de pagar o dinheiro que os Padres dispendiam (RODRIGUES, 1931b, p. 171).

Como colocado no primeiro capítulo, o citado rei era Felipe II da Espanha, que passou a usar o nome de Felipe I de Portugal. Ainda que com um novo monarca o colégio tivesse se mantido em construção, isso diretamente beneficiava os jesuítas. Mais tarde, a mando do visitador, Miguel de Torres, foi solicitado que se iniciasse a construção e se executasse a traça (o traçado) do rei. Dessa forma deu-se o princípio da construção e edificação do colégio.

Segundo o desenho real, a obra seria grandiosa e magnífica. Orçavam-se os gastos para a sua execução em quatrocentos mil cruzados. Entravam no edifício sete pátios, cada um com seus corredores e suas varandas em volta. Alguns deles subiam com três ordens de colunas sobrepostas e com ornamentos de arquitetura, que, no juízo dos Padres, servia, mais no aparato e majestade do que ao proveito. Como porém não satisfazia a planta, apenas faleceu o monarca, traçou o P. Silvestre Jorge outra de menos custo e de menor grandiosidade; mais simples e conforme às exigências e boa ordem de colégio da Companhia, e perfeitamente ajustada com a inclinação do terreno. Esta foi a traça que na edificação do grande colégio principiou a servir de norma. Em Roma recebeu a aprovação, e Roma insistiu mais de uma vez que sem alteração se executasse; mas, a julgar dos documentos coevos, não parece que se tenha seguido com exacção (RODRIGUES, 1931b, p. 172).

Quanto ao perfil da construção, em 1581, padre Silvestre Jorge tentou adaptar a planta a um estilo jesuítico, mais simples e contido. Tudo o que era feito em Portugal era passado para Roma, foi solicitado parecer de tudo o que julgavam

necessário. Com o pedido de Silvestre Jorge não atendido, apenas uma década depois foi que Valeriano conseguiu resultados de um novo desenho.

Em 1591 o irmão José Valeriano, famoso arquitecto italiano que já estivera em Portugal para acompanhar a edificação do Colégio, mas se retirara, por motivos de saúde, sem nada fazer, apresentou um novo traçado para o Colégio que foi enviado para Portugal. Esta nova traça, de inspiração romana gerou grande polémica entre os portugueses. O Pe. Silvestre Jorge que, em Lisboa, se ocupava da edificação do Colégio criticou-a, mas João Delgado, um jesuíta que estudara em Roma [...] defendeu-a (LEITÃO, 2007, p. 34).

A obra aconteceu vagarosamente e, apenas com ameaças do padre geral, nos fins de 1591 foi que a organização passou a acelerá-la. Ao passar de um ano, começou-se a cuidar das mudanças para o colégio novo.

Por fim, foram os planos de Valeriano que sobressaíram e realizaram-se naquela obra. A transferência passou a acontecer em novembro de 1593 e, ainda que a edificação não estivesse pronta, iniciaram-se as aulas. O colégio, com grandes dificuldades, sempre estava em manutenção: “O refeitório, por exemplo, só foi construído em 1599” (LEITÃO, 2007, p. 37).

No século XVII, a média do centro de ensino pré-universitário era sempre de 2.000 alunos. O rei sempre intercedia pelos jesuítas, que foram por muitas vezes perseguidos por políticos e alguns membros da sociedade pelos grandes gastos que suas instituições davam à administração do reino.

Em 1593, então, estava de pé a terceira parte do edifício. Há relatos de que as partes eram tão magníficas que poderiam acolher todo o colégio já naquela realização. Para tanto, nesse mesmo ano foi planejada e realizada a mudança para o colégio de Santo Antão-o-Novo. Francisco Rodrigues descreve com detalhes toda a cerimônia realizada para tal mudança:

Na manhã desse dia organizou-se, como era usual nas festas dessa natureza, soleníssima procissão, que saiu da igreja do antigo colégio, desde a costa do castelo em longo rodeio, até a à nova igreja, que provisoriamente se construiu de três naves no campo de Santa Ana. Iam à frente os estudantes do colégio, divididos por classes, em número de dois mil, coroados de verduras e flores, com elas acesas nas mãos. Seguia-os a aula inteira de matemática, e a de ouvintes de filosofia, e após eles duzentos sacerdotes, discípulos das aulas de Teologia Moral, vistosamente trajados de alvas e pluviais. Vinham logo os diáconos, paramentados de dalmáticas preciosas, que levavam aos ombros as imagens dos Santos, e dois andores esplendidamente adornados, um com as relíquias sagradas, outro com a imagem da Mãe de Deus. Por fim caminhavam os Padres

Agostinhos da Graça e os religiosos da Companhia. Fechava o cortejo o Padre reitor do colégio e sustentar nas mãos o Santíssimo Sacramento, encerrado em custódia de ouro e acompanhado por grande multidão de nobre e fidalgos, entre os quais se distinguia o patriarca de Jerusalém, núncio apostólico em Lisboa (RODRIGUES, 1931b, p. 174).

Aconteceu, na nova igreja, a primeira missa com todos os rituais pontificais. Foi indicado a pregar o orador, padre João de Lucena. Já acomodados no estabelecimento, os padres não se preocuparam em terminar a construção e finalizar o colégio, retomando a obra apenas em 1601; porém, no século XVIII ainda notavam-se partes inacabadas e sem conclusão.

Com os edifícios colegiais levantaram-se também na segunda metade do século XVI e primeiros quartéis do século XVII, encostadas às casas e colégios, igrejas de apreciável arquitectura, bem adaptadas não só para o continuado exercício dos ministérios sacerdotais, como tem por costume exercitá-los a Companhia de Jesus. No estilo dessas obras arquitectónicas em Portugal seguiu-se geralmente o que prevalecia naquela época de renascimento (RODRIGUES, 1931b, p. 180).

No que dizia respeito a essas construções de igrejas, elas revelavam riqueza e demonstravam opulência artística, principalmente na igreja do colégio. Uma fidalga, condessa de Linhares, foi quem, espontaneamente, fundou e enriqueceu aquela casa de oração. Mas, com tantas exigências, a igreja só ficou pronta em meados do século XVII. Os padres desde 1593 esperavam por uma igreja proporcional ao tamanho daquele colégio.

O número de classes aumentou rapidamente de sete para oito e, posteriormente, foi fixado em nove, sendo elas: cinco de gramática, duas de humanidades e duas de retórica, considerando que nas últimas se deu também o grego, durante todo o século XVI; a teologia moral teve como seu primeiro lente Francisco Rodrigues, que foi para a Índia em 1556; a filosofia iniciou apenas em 1590 com Valentim de Carvalho, que deu um curso de quatro anos e embarcou para o Oriente (LEITÃO; FRANCO, 2012).

Os principais reitores que dirigiram, nos seus primeiros anos, tamanho sucesso do Colégio de Santo Antão foram: P. Melchior Carneiro (fevereiro de 1553 a junho 1553); P. Inácio de Azevedo (1553 - 1555); P. Manuel Godinho (princípio 1556 – outubro 1556); P. Afonso Barreto (outubro 1556 – fevereiro 1557); P. Francisco Henriques (1557 - 1558); P. Gaspar Álvares (1559 - 1560), (RODRIGUES, 1931a).

Como sempre podemos notar no decorrer de toda a história da Companhia, o maior princípio dela era que a mesma se mantivesse fervorosa e de acordo com todos os princípios estabelecidos pelo fundador. Os jesuítas realizavam a renovação constante dos votos santos e procuravam sempre conservar a ordem da melhor forma, sem cair nos pecados e nem perder de vista os princípios estabelecidos pelo superior Loyola. Em nenhuma das fases da vida, um padre poderia esquecer ou manter-se longe dos ideais religiosos estabelecidos por sua ordem.

4.3.1. O colégio de Santo Antão-o-Novo e a ciência moderna

Apresentados a construção e alguns trâmites do Colégio de Santo Antão, tanto a primeira instituição como a sua nova construção, denominada Santo Antão-o-Novo, adentramos seu desenvolvimento em território luso e sua influência na ciência moderna.

Rossi (2001) afirma que no centro de ensino de Santo Antão os estudiosos não só organizavam os saberes científicos, mas, também, analisavam e debatiam importantes teorias, como a heliocêntrica, proposta por Nicolau Copérnico (1473-1543).

Entre o século XVI e XVII, o colégio já era conhecido em toda a sociedade portuguesa e já havia se tornado um dos centros mais importantes de toda a Europa. O avanço das ciências nos mais variados estudos, como mecânica, estática, óptica, passou a ser contemplado. Foi iniciada a construção de telescópios por meio dos quais as observações astronômicas se realizam (LEITÃO, 2007).

Pela formação realizada, principalmente naquela instituição, os jesuítas passaram a contribuir de forma generosa com as traduções, com a permissão dos limites impostos pelo Concílio de Trento (em referência, por exemplo, aos livros proibidos). Leite (1938-1949) relata que o papel dos religiosos nas traduções era divulgado nas metrópoles e na colônia, e entre vários exemplares matemáticos estavam as obras de Clavius, Kircher e estudos de Newton e Descartes.

Até no Brasil, por exemplo, encontramos os reflexos do Colégio de Santo Antão. Por meio de documentações é possível afirmar que, pela formação de alguns padres nesse centro de ensino, houve, na colônia, as primeiras aulas de “Lição de Algarismos”, ou de geometria, que aconteciam nos colégio da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco (LEITE, 1938-1949).

Assunção (2014) destaca que o progresso do ensino matemático sofreu oscilações, tanto por meio dos professores que lecionavam no Colégio de S. Antão quanto pela censura dos textos a serem utilizados pelos mestres. No entanto “[...] é importante ressaltar que a circulação de jesuítas pelos diferentes colégios da ordem espalhados pelo mundo permitiu um forte intercâmbio cultural que arejou a mente dos jovens estudantes” (Assunção, 2014, p.58).

As descobertas e as viagens que a instituição passou a proporcionar, por meio de suas descobertas, geraram o reconhecimento cultural em apoio à promoção das alterações nos padrões de comportamento de todo aquele povo. Essa reorganização quanto ao novo modo de vida social, pelas evoluções recorrentes, adquiriu forma por meio dos estudos que aqueles homens se disponibilizaram a realizar. Paolo Rossi ressalta que

O mundo terrestre é o mundo da alteração e da mutação, do nascimento e da morte, da geração e da corrupção. O Céu, ao contrário, é inalterável e perene, os seus movimentos são regulares, nele nada nasce e nada se corrompe, mas tudo é mutável e eterno. As estrelas, os planetas (o Sol é um deles) que se movem ao redor da Terra não são formados pelos mesmos elementos que compõem os corpos do mundo sublunar, mas por um quinto elemento divino: o éter ou quinta essência, que é sólido, cristalino, imponderável, transparente e não sujeito a alterações. As esferas celestes são feitas da mesma matéria. Sobre o esquadros destas esferas em rotação (como ‘nós em uma tábua de madeira’) são fixados o Sol, a Lua e os outros planetas (ROSSI, 2001, p. 36).

Essas novas formas de ver o mundo resultaram numa nova forma de observar a natureza. E, então, é com tal pressuposto que vamos ao próximo capítulo, com a reflexão de que o nascimento da ciência moderna oportunizou uma renovação dos princípios e dos métodos. Para Assunção (2014), esse modelo adentrou ao século XVII, procurando harmonizar homem, Deus e natureza.

O que percebemos com o Colégio de Santo Antão é que os jesuítas, tanto por eles próprios como pela sua influência social, dedicaram-se não somente aos ensinamentos religiosos da fé católica, mas passaram a ser responsáveis e começaram a dar forma à circulação dos conhecimentos científicos.

A Companhia de Jesus, para servir a Coroa, atuou diretamente na difusão de uma educação intelectual com bases científicas como forma de inovação do Portugal moderno, mas, ainda assim, mantendo a sociedade em caminhos religiosos. Partindo desse ponto, entraremos na próxima discussão, em que o homem passou a

pesquisar e buscar fundamentos às suas explicações; para tanto, ele recorreria à ciência.

5. CIÊNCIA MODERNA EM PORTUGAL: A “AULA DA ESFERA” NO COLÉGIO DE SANTO ANTÃO

Nesta seção relatamos a inserção das ciências matemáticas nos currículos do Colégio de Santo Antão, o primeiro centro de ensino jesuíta público de Portugal. Reforçamos que a gênese de implantação daquelas aulas foi iniciativa impulsionada por D. Henrique e, mais tarde, reforçada e apoiada por Filipe I de Portugal, na continuidade de construção de Santo Antão-o-Novo.

Há afirmações, por parte dos estudiosos dessa temática, de que sempre existiram e foram valorizadas as aulas científicas e astronômicas no Colégio de Santo Antão; no entanto, apenas em 1590, e posteriormente com a *Ratio Studiorum* de 1599, foi que o curso regular de matemática foi instaurado e regularizado; sua permanência foi até a expulsão dos jesuítas de Portugal, por Marquês de Pombal.

O colégio, como temos visto até o presente instante, não precisou de muito tempo para demonstrar aos membros da sociedade portuguesa seus objetivos. Inicialmente foi destacado como um centro de ensino diferenciado e, digamos de passagem, não apenas por ser uma instituição pública, ele era marcado, sobretudo, pelo seu ensino matemático e pelo incentivo à ciência e novas técnicas modernas. Os documentos jesuítas, como as Constituições da Companhia de Jesus e a *Ratio Studiorum*, demonstram o interesse que essa instituição tinha em dar valor às ciências naturais, à lógica, à física e à matemática.

O marco principal do curso de matemática foi a “Aula da Esfera”. E, para discutirmos o papel e importância dessa aula no Colégio de Santo Antão, é preciso que antes apresentemos o que se entende por ciência nos séculos XVI e XVII³⁸. Foi

³⁸ Embora as questões discutidas nesta dissertação de mestrado sejam acerca da conjuntura do século XVI, seria impossível e inevitável realizarmos esta seção sem que adentremos, ao menos, no início do século XVII. A “Aula da Esfera” tem seu início no ano de 1593, e, para falarmos de Santo Antão, devemos, indispensavelmente, citá-la. Seu grande auge está no início e meados do século XVII. Portanto, esclarecemos ao leitor que nossa preocupação continua no centro de ensino no século proposto no trabalho, mas é necessário realizarmos algumas considerações sobre o século seguinte.

por meio do trabalho educativo realizado pela Companhia de Jesus que a aula foi difundida, primordialmente, na Europa continental. A inserção de inovações matemáticas nos currículos dos colégios administrados por essa ordem religiosa, a começar por Santo Antão, impulsionou os avanços científicos em todos os locais que abrangiam o padroado português.

Apesar de os padres, até então, terem como linha principal de seus cursos o conteúdo humanista, a ciência passou a ter uma participação fundamental em suas instituições. As disciplinas científicas consistiam, principalmente, nos ensinamentos matemáticos que delineavam questões geométricas, físicas, celestes e até mesmo astrológicas. Quando fazemos estas análises, não isentamos a Companhia de Jesus de interesses, até mesmo com finalidades mercantis, pois incluir as novas ciências em seus colégios seria um valioso instrumento para a difusão da fé católica, já que atrairia mais interessados a seus estudos e ainda renderia investimentos por parte da Coroa.

O valor atribuído a esses ensinamentos demonstra que os colégios jesuíticos atendiam não apenas, e exclusivamente, a uma educação cristã, mas também respondiam às necessidades sociais; sociedade que, por sua vez, entrava em uma época moderna e de transformações.

Os padres, por onde passavam, pela associação que faziam do ensino com suas benfeitorias, conseguiam angariar fundos de cristãos que assumiam grande parte da manutenção dos colégios, principalmente lhes confiando a educação de jovens membros da Companhia com o retorno imediato de terem ali também a educação de seus filhos (O'MALLEY, 2004).

5.1 Algumas concepções sobre a ciência no século XVI

Pelo fato de a “Aula da Esfera” ser considerada um assunto científico, vemos a necessidade de trabalharmos algumas questões a respeito desse conceito. No trabalho de dissertação de mestrado *Ratio Studiorum, Educação e Ciência nos séculos XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida*, Piero (2008) afirma que com a *Ratio Studiorum* foram valorizados os estudos científicos e matemáticos nos colégios jesuítas, com eles foi regularizado o ensino de física, matemática, *Elementos de Euclides*, geografia e “esfera”. Nesse contexto,

A ciência considerada moderna, parece partir do mesmo pressuposto da *episteme* grega - haveria uma ordem no universo que poderia ser apreendida pelo homem. Contudo, se para o filósofo grego a apreensão da realidade seria mediada pela contemplação dessa realidade, para o cientista moderno além de contemplação vai haver teorização, modelagem explicativa, experimentação e, mais que tudo, ação e transformação da natureza (PIERO, 2008, p. 29).

Piero (2008) alerta, ainda, que a ciência moderna não se limitava apenas à teorização, mas ia além desses pressupostos e avançava à prática, à transformação daquilo que era estudado. A autora acredita que a ciência moderna foi construída tanto pela ciência teórica quanto pela tradição prática, fosse ela do artesão ou do artista que a desenvolvia.

Ao redimensionar a visão de alguns pensadores a respeito de tal definição, Koyré (*apud* OLIVEIRA, 1997) afirma que no renascimento a ciência e a técnica eram mantidas de forma espaçada, distante; a técnica consistia na prática, a ciência investia no saber filosófico, abstrato e isolado do trabalho manual. Ao encontro com tal afirmação, Saraiva (2000) reforça essa definição quando se posiciona afirmando que, no século XVI, os avanços técnicos (práticos) não resultavam em avanços científicos (teóricos).

Em via oposta a essas definições, Oliveira (1997) considera que ciência é uma junção da técnica e do fazer experimental. Nessa mesma vertente, Garin (1988) relata que a ciência apresentada atualmente (o autor refere-se ao século XX) é muito diferente da de quatro séculos atrás. A ciência, no século XVI, por vezes, era associada até mesmo à magia, era envolta a mistérios e associada ao diabólico, pecaminoso; ainda assim, a partir dos *Quinhentos*, ela passou a ser uma necessidade cotidiana.

As inovações científicas que vinham transformando a sociedade moderna portuguesa seguiam o caminho da experimentação, e, naquele período, segundo Paiva (2006, p. 6), “[...] O Homem se quer liberto da visão teológica antes dominante e, embora crendo em Deus, dele se distingue, afirmando-se capaz e autônomo (Humanismo)”. Foi nesse cenário que a Companhia de Jesus, com seus colégios, realizou os diálogos entre a fé e a ciência. O início do ensino aconteceu no Colégio Romano³⁹, onde a filosofia, a ciência e a teologia eram ministradas com igual importância.

³⁹ Na seção II desta dissertação realizamos considerações acerca dessa instituição de ensino.

Pelo fato de a Companhia de Jesus ser uma ordem religiosa e não ter o ensino científico, muito menos a difusão da ciência como enfoque de suas obras, é equivocado afirmar que ela não contribuiu para o surgimento da ciência moderna. Os jesuítas defendiam como princípio dos ensinamentos questões filosófico-teológicas e lutavam contra as divulgações de determinadas obras científicas (vide a censura de livros (im)posta em documentos jesuíticos). Porém, aqueles padres não ficaram presos nem a Aristóteles e nem ao conhecimento científico, eles criaram sua própria visão naquela conjuntura.

Leitão (2007, p. 43) afirma que alguns pesquisadores não julgam, consideravelmente, importante a participação dos padres e mestres da “Aula da Esfera”, do colégio de Santo Antão, na ciência moderna e, ainda, colocam em dúvida a qualidade dessas aulas. Porém, concordamos com o autor quando este afirma que esses estudiosos

[...] deveriam reflectir um pouco mais sobre os factos. Em primeiro lugar, cumpre recordar que não se conhecem críticas ao nível científico de Santo Antão por outras personalidades ou instituições portuguesas. Por exemplo, que se saiba, nem a Aula de Cosmógrafo, nem a Universidade de Coimbra, isto é, nem cosmógrafos nem professores universitários, criticaram o ensino da “Aula da Esfera”. Muito pelo contrário, a “Aula da Esfera” foi o local de formação de bom número de cosmógrafos e engenheiros e a Universidade de Coimbra passou pela situação humilhante de ter de solicitar a professores jesuítas que dessem as aulas de matemática. Nem mesmo em meados do século XVIII, quando o ensino *filosófico* dos jesuítas estava debaixo de fogo cerrado por vários sectores da sociedade portuguesa, se ergueram vozes credíveis contra a qualidade do ensino científico-matemáticos no Colégio de Santo Antão. Isto é, a crítica ao ensino na “Aula da Esfera” nunca foi uma crítica nacional [...].

Com isso, no século XVI, os padres viam a possibilidade de trabalhar a ciência unida à fé, pois, segundo Manso (2005), a Companhia de Jesus é fruto da época em que viveu e, à medida que impulsionou o avanço científico, conseguiu manter sua tradição ortodoxa cristã católica. Em um século em que os conteúdos dos currículos universitários e dos colégios estavam ligados à filosofia e à teologia, os jesuítas desenvolveram ensinamentos técnicos e não apenas teóricos, mas também práticos; as lições eram colocadas em papel e divulgadas por meio das aulas.

Segundo Leitão, no *Livro Científico dos Séculos XV e XVI*⁴⁰, estudo patrocinado pela Biblioteca Nacional de Portugal (BN), no ano de 2004, o período do lançamento das atividades científicas na Europa, ou ainda denominada como “*Revolução Científica*”, na Idade Moderna, coincidiu com a cultura do texto impresso nas sociedades ocidentais e, com isso, valorizou conteúdos e obras científicas que se referiam à matemática, à astronomia e a até mesmo à astrologia.

5.1.1. Da matemática

Ao analisarmos o catálogo do *Livro Científico dos Séculos XV e XVI* (2004), observamos que nesses séculos a maioria dos livros de ciências matemáticas, senão todos, foram publicados em latim. Analisar essa questão leva-nos a refletir que aquela era uma forma de colocar o culto, o erudito contra o homem prático, dificultando a esse último o acesso aos livros e impedindo que tivesse contato com os bens sociais, ou seja, o conhecimento não era acessível a todas as camadas. Henrique Leitão, também estudioso das obras de Pedro Nunes, afirma em introdução a esse catálogo que

[...] coube a Pedro Nunes deixar uma célebre página em defesa da matemática escrita <<em linguagem>>, onde, de facto, se acusam os <<letrados>> de escrever em latim apenas para aumentar a sua autoridade. Mas este trecho é um dos menos conseqüentes (e talvez menos sinceros) em toda a obra de Nunes: contrariando as suas próprias palavras, o matemático nunca mais deu aos prelos nenhuma obra em português e curou sempre de redigir em latim as obras que considerava melhores (LEITÃO, 2004, p. 22).

Ao falarmos em ciência, matemática ou física, sobretudo no século XVI, fica indispensável enfatizarmos sobre os *Elementos de Euclides*, uma obra central na história das ciências exatas. Tal publicação é conhecida pelo seu rigor e complexidade por estudiosos de todos os tempos. Ainda realizando referências da análise de Leitão (2004, p. 23), o autor narra que

Proclo (410-485) relata que Ptolemeu I, rei do Egito, certa vez perguntou a Euclides se não havia um outro processo, mais cômodo,

⁴⁰ O professor Henrique Leitão apresenta nessa obra um estudo da circulação de livros impressos nos séculos XV e XVI. Toma como base a coleção de livros encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa. Julga ser uma amostra representativa da literatura científica de Portugal nesses séculos. Anexo ao livro encontra-se o catálogo, com mais de 300 páginas, contendo listas de tudo o que havia disponível sobre as ciências físico-matemáticas e suas aplicações.

de estudar geometria que não passasse pelo estudo dos *Elementos*, ao que Euclides teria respondido que em geometria <<não há uma estrada para reis>>.

Àquele que quisesse dominar os conhecimentos matemáticos seria necessário trilhar o duro e longo caminho da aprendizagem. É possível afirmar que os *Elementos* foram um dos principais livros matemáticos impressos. E, com sua divulgação em Portugal, nos *Quinhentos*, foram elaborados livros com anotações dos alunos, evidenciando a forma como a sociedade refletia acerca das dificuldades de tais teorias; tais documentos encontram-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.

As disciplinas científicas, principalmente as matemáticas, nas grades curriculares dos colégios jesuíticos, fazem parte de toda a história da instituição de Santo Antão. As primeiras iniciativas do ensino matemático nos colégios dos padres surgiram por Jerónimo de Nadal em 1548, então reitor do Colégio de Messina, que com a autorização de Roma recomendava que se fizesse presente nas grades “[...] o estudo dos *Elementos de Euclides*, da *Aritmética* e da *Esfera* de Orôncio Fineu, e do livro sobre o astrolábio de Johann Stöeffler” (LEITÃO, 2007, p. 40).

Leitão (2007, p. 43) completa: “Como escreveu George Sarton, um dos mais importantes historiadores de ciência do século XX, ‘one cannot talk about mathematics in the 16th and 17th centuries without seeing a Jesuit at every corner’⁴¹. Para tanto, afirmamos que não há como escrevermos, com relatos, a história da ciência europeia sem fazermos referência à matemática dos colégios da Companhia de Jesus, em suma ao de Santo Antão e Santo Antão-o-Novo.

5.1.2. Da astronomia

Da mesma forma como partimos do estudo da matemática, propriamente dita, seguimos para outro campo do saber ao qual ela dá continuidade a partir do século XVI: a astronomia. Uma das publicações mais divulgadas, talvez por ser de entendimento mais simplificado, foi o livro intitulado a *História Natural de Plínio*, inclusive é o exemplar que mais possui cópias em toda a Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴¹ Nossa tradução: “não se pode falar sobre a matemática nos séculos XVI e XVII, sem se ver um jesuíta em cada esquina”.

Para dar o devido enfoque à história da astronomia, sobretudo em Portugal, o texto que apresentou tal conhecimento aos estudantes dos colégios jesuíticos foi o *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco. Há cópias importantes nos arquivos portugueses, não apenas obras de Sacrobosco, mas também edições comentadas de um dos principais estudiosos dessa temática: Cristóvão Clávio, ou *Clavius*. No Colégio Romano, o padre Clávio escreveu e lecionou matemática, e, em suas aulas, na segunda metade do século XVI, já eram discutidos os princípios do sistema heliocêntrico.

A priori, a astronomia, na sociedade lusitana *quinhentista*, não foi estudada por grande parte do alunado universitário; o número de estudantes que realizavam leituras aprofundadas de noções elementares astronômicas era reduzido. Apenas com a abertura do ensino público e com a construção de Santo Antão-o-Novo foi que houve espaço físico e equipe com preparo teórico para oferecer tal ensino.

Na Biblioteca Nacional portuguesa podemos encontrar volumes sobre as aulas astronômicas e matemáticas, escritos por professores jesuítas (citaremos, especificamente a seguir) que tinham essas aulas astronômicas como tema central de seus trabalhos desenvolvidos no Colégio de Santo Antão. Então, notamos que, segundo essas publicações, a cultura científica está ligada intrinsecamente à ideia de inovação.

Segundo Henrique Leitão, na catalogação do livro *Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII* (2009), também organizado pela BN, a astronomia tornou-se excepcional por ser a primeira ciência à qual a matemática foi aplicada com êxito. A aplicação das técnicas matemáticas astronômicas foi divulgada logo no século XV tanto na cultura ocidental como na oriental. A importância dada aos movimentos celestes teve uma relevância fundamental no surgimento e desenvolvimento da ciência moderna, considerando que “Não foi por casualidade que a revolução científica do século XVII teve como seu vetor principal a astronomia [...]. O estudo das estrelas do céu andou sempre lado a lado com o das estrelas de papel” (LEITÃO, 2009, p. 20-21).

A Idade Moderna, sobretudo no século XVI e principalmente XVII, está ligada às observações e teorias acerca do universo. Grandes cientistas daquela época tinham como foco tais discussões em suas obras, como Copérnico, Galileu, Kepler, Newton, dentre outros. Galileu Galilei, por exemplo, por volta de 1609, realizou o início das discussões e debates sobre o verdadeiro ordenamento planetário,

polêmica que também entrou em questão nas discussões do colégio de Santo Antão.

Em Portugal a astronomia era ensinada, também, em Coimbra e Évora, para ser praticada na corte, em mosteiros e por profissionais isolados, que mais tarde atenderiam a alunos com aulas particulares em suas casas. Uma das principais obras sobre astronomia eram os *Guias Náuticos* de Munique e de Évora, textos impressos que tratavam sobre a prática da navegação.

No território português, o conhecimento do *Tratado da Esfera*, de Sacrobosco, é considerado anterior aos guias citados e aborda questões sobre princípios fundamentais de cosmografia para “[...] determinação da posição, regimentos, [...] obtenção da latitude a partir da estrela polar e do Sol, outras regras importantes, as tabelas necessárias para levar a cabo esses cálculos, etc.” (LEITÃO, 2009, p. 38).

Embora a produção científica sobre astronomia fosse um tanto reduzida em Portugal, assim como em toda a Europa, foram publicadas naquele reino algumas obras de alto nível, entre elas se destaca a de Pedro Nunes, um matemático muito respeitado pelos padres da Companhia de Jesus e escritor do *Livro de Álgebra*.

Até à publicação da *Algebra* de Cristóvão Clávio, em 1608, o *Libro de algebra* foi uma das obras preferidas para os estudos algébricos nos colégios dos jesuítas, e mesmo depois dessa data continuou a ser usada com frequência por eles, possivelmente em consequência dos rasgados elogios que Clávio sempre fez ao matemático português. A correspondência de Clávio confirma a relevância que era atribuída aos trabalhos do matemático lusitano, deixando entrever o modo como o seu livro era lido e usado (LEITÃO, 2010a, p.13).

A astronomia à época não se restringia apenas aos fenômenos celestes, como usualmente conhecemos hoje em dia, pois dela faziam parte, ou melhor, derivavam as discussões de cunho astrológico. Segundo o professor Henrique Leitão, referindo-se a Portugal,

A história da astronomia no nosso país teria um período excepcional durante as primeiras décadas do século XVIII quando, sob o generoso e entusiasmado mecenato de D. João V, e com o apoio científico de vários astrônomos jesuítas, as actividades astronômicas conheceram aquilo que pode bem designar-se como uma idade de ouro no nosso país. Por volta de 1722 foram construídos dois observatórios astronômicos em Lisboa, os primeiros dignos desse nome, no Paço e no Colégio de Santo Antão. Beneficiando de apoio real e contando também com o apoio de especialistas estrangeiros, em particular os jesuítas Domenico Capassi (1694-1736) e Giovanni

Batista Carbone (1694-1750), a actividade nesses observatórios desenvolveu-se em grande ritmo (LEITÃO, 2009, p. 40).

Outra área de conhecimento importante, nesse período, foi a astrologia, pois era considerada um complexo que acompanhou constantemente as discussões astronômicas. A importância dedicada a essa área de conhecimento foi reportada com publicações já do século XV, tal qual veremos a seguir.

5.1.3 Da astrologia

A astrologia⁴² também era considerada fundamental aos conhecimentos científicos. No entanto, ponderamos ser importante destacar que, quando falamos em astrologia, sobretudo nos séculos XVI e XVII, referimo-nos a uma ciência e não ao conceito que nos é, por vezes, apresentado atualmente. Não apenas no colégio de Santo Antão, mas

[...] a legitimidade do recurso à Astrologia vinha sendo desde há muitos anos vivamente controvertida, pois com fundamento em Santo Agostinho, Santo Isidoro e sobretudo S. Tomás de Aquino, muitos teólogos sustentavam que eram ilícitas todas as práticas astrológicas que colidissem com o livre arbítrio (ALBUQUERQUE, 1972, p. 11).

Então, quando um professor realizava ensinamentos sobre a astrologia, principalmente na “Aula da Esfera” (que veremos detalhadamente no subitem 5.2), antes disso deveriam ser apresentados justificativas e argumentos que explicassem o seu objetivo, como, por exemplo, as anotações do padre João Delgado, no ano de 1607. Ele afirmou nas suas últimas conclusões sobre esses estudos astrológicos que “<<o saber a *verdadeira* astrologia, como o das demais ciências, sempre he e sempre foi licito>>” (*apud* ALBUQUERQUE, 1972, p. 12), e, com isso, observamos que além de tudo ele considerou a astrologia uma ciência, chamando-a de astrologia judiciária.

⁴² Para o padre Francisco da Costa, a astrologia era uma ciência de qualidade, em oposição à astronomia, que era uma ciência de quantidade. Isso em seu *Tratado 1º dos princípios da Astrologia*, escrito no final do século XVI.

O conceito de astrologia que vigorava em Portugal, na primeira metade do século XV, baseava-se, como sublinha Joaquim de Carvalho, nas definições de João de Sacrobosco (ca 1195 – ca 1256) e de Afonso X de Castela (1252-1284) – ambos com obras fundamentais descritas e comentadas no presente *Catálogo* – que compreendiam a <<Ciência da Esfera>>, mas também a astrologia judiciária e a influência dos astros na vida <<sublunar>> (COUTO, 2009, p. 9).

Na análise das lições matemáticas e astrológicas que o padre João Delgado realizou nas “Aulas da Esfera”, de Santo Antão, principalmente em 1606, Carolino (2005) relata que o jesuíta a defendeu como possuidora das características da ciência aristotélica e deveria ser considerada uma verdadeira ciência. Esse jesuíta foi um dos primeiros a defender o uso do ensino da matemática numa conjuntura atrelada aos saberes aristotélicos.

5.2 As ciências matemáticas em Santo Antão: sobre a “Aula da Esfera”

A “Aula da Esfera” é considerada a principal aula desenvolvida no colégio de Santo de Antão, em especial após a construção de Santo Antão-o-Novo. Ela tem esse nome, com muita probabilidade, e, segundo estudiosos como Henrique Leitão e Luís de Albuquerque⁴³, pelo *Tratado da Esfera*, de João de Sacrobosco, elaborado no século XIII, mas com influência em toda a Europa até o século XVIII. Pelas obras e manuscritos deixados por professores daquele centro de ensino, acreditamos que o nome das aulas resultasse desse documento.

A “Aula da Esfera” foi fundamental às novidades e inovações científicas de Portugal na época moderna. Seu início, no Colégio de Santo Antão, foi o que garantiu a entrada de instrumentos de estudos como, por exemplo, o telescópio; para além disso, no colégio também acontecia a construção deles. Por meio dessa aula, o Colégio de Santo Antão foi o responsável pela modernização e institucionalização da astronomia, criando ali o primeiro observatório de Portugal no século XVIII.

A inovadora “Aula da Esfera”, daquele centro de ensino pré-universitário, mantinha diálogo muito estreito com os debates da Academia de Clávio, do Colégio Romano, fato que mantinha aqueles padres informados de todos os novos

⁴³ Luís de Albuquerque foi o responsável por duas edições de materiais, obras e manuscritos deixados pelo padre Francisco da Costa (um intelectual respeitado e um dos principais professores da “Aula da Esfera”). O objetivo desse pesquisador foi abordar assuntos acerca das aulas de cosmografia e matérias afins, ministradas no Colégio de Santo Antão.



Azulejos na sala da Aula da Sphaera no Colégio de Santão, Lisboa.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

Até a década de 70 dos *Quinhentos* havia apenas indícios de aulas de matemática nos colégios da Companhia de Jesus e, ainda assim, apenas por parte dos alunos jesuítas daquelas instituições. Mais tarde, com o pedido de D. Henrique, foi que as “Aulas da Esfera” tiveram sua aplicabilidade. Em território luso elas foram iniciadas em 1593, no colégio de Santo Antão-o-Novo, e foram até 1759, com a expulsão dos jesuítas.

A “Aula da Esfera” foi, durante muitas décadas, a mais importante instituição portuguesa de ensino de náutica e todas as técnicas associadas à navegação. Foi também uma das mais importantes instituições de ensino de arquitetura e engenharia militar, de perspectiva e cenografia (LEITÃO, 2007, p. 22).

Um dos fatores que acreditamos ter reforçado a manutenção dessas aulas na instituição foi a formação do cosmógrafo-mor. Pedro Nunes ocupava o lugar de cosmógrafo-mor da Coroa, sendo nomeado oficialmente em 1547 como representante do reino. Para que se pudesse exercer essa profissão, era exigido, no regimento do cosmógrafo-mor de 1592, que o candidato tivesse domínio sobre as *Lições de Matemática*, pois passou a ser considerado uma obrigação alguém assumir aquele cargo.

Portanto, o fato descrito pode explicar a procura da alta nobreza pelas matrículas no Colégio de Santo Antão, pois a população fidalga, com os ensinamentos daquele centro de ensino, poderia servir ao rei nas navegações de

além-mar (ALBUQUERQUE, 1972; LEITÃO, 2007): “[...] o cosmógrafo-mor, por cláusula registrada no regimento, já então era decerto obrigado a ler aos pilotos, cartógrafos, construtores de instrumentos náuticos e homens do mar” (ALBUQUERQUE, 1972, p. 09).

Ao olharmos alguns dos primeiros currículos do Colégio de Santo Antão, notamos que ele se aproximava muito das exigências feitas no regimento do cosmógrafo-mor. Luís de Albuquerque (1972) relata que as aulas dedicadas à arte de navegar, do padre Francisco Costa, eram muito parecidas com o que era cobrado para o cargo. No entanto, com o decorrer do tempo, as lições foram perdendo o foco e sofrendo alterações; cada mudança de mestre sofria a consequência de alterações no currículo e nos ensinamentos. Com isso, variava-se também o carácter teórico-prático dessas aulas.

[...] a preocupação de ensinar o uso prático dos instrumentos náuticos ou astronómicos devia caber expressamente ao cosmógrafo, pela letra do respectivo regimento, mas parece nunca ter sido considerada de primordial importância na <<aula de esfera>>, embora os Pes. Costa e Estancel a eles aludam mais de espaço do que os seus colegas. Sem dúvida considerava-se que para os alunos daquele Colégio interessava mais o conhecimento <<especulativo>> - como então se dizia – das matérias, do que o seu conhecimento prático; cremos por isso não errar muito admitindo que a maioria desses cursos teve até um carácter mais teórico do que o curso professado por André de Avelar na Universidade de Coimbra, na última década do século XVI, pois para este requisitara aquele mestre um astrolábio de madeira e um mapa-mundo a cores, a fim de ilustrar com demonstrações práticas a prelecções. (ALBUQUERQUE, 1972, p. 10).

Para Albuquerque (1972), com os manuscritos e documentos dessas aulas fica claro que a “Aula da Esfera” não era elaborada com muitos instrumentos práticos. A maior parte dos relatos consta que ela trazia natureza teórica e descritiva, tanto que há cartas de padres⁴⁴ solicitando materiais para o bom desenvolvimento dessa atividade.

Quando pontuamos que as aulas eram adaptadas ao “ritmo” de trabalho do professor, é porque elas eram adequadas ao plano de ensino e não tão somente aplicadas da forma como os profissionais achassem correta. Todas as grades

⁴⁴ Pe. João König (ou dos Reis), jesuíta que vai a Portugal na segunda metade do século XVII para lecionar e ocupar uma cadeira de Matemática na Universidade de Coimbra, escreve solicitando que mandem da Inglaterra materiais como: globos terrestres, óculos, bússolas etc, pois ele tinha por objetivo ensinar com aulas práticas (ALBUQUERQUE, 1972).

curriculares traziam normas para se seguirem e conteúdos básicos a aplicar, podendo ser alterados e não modificados completamente. Nos manuscritos deixados pelo padre Luís Gonzaga, em seus relatos quanto à *Esphera Astronomica*, ele afirma: “<<a obediência que me entregou o presente magistério, me determinou também a matéria proposta com preceyto tanto mais apertado e obrigatório, quanto mais superior...>>” (*apud* ALBUQUERQUE, 1972, p. 11). Ou seja, as normas da Companhia de Jesus eram adotadas e obedecidas pelos mestres da ordem.

Salientamos que, de acordo com os currículos, é possível observarmos que as discussões da “Aula da Esfera” e das demais disciplinas de Santo Antão, em seus aspectos filosóficos e teológicos, estavam interligadas aos acontecimentos que ocorriam naquele momento na Coroa Lusitana, ou ainda, a assuntos polêmicos que aconteciam na Europa. Além do que aquilo demonstrava a opinião da Companhia de Jesus a respeito dos temas.

Não encontramos, por meio de documentos ou livros de autores que se referem a essa temática, como comprovarmos os trâmites burocráticos e preparatórios que levaram essas aulas a funcionarem no colégio. Porém, é possível supormos como elas teriam acontecido quando os jesuítas se prontificaram a atender aos interesses da Coroa, especificamente aos de dom Henrique.

[...] os jesuítas terão procurado um professor idôneo, seleccionado entre os seus um dos mais competentes, e cuidando em que adquirisse uma formação matemática avançada, formação essa que não se conseguiria obter na altura no país. Não sabemos exactamente o que sucedeu, mas sabe-se que o nome de João Delgado [...] não aparece nos catálogos portugueses entre 1576 e 1585 [...] (LEITÃO, 2007, p. 46).

Nos catálogos vemos que, posteriormente, no ano de 1586, já constam relatos de João Delgado como professor de matemática, ainda que para pequenos grupos de alunos jesuítas. Isso pode explicar que ele possa ter se encontrado em Roma, na Academia de Clávio, para melhor se preparar e ensinar a matemática, mais tarde, nos colégios portugueses. Finalmente, no ano de 1590 temos documentos do professor em pleno exercício, nas “Aulas da Esfera” no Colégio de Santo Antão.



Fig. 1

Fig. 2

Fig. 1 Esquema da esfera celeste aberta. Fig. 2 Manuscritos de astrologia. João Delgado, 1607.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

O jesuíta português João Delgado é considerado o fundador dos estudos matemáticos em Portugal. Segundo Carolino (2006), os matemáticos recorriam às demonstrações desse padre para realizarem suas pesquisas e trabalhos.

Delgado aludia aos argumentos dos autores que consideravam que a matemática não era, em rigor, uma ciência como Aristóteles a havia entendido. Segundo o filósofo grego, ciência configurava um tipo específico de conhecimento que se caracterizava pela causalidade e necessidade. Como havia exposto nos *Analíticos Posteriores*, “arbitramos possuir a ciência absoluta de algo e, não, ao modo dos Sofistas, de um modo acidental, quando julgamos que conhecemos a causa pela qual esse algo é, quando sabemos que essa causa é a causa desse algo, e quando, além disso, não é possível que esse algo seja outro que não este” (Aristóteles, 1987, I, 2, 71b9-12). Ciência era, portanto, concebida como uma espécie de conhecimento da determinação causal que explicava não apenas o que determinada coisa era, mas também a razão única do ser dessa coisa. Como veremos, esta relação entre causalidade e necessidade vai ter um papel muito importante na discussão seiscentista sobre a cientificidade da matemática (CAROLINO, 2006, p. 20).

Nas aulas do Santo Antão, o padre Delgado centrava suas discussões em comprovar que a matemática também procedia por *causas* e princípios próprios e verdadeiros, assim como as demais ciências (CAROLINO, 2006). Dessa forma, ele contribuía com as discussões daquele século, principalmente por considerar as

questões nucleares da filosofia da matemática e manter um vínculo estreito com as inovações advindas do Colégio Romano.

Leitão (2007) afirma que a possível razão de a “Aula da Esfera” ter demorado tanto a ser concretizada e iniciada no colégio foi pela necessidade de tempo para formação de um jesuíta específico, ou ainda, a transição entre uma instituição e outra, a mudança entre o Colégio de Santo Antão (Coleginho) e o colégio de Santo Antão-o-Novo.

Com as aulas de matemáticas no colégio jesuíta, a Coroa teve novas perspectivas e expectativas em relação à ciência. Sendo assim, em 1592 havia um projeto de cartografar e realizar a geografia do território português. Então,

[...] fizeram ao Geral dos jesuítas, Claudio Acquaviva, para que enviasse para Lisboa o famoso Cristóvão Clávio a fim de chefiar esse grandioso empreendimento. [...] até meados do século XVII, as matérias científicas e matemáticas foram ensinadas no Colégio de Santo Antão com uma tónica especial nas questões relacionadas com a náutica e a cosmografia, o que, sem dúvida, era determinado pelas necessidades do país e não apenas para cumprir detalhadamente as exigências pedagógicas da própria Ordem (LEITÃO, 2007, p. 47).

Como já afirmamos no decorrer deste trabalho, uma das principais provas que temos sobre a participação de alunos leigos nas aulas científicas no colégio de Santo Antão são as anotações em português e não apenas em latim, como eram feitas pelos estudantes que desejavam fazer parte da ordem. É isso que consideramos um diferencial moderno no colégio de Santo Antão, ou seja, a difusão pública ao conhecimento daqueles que não pretendiam fazer parte daquela ordem religiosa.

Com relação aos professores, Rodrigues (1917) esclarece-nos que os jesuítas não ficaram alheios ao estudo das matemáticas e das ciências, mas sim valorizaram a prática dessas questões principalmente em Coimbra, Évora, Lisboa e na China. Em 1685, por exemplo, o superior geral, Carlos Noyelle, afirmou ao provincial português da ordem:

<<Desejemos ardentemente que os nossos religiosos nessa Província portuguesa cultivem os estudos de Matemática, não somente para exercerem o magistério dessa Faculdade, mas sobretudo para poderem ser enviados à missão da China. Por estes motivos ordenamos a V. Ver.^a que, dos estudantes que terminaram o curso filosófico, destine alguns de talento e boa aptidão para estudarem esta Ciência>> (*apud* LOPES, 1988, p. 507).

Notamos, por esse trecho, que os alunos mais bem quistos a irem, após se ordenarem, às missões na China eram aqueles com talento e conhecimento suficiente não apenas na filosofia, mas também que demonstrassem facilidades e cognição ativa para domínio da ciência. Esse também foi um dos enfoques principais da instituição em questão.

São divulgadas nas pesquisas realizadas por estudiosos dessa temática informações de que o centro de ensino pré-universitário também considerava fundamental a aprendizagem de idiomas variados, não apenas o latim ou o português. Com os manuscritos de anotações feitas por alunos e encontrados na Biblioteca Nacional de Lisboa, é possível afirmarmos que, para além dos ensinamentos filosófico-astronômicos, cada aluno recebia aulas, especificamente, do território ao qual o padroado das missões portuguesas o enviaria (LEITÃO, 2007).

Após tais apontamentos e ressaltarmos quão importante eram considerados os investimentos nas ciências, apontamos algumas considerações que, segundo Albuquerque (1972), podemos supor sobre a organização da “Aula da Esfera”:

- 1) uma parte do curso era dedicado à arte de navegar, às navegações;
- 2) abrangia o estudo da geografia, ou hidrografia, sobre a descrição dos oceanos e linhas dos continentes e ilhas;
- 3) eram estudadas lições de cosmografia, tanto em construção como uso de globos;
- 4) realizava considerações sobre astrologia judiciária, de João Delgado;
- 5) geometria: os professores mais antigos não a consideravam por causa dos manuscritos encontrados. Porém, era vista com a aritmética e não visava apenas às técnicas de navegar e a astronomia, que também faziam parte do currículo do Santo Antão;
- 6) houve uma inclusão da arquitetura no curso, o objetivo era dar noções para se construïrem fortalezas em seu reino, cumprindo a função de engenheiros militares.

Em síntese:

Mas a respeito de todas as limitações ou erros que lhe possam ser apontados, a <<aula de esfera>> do Colégio de Santo António foi uma actividade escolar de importância e significado na cultura portuguesa do século XVII; efectivamente, era este o único curso onde se professavam as ciências tão intimamente ligadas à

Matemática – numa época em que a cadeira universitária sobre esta ciência não tinha professores e a <<Aula de Fortificação>> ainda não aparecera; e lá estudaram os preparatórios muito dos homens que, como Manuel Pimentel e Francisco Pimentel, se distinguiram em actividades e cargos que dependiam dessas ciências (ALBUQUERQUE, 1972, p. 22).

A “Aula da Esfera” teve, sobretudo, um carácter pioneiro no território português. Com seus temas tratando da matemática, astronomia observatória, astronomia teórica, náutica, cosmografia, teoria do calendário, hidráulica, ótica, estática, assuntos náuticos, enfim, muitas outras temáticas, entendemos que a instituição de Santo Antão, por meio daquela aula, abriu as portas para a ciência moderna, inserindo a Coroa lusa na denominada “*Revolução Científica*”. Essa aula no Colégio de Santo Antão foi

[...] porta de entrada em Portugal de muitas novidades científicas desde o uso de logaritmos ao emprego da projecção de Mercator, passando pela construção de instrumentos científicos, pelos primeiros textos conhecidos de estática teórica, etc. Foi ainda o primeiro local, e durante muitas décadas o único, em que o estatuto científico da matemática foi proclamado em moldes que se poderiam chamar modernos [8-10]. E foi também o local por onde Galileu, o telescópio e o debate cosmológico se difundiram no nosso país. (LEITÃO, 2010b, p. 20).

As aulas de matemática, como já citamos, não eram consideradas importantes apenas para o colégio lisboense, mas também para toda a conquista do padroado português. Um missionário da Companhia de Jesus nas missões na China, por exemplo, apresentava as experiências realizadas com telescópios bem como uma imagem de Saturno, vista por Galileu, assunto esse que dava credibilidade para que os chineses confiassem nos padres. Então, entendemos que Santo Antão foi a primeira instituição de ensino europeia onde os alunos tinham contato com a construção de telescópios e que os preparava para a divulgação dessas ideias (LEITÃO, 2010b).

A astronomia, presente na “Aula da Esfera” e ensinada por professores portugueses e também estrangeiros, como veremos a seguir, tornou Lisboa cenário de grande circulação de intelectuais e cientistas. A ida da Companhia de Jesus para o extremo Oriente, principalmente China, fez com que muitos matemáticos e astrônomos passassem por Portugal para seguir adiante e realizar as missões. Esses padres não traziam consigo apenas conhecimento, mas também, enquanto

esperavam, obras, instrumentos de análise, livros, assuntos científicos e desvendavam polêmicas acerca da “*Revolução Astronômica*”.

5.3 Alguns mestres da “Aula da Esfera” e suas contribuições

João Delgado, segundo Leitão (2007) e Rodrigues (1917), foi um dos primeiros professores dessa aula e não deixou uma obra específica sobre essa transição ou o início dos exercícios da mesma. O que há nos arquivos portugueses e outros⁴⁵ são relatos nos cadernos de alunos e nas obras de outros padres que afirmavam a respeito de tal informação. Com anotações do professor Delgado, podemos dizer que

[...] além de uma introdução à cosmografia, ensinava astronomia a um nível muito superior ao meramente introdutório. Dedicava uma atenção cuidada a tópicos de astronomia teórica, naquilo que então se apelidava de “teórica dos planetas”. [...] como outros professores da Aula da Esfera, dedicou também algum tempo ao estudo da Astrologia (LEITÃO, 2007, p. 47).

Como já afirmamos, não sabemos ao certo se a demora da sistematização das aulas teve a ver com a construção do novo edifício ou com a formação de que se precisava ter por meio de um de seus membros da ordem religiosa. Mas supomos que, ao encontro de sua preparação, João Delgado cuidou da formação do padre Francisco da Costa, pois foi este quem o substituiu (RODRIGUES, 1917).

Nos anos em que não são encontrados relatos do professor João Delgado, há os do professor Francisco Costa (1567-1604) que, por sua vez, embora lecionasse na “Aula da Esfera”, tinha maior dedicação a assuntos náuticos. Leitão (2007) afirma que o padre Francisco Costa foi um dos mais importantes autores sobre textos náuticos nos séculos XVI e XVII.

Consideramos uma vez mais que não há como falarmos do ensino da matemática, se não tratarmos dos jesuítas naquele período. O Colégio Romano, como vimos, foi o mais proeminente de todas as instituições; mas outros, como La Fleche, que teve como alunos Descartes e Mersenne; como Ingolstadt, onde Cristoph Scheiner trabalhou em grande parte de sua carreira; ou Würzburg, com

⁴⁵ Biblioteca da Ajuda; Biblioteca de Évora; Biblioteca do Porto; Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; Biblioteca Nacional de Lisboa; Biblioteca Nacional de Madrid; British Museum e National Maritime Museum (Greenwich).

Athanasius Kircher e Gaspar Schott também são de extrema importância e com grande participação na história da ciência moderna, sobretudo, na Europa.

Os jesuítas, em Roma, acompanhavam os descobrimentos e faziam contato direto com os padres do Santo Antão. As questões trazidas por Galileu Galilei são exemplos desses acontecimentos. Em abril de 1611, o cardeal Roberto Bellarmino (1542-1621) dirigiu-se aos padres matemáticos da ordem religiosa e os interrogou sobre algumas questões das observações no telescópio de que ele tanto ouvira falar até então. As cinco perguntas foram:

1 – Se é verdade que se observam com o telescópio multidões de novas estrelas; 2 – se Saturno está rodeado por dois planetas mais pequenos; 3 – se Vênus tem fases; 4 – se a Lua tem uma aparência irregular; 5 – se Júpiter tem satélites (LEITÃO, 2008, p. 31).

Alguns dias depois, os padres da *Societa Iesus* responderam, afirmando positivamente as cinco questões e confirmando, conseqüentemente, todas as afirmações feitas por Galileu. Esse documento, com as respostas, foi assinado pelos jesuítas Cristóvão Clávio, Christopher Grienberger, Odo van Maelcote e Giovanni Paolo Lembo.

Nos finais do século XVI os religiosos perceberam a evolução que se manifestaria no campo das ciências e reorganizaram o que já estava em construção havia tempos, a *Ratio Studiorum*, documento este que dava importância ao ensino das matemáticas. Teve como um dos principais influenciadores o padre Cristóvão Clávio, ou Clávius, que utilizou ideias do próprio Aristóteles para dar validade ao projeto de ciência matemática.

Giuseppe Biancani (Blancanus) publicou uma obra em 1615, agrupando e comentando todos os textos nos quais Aristóteles referia-se à matemática, afirmando em seu estudo que o filósofo grego não rejeitava a ciência exata. Em uma época imersa de inovações, principalmente com o surgimento do telescópio e do microscópio, os limites experimentais, para os jesuítas, passaram a ser cada vez mais alargados. A companhia não inventou a ciência moderna, mas deu vazão ao amadurecimento dessa teoria em território luso (LOPES, 1988).

A *Ratio Studiorum* regulamentou as questões científicas no currículo jesuítico, que também já eram realizadas no Colégio Romano e ofereciam mérito ao ensino das ciências, tanto que fundou em seu local de ensino uma “Academia de

Matemática”. Como já enfatizamos, tal colégio, mais tarde, serviu de modelo para que o de Santo Antão tivesse salto significativo no desenvolvimento da ciência.

Lisboa encontrava-se num dos centros de comunicação entre o Ocidente e o Oriente. No colégio eram realizadas aulas que auxiliavam no aprofundamento da cosmologia, por exemplo. Os professores daquela instituição estavam em contato com os do Colégio Romano e de outros centros científicos, pois não poderiam deixar de estar a par das inovações cosmológicas.

A partir daí surgiram as novidades galileanas e a questão da problemática envolta à possibilidade de os jesuítas serem relativamente pioneiros a Galileu⁴⁶. O padre Cristóvão Clávio (1537-1612) defendeu de forma importante a matemática nos colégios. É possível relatarmos que o impacto da tradição jesuítica naquele século foi fundamental e, para além desse membro da ordem, é possível mencionarmos outros nomes que foram grandes incentivadores desse ensino, como:

[...] Gregoire de Saint-Vincent (1584-1667), Rudjer Boskovich (1711-1787), Cristoph Scheiner (1575-1650), Honoré Fabri (1607-1688), Francesco Grimaldi (1613-1663), Francesco Lana-Terzi (1631-1687), Giam-battista Riccioli (1598-1671), Paul Guldin (1577-1643), Ignace Gaston Pardies (1636-1673), Gaspar Schott (1608-1666), Francis Line (1595-1654), François d’Aguilon (1546-1617), Athanasius Kircher (1602-1680), Niccoló Cabeo (1586-1650), entre muitos outros. (LEITÃO, 2007. 42; 43).

A instituição de Santo Antão, em seu mais de século e meio de funcionamento, possuiu como lentes cerca de três dezenas de professores, dos quais ao menos um terço era de outros países. No ano de 1615 quase todos os professores eram estrangeiros, sendo que nenhuma instituição portuguesa se aproximou desse número e dessa situação.

A presença de tantos professores internacionais se explica pela ausência de equipe nacional qualificada e preparada. A divulgação, por meio desses professores, foi tanta que deram aulas em Portugal professores como:

[...] Cristoph Grienberger (1564-1636), um dos mais reputados matemáticos da Europa de então, que haveria de suceder a

⁴⁶ António Lopes (1988) escreve um artigo, na revista *Brotéria*, em análise ao texto publicado em *La Recherche*, por Pierre Thuillier, intitulado: *Les Jésuites ont-ils été pioners?*; anteriormente Peter Dear já o havia analisado na revista americana *Studies in history and philosophy of science*, com o título *Jesuit mathematical science anda reconstitution of experience in early seventeenth century*. Ou seja, há pesquisadores que se preocupam com o fato de a Companhia de Jesus, por meio de Portugal, ter se interessado pelas ciências experimentais, em especial a matemática, na tradição cultural, considerando que naquela conjuntura o próximo a valorizá-la seria Galileu Galilei.

Cristóvão Clávio na chefia da Academia de Matemática do Collegio Romano, ou Giovanni Paolo Lembo (ca. 1570-1618), seguramente o mais competente construtor de telescópios depois do próprio Galileu, ou ainda Cristovão Borri (1583-1632), uma personalidade central nos debates cosmológicos das primeiras décadas do século XVII (LEITÃO, 2007, p. 24).

Também participaram ilustres mestres como Jan Ciermans (1602-1648) ou Heinrich Uvens (1618-1667), que foram formados em colégios matemáticos. Suas ideias tiveram impacto e a docência realizada por eles em Portugal foi de excepcional importância (RODRIGUES, 1917).

A participação e papel de todos aqueles que de forma ou outra davam sentido à ciência daquele colégio não faziam com que ele estivesse a salvo dos problemas. Em 1599, por principalmente escassez de professores, foi convocado a dar aulas o austríaco Christoph Grienberger, matemático, que mais tarde substituiu Clávio na liderança do Colégio Romano. Grienberger ficou desapontado com o nível científico tanto do colégio quanto dos alunos; passados alguns anos, ele retornou a Roma.

Leitão (2007, p. 48) coloca em questão que algumas críticas a essa aula acontecem por,

Em primeiro lugar, a circulação internacional de professores, isto é, a possibilidade de mestres de outras nações virem até Lisboa para leccionar; em segundo lugar o aparecimento de uma aferição – mesmo que informal – comparando a “Aula da Esfera” não com outras instituições portuguesas (contra as quais ela sempre se destacaria) mas com as melhores instituições científicas da Europa.

Com a saída de Grienberger e sua volta a Roma, professores portugueses voltaram a atuar como lentes da aula. Tanto João Delgado quanto Francisco da Costa ocupavam-se também das funções de arquitetos da Companhia, o que tomava demasiadamente seu tempo e os impedia de dedicar-se exclusivamente a essas aulas.

Em relação à divulgação do que tais mestres faziam em Portugal para a comunidade Internacional, vale a pena mencionarmos as observações de um cometa do jesuíta Valentim Estancel (1621-1705), no Brasil, e referidas por Newton nos seus *Principia*, e outras feitas em Lisboa por Giovanni Battista Carbone (1694-1750), Domenico Capassi (1694-1736) e publicadas nas *Philosophical Transactions*, nas *Acta Eruditorum* e nos *Commentarii* da Academia de S. Petersburgo.

Henrique Leitão (2007) classifica os professores do centro de ensino do século XVI e meados do XVII na seguinte ordem e data: João Delgado (1590-1593); João Delgado (1595-1597); António Leitão (1597-1598); João Delgado (1598-1599); Cristoph Grienberger (1599-1602); Francisco da Costa (1602-1602); Francisco Machado (1604-1605); João Delgado (1605-1608); Sebastião Dias (1610-1614); G. Paolo Lembo (1615-1617); Dionísio Lopes (1617-1619); J. Chrysostomus Gall (1620-1625); Cristoforo Borri (1627-1628); Ignace Stafford (1630-1636); Simon Fallon (1638-1641); Jan Cierman (1641-1642); Hendrick Uwens (1642-1646); Thomas Barton (1648-1649); John Riston (1651-1652); João da Costa (1654-1655); e Bartolomeu Duarte (1655-1658).

Luís de Albuquerque (1972) os relaciona de forma um tanto divergente em alguns períodos cronológicos. Apresentaremos em seguida a ordem a qual ele lista bem como obras significativas que devem contribuir com aqueles pesquisadores que tiverem interesses mais profundos nessa temática. Alguns dos lentes do centro de ensino deixaram contribuições das aulas ministradas. Faremos um levantamento de alguns desses escritos.

Albuquerque (1972) diz ser Francisco da Costa (1595-1602) um dos primeiros professores da “Aula da Esfera”. Natural de Pinhel, padre Costa, que nasceu em 1567 e lecionou no colégio até sua morte em 1604, apresentava um curso com ensino de astrologia, arte de navegar, geografia, hidrografia (descrição dos mares), tratado da esfera (cosmografia) e construção e uso dos globos astronômicos (separava o globo em *Globo Terrestre e Globo Celeste*).

Compêndio Judiciário ou Astrologia Prática, que tratava dos princípios astrológicos e da meteorologia.

Na sequência da ordem temos Francisco Machado que, segundo Albuquerque (1972) e Rodrigues (1917), foi professor de 1605 até por volta de 1614, mas não há apontamentos de suas aulas. Em seguida, Sebastião Dias, padre admitido na Companhia em 1599, deu aula de data desconhecida até 1617, o ano de seu falecimento.

Cristóvão Galo (1619-1627) foi um professor alemão muito dedicado e que teve suas aulas reunidas no ano de 1625, elas encontram-se intituladas como *Tratado sobre a Esfera Material, Celeste e Natural*. Foi um dos padres que se diferenciava dos demais por ter eliminado a astrologia de seu curso.

Após Cristóvão Galo, temos Cristoforo Borri (1627-1628), também conhecido como Cristóvão Bruno ou ainda Borro, que teve seu curso dividido em duas partes, uma destinada à *Arte de Navegar* e a outra, para a *Nova Astronomia*.

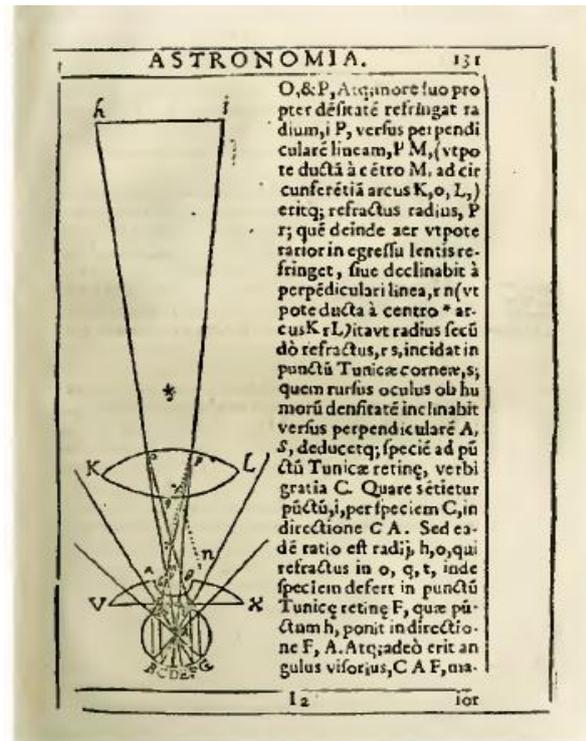
A primeira parte das lições do P. Bruno constitui, talvez, o contributo mais valioso de um professor de Santo Antão para a náutica. A parte astronômica do curso foi vertida em latim e publicada ainda em vida do Autor. Assinale-se que a estrutura do programa adoptado pelo P. Bruno é absolutamente singular no conjunto dos cursos adoptados pelos seus companheiros (ALBUQUERQUE, 1972, p. 17).

Carolino (2009) analisa a teoria do padre e astrônomo, Borri, a respeito do céu empíreo. Essa é uma das únicas teorias que foram defendidas por, praticamente, todo o clero. Borri, autor de *Collecta astronômica ex doctrina*, publicada em Lisboa em 1631, defendia a divisão do céu e sempre ordenava e articulava seus pensamentos com ditames divinos.

Sobre as estrelas, planetas e nuvens, nessa mesma obra citada, ele escreveu aos seus alunos da “Aula da Esfera”:

[...] a qual [água] depois condensado Deos, e engrosando parte della fes esta agoa Elemental que temos, e condensado ainda muito mais outras partes ueio della e produsir todos os corpos cellestes das estrellas e planetas (*apud* CAROLINO, 2009, p. 263).

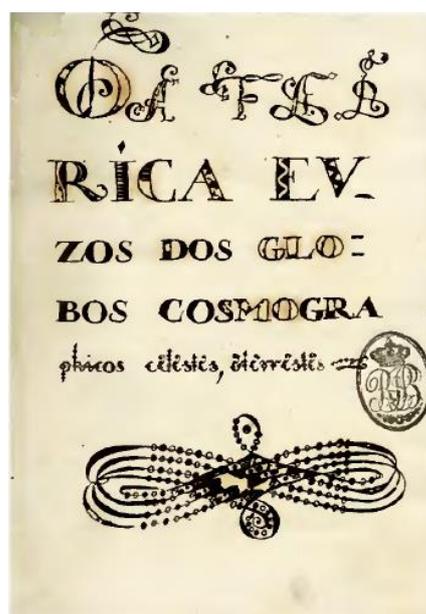
Ao ministrar as aulas com ideias cosmológicas na “Aula da Esfera”, para dar continuidade e coerências aos planos ensinados nos colégios jesuítas, Borri seguia as instruções estabelecidas na *Ratio Studiorum*, de 1599, e estruturava suas aulas, abordando temas filosóficos, como *De caelo*, de Aristóteles (CAROLINO, 2009).



A Collecta Astronomica (1631), de Cristoforo Borri. O primeiro impresso em Portugal a discutir os telescópios e os novos sistemas cosmológicos.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

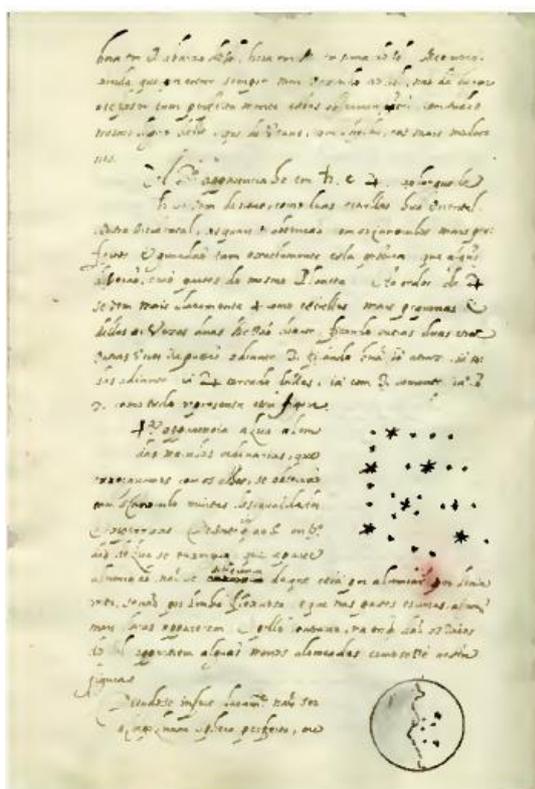
O mestre Ignace Stafford, ou Inácio Staffor (1630-1635), em 1634 produziu um livro de *Elementos Matemáticos*, que pode ter sido o livro de suas lições.



Ignace Stafford, Da fabrica e vazs dos globos cosmographicos celestes, e terrest[r]es.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

Em seguida, Simão Fallónio (1635-1642), ou Padre Fallon, que, além de professor da aula de matemática em Santo Antão, era encarregado por D. João IV para cuidar da reconstrução das fortalezas do país, tendo o título de engenheiro-mor do reino. Deixou duas apostilas: a primeira, *Matérias Matemáticas* (assuntos sobre a geometria euclidiana), contendo astronomia (descrição das constelações e observações estelares), astrologia prática, centrometria (matérias novas para a aula da esfera) e tratado sobre a teórica dos planetas; na segunda apostila reproduziu o *Compêndio Especulativo das Esferas Artificial, Sublunar e Celeste*, de Cristóvão Galo, elaborado uns 20 ou 30 anos antes.

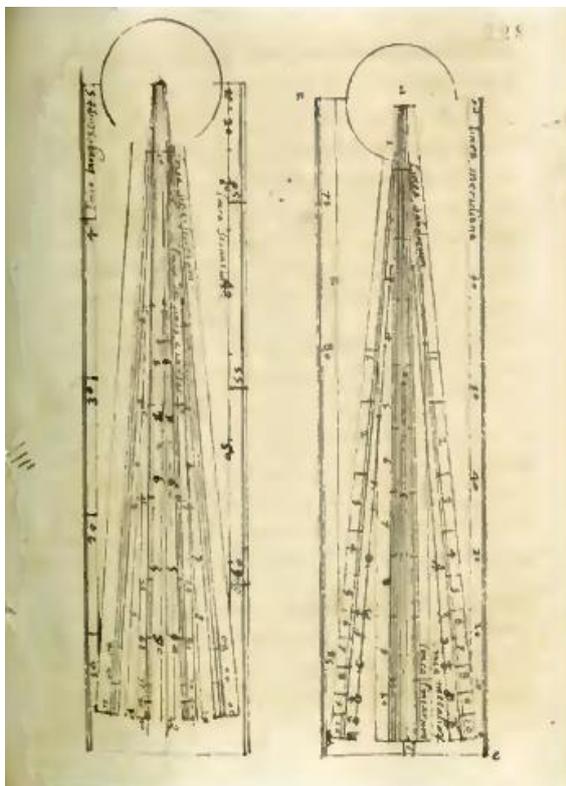


Discussão das novidades astronômicas nas lições de Simon Fallon, na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1639.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

Na sequência histórica temos como professor da “Aula da Esfera” Hendrick Uvens, ou Henrique Uvens (1642-1646); o padre flamengo ficou pouco tempo em Santo Antão e partiu para as missões do Oriente, não há relatos de nenhum escrito dele.

Após Uvens, temos o inglês John Riston, ou João Roston (1651-1652), que deixou a obra *Curso Matemático*; o inglês João da Costa (1654-1655) e o português Bartolomeu Duarte (1655-1658). Os três padres citados passaram muito rápido pelas cadeiras de Santo Antão, ocuparam seus lugares de 1654 a 1660.



Pantómetra, isto é, compasso proporcional, ilustração do manuscrito de John Riston, *Curso de Mathematica*, 1652.

Fonte: *Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera*. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

Valentim Estancel, natural da Boémia, foi para Portugal após 1650, ensinou antes em Évora e, depois, em Lisboa, suas lições de “Esfera” foram de 1660 a 1663; após essa data, ele partiu para o Brasil (São Salvador) onde faleceu em 1715. O padre deixou obra reunida com o título *Tiphus Lusitano ou Regimento Nautico Novo* o qual ensinava sobre “alturas, descobrir os meridianos e desmarcar as variações da agulha a qualquer hora do dia ou da noite” (ALBUQUERQUE, 1742, p. 19). O padre preocupava-se com a náutica astronômica. Antes de ir para Santo Antão, ele já havia publicado em Évora, em 1658, o *Orbe Affonsino sive Horoscopo Universal*, que consistia na descrição de um relógio universal e que foi dedicado a D. Afonso VI.

5.3.1 Avanços jesuíticos no campo das ciências

O final do século XVI e, especialmente, o início do XVII foram marcados por mais avanços na teoria científica. Os jesuítas, acompanhando todos os passos dessas (re)evoluções e avanços, receberam, em 1611, Galileu Galilei no Colégio Romano. Cristóvão Clávio, que era o astrônomo-mor naquela instituição, alertou os demais jesuítas astrônomos para o fato de terem cautela com a publicação e divulgação de teorias e argumentos, teoricamente, polêmicos. E, nesse sentido, ainda nesse mesmo ano, por meio de pesquisas e estudos, os jesuítas astrônomos confirmaram muitas das hipóteses galileanas e, aos poucos, passaram a segui-las (LEITÃO, 2010b).

Giovanni Paolo Lembo⁴⁸, que foi professor da Aula de Esfera no Colégio de Santo Antão de 1615 a 1617, segundo a ordem apresentada por Leitão (2007), foi um dos principais organizadores das construções de telescópios e observações astronômicas em toda essa ordem religiosa. Esse jesuíta foi o responsável por uma das principais obras/documentos de toda a história de Santo Antão, quiçá da história da ciência em Portugal.

O curso de Lembo, em Santo Antão, por ser um dos documentos mais importantes da história da ciência em Portugal, ficou registrado com as notas elaboradas pelos alunos, e, para além de estas estarem em bom estado de conservação, estão redigidas em português, o que atesta, mais uma vez, que ele ministrava aulas públicas e para toda a comunidade (LEITÃO, 2010b).

Padre Lembo realizou um dos debates mais importantes no Colégio de Santo Antão: as construções e considerações sobre o telescópio. Seus cursos, no centro de ensino, foram fundamentais para as novidades iniciadas naquele local. Ele escreveu, seguramente, uma das primeiras referências ao telescópio português.

⁴⁸ Segundo manuscritos dos alunos do Santo Antão, as principais discussões nas aulas de Lembo eram acerca das descobertas feitas por Galileu com o telescópio.



Fig. 1

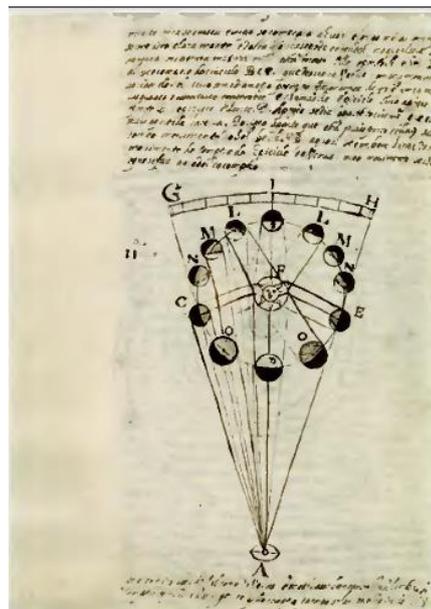


Fig. 2

Fig. 1 Instruções para a construção de telescópios, nas lições de Giovanni Paolo Lembo na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1615-1617. Fig. 2 Discussão da observação das fases de Vênus, a mais importante das observações telescópicas, originalmente feita por Galileu, nas aulas de Giovanni Paolo Lembo na <<Aula da Esfera>>, em Lisboa, 1615-1617.

Fonte: Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, 2008.

Leitão (2007) relata ter encontrado anotações, manuscritos de um aluno, redigidos em português e em ótimo estado; há, ainda, figuras à mão, diagramas astronômicos e matemáticos. Isso demonstra um leque imenso de informações. São 140 laudas de

[...] conjunto de matérias, que incluem noções de trigonometria, uma introdução à geometria de Euclides, e noções sobre o computo eclesiástico. [...] A parte mais interessante, naturalmente, é a dedicada à astronomia (LEITÃO, 2007, p. 53).

Nesse manuscrito, para o autor, é possível afirmar que no início do século XVII já se construíam telescópios em Portugal, pois, além de Lembo ser um dos maiores construtores de tal instrumento, nas anotações realizadas pelo aluno havia muitos desenhos relatando isso.

Não tem qualquer fundamento supor que em Portugal não se conhecessem as excepcionais novidades cosmológicas descobertas por Galileu e os debates que elas originaram. Pelo contrário, o local por onde essas novidades entraram no país, onde foram conhecidas e discutidas, foi precisamente o Colégio dos jesuítas em Lisboa (LEITÃO, 2007, p. 56).

No colégio de Santo Antão, os professores não eram os únicos envolvidos nos assuntos e debates científicos. Naqueles anos passaram por ali muitos outros jesuítas europeus, conhecedores dos debates cosmológicos. Grande parte dos professores que passava pelo local e encontrava-se em transição por estar rumo à China. Esses professores costumavam ministrar cursos, ainda que de curta duração, para os alunos do local. Um dos principais e mais conhecidos, por ser um dos promotores da “nova astronomia”, foi Cristóvão Borri (1583-1632), que já citamos neste trabalho.

É considerado que discussões sobre outros problemas científicos foram intensificadas com a “Aula da Esfera”. Estudos astronômicos e matemáticos foram investidos em questões ditas urgentes naquele período. A engenharia militar, por exemplo, ganhou força e espaço nos currículos dos colégios jesuíticos.

Embora Santo Antão fosse um destacado centro de ensino e tivesse muito apreço pelo desenvolvimento astronômico, não estava a salvo dos problemas. No século XVII foi realizada uma grande e significativa reforma nos estudos para que passassem a ser enviados ao Oriente, especificamente à China, padres que dominassem de forma mais precisa os conhecimentos matemáticos, pois a formação intelectual com que chegavam lá ficava a desejar e não era possível avançar nos estudos.

O que mais se tornava crítico aos padres é que a “Aula da Esfera” era comparada com aulas científicas e matemáticas de grandes centros universitários de toda a Europa. Por isso havia uma preocupação muito grande com a qualidade do ensino e até mesmo investimentos em mestres de instituições internacionais. Ou seja, o padrão lusitano era comparado com grandes centros de pesquisa e ensino.

E, por isso, passaram a ser feitas tantas investigações e críticas, por meio de pesquisadores, à “Aula da Esfera”, pois, além de fazer parte de um currículo de ordem religiosa, ela compunha princípios e investimentos da Companhia de Jesus. Afinal, foram teorias desenvolvidas, consolidadas e divulgadas por padres.

5.4. Reprodução de currículo nos moldes de Santo Antão

Encontramos, nos arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa, cópias realizadas por Albuquerque (1972) sobre algumas estruturas curriculares das aulas dos seguintes padres: Padre Francisco da Costa (1595. 1602), João Delgado (1600-

1612), Cristóvão Galo (1619-1627), Cristóvão Bruno (1627-1630), Inácio Staford (1630-1635), Simão Fallónio (1635-1642), Valentin Stancel (1660-1663), João Roston (1652-1654) e Luís Gonzaga (1700-1710).

Embora tenhamos encontrado currículos das “Aulas da Esfera” aplicadas por todos esses padres, como temos enfoque principal o início da matemática no Colégio de Santo Antão, reproduziremos apenas a organização dos cursos dos padres Francisco da Costa e João Delgado. Foi necessário reescrevermos os currículos pela qualidade das cópias que nos foram enviadas pela Biblioteca Nacional de Lisboa.

5.4.1 Currículo da “Aula da Esfera” ministrada pelo padre Francisco da Costa (1595-1602)

LIÇÕES DE ASTROLOGIA:

1- Tratado astrológico dos cometas

Sumário Cap. 1: Que coisa seja cometa e como se geram. / Cap. 2: Do movimento dos cometas. / Cap. 3: Do campo e lugar em que se geram. / Cap. 4: Da variedade que há de cometas. / Cap. 5: Da diversidade e da vista do cometa. / Cap. 6: Como se saberá a diversidade da vista do cometa no círculo de altura. / Cap. 7: Como se saberá o lugar verdadeiro do cometa na eclíptica com ajuda de algum instrumento. / Cap. 8: Do lugar aparente ou aviso. / Cap. 9: Como se saberá a diversidade da vista que o cometa tem em sua longitude / Cap. 10: Como se saberá a latitude aparente do cometa, se alguma houver. / Cap. 11: Como se saberá a distância do cometa ao centro do mundo e da vista. / Cap. 12: Como se saberá a grandeza do cometa. / Cap. 13: Se o cometa tiver cauda, como se saberá o seu comprimento. / Cap. 14: Pergunta-se se os cometas são sinais ou causas de fomes, pestes e guerras. / Cap. 15: Como se há-de prognosticar pelos cometas. / Cap. 16: Da significação dos cometas em os doze signos. / Cap. 17: Dos prognósticos dos cometas conforme os planetas dominantes. / Cap. 19: Do cometa de predomínio de Júpiter. / Cap. 20: Do cometa de Marte. / Cap. 21: Do cometa solar. / Cap. 22: Do cometa de Vênus. / Cap. 23: Do cometa mercurial. / Cap. 24: Do cometa lunar. / Cap. 25: Das exaltações dos cometas sobre as estrelas erráticas, e suas significações.

2 - Tratado primeiro, dos princípios da Astrologia

Sumário: Cap. 1: Que cousa seja astrologia e como se distingue de astronomia. / Cap. 2: Se se pode saber alguma coisa por astrologia / Cap. 3: Se é lícito levantar figura, e de que coisas se pode levantar, e de que coisas não. / Cap. 4: Dos planetas, e em particular da sua natureza. / Cap. 5: Dos efeitos que costumam causar os planetas. / Cap. 6: Das dignidades essenciais dos planteas. / Cap. 7: Das dignidades accidentais dos planetas. / Cap. 8: Dos signos dos zodíaco, e em particular de suas naturezas. / Cap. 9: De algumas divisões do zodíaco; divisão segundo os quatro tempos do ano. / Cap. 10: De outras divisões dos signos. / Cap. 11: Dos signos imperantes e obedientes, e dos signos rectos e oblíquos ou antícios. / Cap. 12: Da natureza e qualidade das estrelas mais importantes (texto tem *insignes*), seguido de um parágrafo sobre as casas celestes.

3 - Tratado terceiro, dos nascimentos

Sumário: Cap. 1: Da figura da concepção e dos nascimentos. / Cap. 2: Como pelo tempo do nascimento se poderá vir em conhecimento da concepção. / Cap. 3: Da alfridaria ou governo do planeta. / Cap. 4: Do juízo que se formará acerca dos efeitos dos planetas na concepção da criança. / Cap. 5: Como se rectificará a figura do nascimento. / Cap. 6: <<Do almutem ou 8or do nascimento>>. / Cap. 7: <<Do Hilec e Alcochodem>>. / Cap. 8: Da forma, figura, composição, estatura e qualidades corporais do que nasce. / Cap. 9: Da <<filosomia>> do nascido, a saber, formas, figura e estatura, etc. / Cap. 10: De algumas coisas que deveriam respeitar nos juízos da <<filosomia>>. / Cap. 11: De algumas regras para o juízo das enfermidades.

LIÇÕES DE GEOGRAFIA (geografia aqui é entendida no sentido da descrição geométrica da esfera terrestre, com seus círculos, zonas etc.).

Do tratado da Geografia

Sumário: 1ª parte. / Cap. 1: Que coisa seja Geografia, e como difere da Topografia, Corografia e Cosmografia. / Cap. 2: Dos círculos e zonas que na superfície da terra se imaginam. / Cap. 3: Como se saberá em que zona fica qualquer cidade ou lugar. / Cap. 4: Se pode uma cidade, com o tempo, vir a mudar de zona. / Cap. 5: Dos climas e paralelos. / Cap. 6: Da <<largura>> e <<lonjura>> e ou <<comprimento>>

(isto é: latitude e longitude) dos lugares. / Cap. 7: Como se saberá a longitude de qualquer lugar. / Cap. 8: Como se achará a largura de uma cidade. / Cap. 9: Como se saberão as léguas que há de um lugar para o outro. / Cap. 10: Dos antípodas, antecos e periecos. / Cap. 11: Perísios, teorígios e anfísios. / Cap. 12: De alguns vocábulos de que usam os geógrafos.

LIÇÕES DE HIDROGRAFIA: embora para o padre Francisco Costa hidrografia e náutica fossem sinônimos, seus relatos são compreendidos como *Tratado de Hidrografia*.

Sumário: Cap. 1: Proémio. / Cap. 2: Do número, divisão e nomes dos mares. / Cap. 3: Descrição de toda a costa marítima do Oriente com as distâncias que há entre as mais notáveis cidades e províncias. / Cap. 4: Como se prepara uma carta hidrográfica, assim universal como particular, segundo o modo ordinário. / Cap. 5: Como nas ditas cartas se descreve o mar e se lançam as suas costas. / Cap. 6: Como se porão por letra os nomes dos lugares marítimos, cabos e enseadas, e das notas que terão os baixos, os penedos e bancos de terra por dentro. / Cap. 7: Como nas cartas de navegar se poderá descrever também a terra por dentro. / Cap. 8: Como se farão, assim em globo como em plano, cartas de marear, assim universais como particulares, em proporção de paralelos e verdadeiro sito de meridianos.

LIÇÕES DE MARINHA

Agrupadas com o título de *Arte de Navegar*.

Cap. 1: Da definição fim e proveito desta arte. / Cap. 2: Quão antiga seja a navegação e quais foram os primeiros que navegaram. / Cap. 3: Das coisas necessárias ao navegante. / Cap. 4: Como se tomará a altura do Sol ao meio-dia, e dos instrumentos que para isso servem. / Cap. 5: Como se examinarão os astrolábios náuticos, e como se saberá se estão bem feitos. / Cap. 6: Os dois instrumentos, os melhores e mais exactos que até o presente se tem achado para tomar a altura do Sol, assim na terra como no mar. / Cap. 7: Como pelos astrolábios ordinários e armila, de que acima tratamos, se tomarão além dos graus, segundos da altura do Sol. / Cap. 8: Da declinação do Sol. / Cap. 9: Como se saberá a máxima declinação do Sol. / Cap. 10: Como se farão tábuas da declinação que o Sol tem em cada grau da eclíptica. / Cap. 11: Como pela altura meridiana do Sol e sua declinação se saberão as larguras dos lugares. / Cap. 12: Como se saberá no mar

para que parte fica o norte e sul e assim para qual delas lança as suas sombras o Sol. / Cap. 13: Como se saberá a <<largura>> dos lugares ao nascer e ao pôr do Sol. / Cap. 14: Primeiro instrumento chamado astrolábio inclinado, com o qual se alcança a altura do pólo ou largura dos lugares a toda a hora que o Sol aparece. / Cap. 15: Segundo instrumento chamado globo pendente, com o qual toda a hora que houver sol se saberá a altura do pólo. / Cap. 16: Do uso destes instrumentos. / Cap. 17: Como pelas estrelas se saberão as larguras dos lugares. / Cap. 18: Da fábrica e uso da balestilha. / Cap. 19: Como há-de tirar a conta com a Estrela do norte e suas Guardas. / Cap. 20: Como pela Estrela do Norte e sua Guarda dianteira se conhecerá a hora da noite. / Cap. 21: De como se há de fazer a conta com o Cruzeiro. / Cap. 22: Da agulha de marear. / Cap. 23: Descrição da rosa da agulha de navegar. / Cap. 24: Como se porá a pasta à dita rosa, e se lhe porão o chapitéu e fios de aço. / Cap. 25: De outro modo mais exacto de rosas e ferros de agulhas. / Cap. 26: Como se hão-de tocar os ferros da agulha na pedra de cevar. / Cap. 27: Qual deve ser a caixa da agulha, e como nela se deve pôr um relógio universal. / Cap. 28: Das faltas principais que pode haver nas agulhas e sua emenda. / Cap. 29: Do uso da agulha de marear. / Cap. 30: Do nordestear e noroestear das agulhas. / Cap. 31: Em que parte se fixam as agulhas, e da ordem que têm no nordestear e noroestear. / Cap. 33: Do instrumento de Pedro Nunes para o nordestear e noroestear. / Cap. 34: Como pelo nordestear e noroestear das agulhas se prova que a navegação menor de Portugal à Índia (...). / Cap. 35: Do suestear e sudoestear das agulhas, e ordem que nisso têm. / Cap. 36: Da pedra de cevar, a razão do seu nome, e lugares donde se traz. / Cap. 37: Se a pedra atrai o ferro ou o ferro a pedra de cevar. / Cap. 38: Se a pedra de cevar, assim como atrai o ferro poderá livremente sustentar o ar. / Cap. 39: Por que modo atrai a pedra o ferro. / Cap. 40: Que uma pedra de cevar atrai a outra. / Cap. 41: Das coisas que impedem a pedra de cevar que não possa atrair o ferro, e tendo-o junto consigo, o fazem largar. / Cap. 42: Quão antiga seja a pedra de cevar quanto ao que toca à navegação, e qual o seu primeiro inventor. / Cap. 43: Que a pedra de cevar tem norte e sul; e como se conhecerá cada parte com exacção, e de seu movimento para o norte. / Cap. 44: Que os ferros ou setas das agulhas tocadas no norte da pedra fogem do sul da mesma pedra; e as que tocam no sul, fogem do norte. / Cap. 45: Que o norte o sul das pedras de cevar acode o de umas ao de outras. / Cap. 46: Por que causa a pedra de cevar e agulhas nela tocadas acomodem ao norte e sul em umas paragens

e em outras nordesteam e noroesteam, suesteam e suduesteam. / Cap. 47: De uma nova invenção das agulhas pela qual se descobriram muitos segredos da pedra de cevar. / Cap. 48: A que parte endireitam as pedras de cevar debaixo dos pólos e as agulhas tocadas nelas. / Cap. 49: Como se há-de conhecer a boa pedra de cevar. / Cap. 50: Do uso da carta de marear. / Cap. 51: Querendo partir de um lugar para outro, como se saberá o rumo por que se há-de navegar. / Cap. 52: Como pela carta de marear saberemos os sítios, arruamentos das cartas, altura dos lugares e distância de uns aos outros. / Cap. 53: Como se carteará, assim por esquadria como por estimativa. / Cap. 54: Como se saberá se houve erro nas singraduras dadas por estimativa, e se emendarão. / Cap. 55: Como se deitará o ponto nos globos náuticos e cartas hidrográficas feitas como proporção de paralelos e verdadeira situação de meridianos. / Cap. 56: Como se lançará com exacção o ponto nas cartas ordinárias por meio de um instrumento novo. / Cap. 57: Da navegação de leste-oeste. / Cap. 58: Das léguas que respondem a cada grau de diferença de altura, segundo o rumo por que se navega; e do apartamento dos meridianos. / Cap. 59: Como correm as águas em todo o ano, e cursam os tempos, assim neste nosso mar como no da Índia. / Cap. 60: Como se há-de navegar do Cabo das Correntes para Moçambique. / Cap. 61: Como se saberão as marés e assim na costa da Índia como na de Espanha. / Cap. 62: Das águas vivas e mortas, luas cheias e novas. / Cap. 63: Como se saberá de memória quantos são de epacta. / Cap. 64: Como se saberá de memória qualquer dia do mês quantos são de lua, e assim o grau em que ela anda, e de que signo. / Cap. 65: Como se saberá de memória se o ano que corre é bissexto, ou 1.º, 2.º, 3.º depois dele. / Cap. 66: Da navegação no Mar Mediterrâneo. / Cap. 67: De alguns sinais que aparecem aos navegantes no mar. / Cap. 68: De alguns avisos que deve ter o bom navegante.

LIÇÕES SOBRE OS GLOBOS: essas eram divididas em dois tratados, um sobre os globos terrestres e outro a respeito dos globos celestes ou astronômicos.

Sumário: Livro primeiro, da fábrica e composição do globo astronômico. / Cap. 1: Como se fará um globo perfeito em que se possam descrever as estrelas do firmamento. / Cap. 2: Como se cobrirá de papel o mesmo globo. E dos círculos que nele se hão-de inscrever, e com que instrumento. / Cap. 3: Do número das estrelas, e suas diferenças, grandezas e nomes; e como se assentarão no globo. / Cap. 4: Como se lançará o globo em plano e nele as estrelas. / Cap. 5: Do meridiano, roda

das horas, horizonte, regra do zênite, e agulha que no globo há-de servir. // Livro Segundo <<do globo astronômico, no qual se trará do seu uso>>. Cap. 1: Como se situa o globo para se usar dele. / Cap. 2: Como se saberá o lugar do sol e mais planetas no zodíaco. / Cap. 3: Como pelo globo se sabe a elevação do pólo ou largura de qualquer lugar. / Cap. 4: Como de noite pelo globo se conhecerão as estrelas do firmamento. / Cap. 5: Como se sabe a hora que é, assim pelo Sol como pelas estrelas. / Cap. 6: Da ascensão e descensão recta e oblíqua do Sol e mais estrelas, e como pelo globo se conhecerá. / Cap. 7: Como se saberá a quantidade dos dias e horas a que os planetas ou estrelas nascem ou se põem. / Cap. 8: Dos crepúsculos de pela manhã ou da tarde, e como se alcançará as suas durações. / Cap. 9: Como se saberá a latitude ortiva e occidua dos planetas e estrelas. / Cap. 10: Como pelo globo se saberão as horas desiguais. / Cap. 11: Como pelo globo se saberá o signo ascendente e as mais <<caras>> (?). / (Do Capítulo 12 o códice reproduz apenas três linhas.)

LIÇÕES DE COSMOSGRAFIA

Sumário: Cap. 1: Que coisa seja Geografia, Hidrografia, Corografia ou Topografia. / Cap. 2 e 3: Explicam-se alguns princípios da Geometria. / Cap. 4: Da esfera natural; que coisa seja mundo. / Cap. 5: Que seja o centro, eixo e pólos do mundo. / Cap. 6: Divisão primeira da esfera do Mundo. / Cap. 7: Segunda divisão da esfera mundana. / Cap. 8: Que a <<terra seja redonda e esférica>>. / Cap. 9: Da terra, água, ar e fogo. (Daqui em diante os títulos ou não são acompanhados da numeração de capítulos, ou têm essas indicações desordenadas). / Que a terra e a água fazem um corpo esférico. / Cap. 10: Da região celeste em particular, em que se trata de cada um dos céus. / Que a terra seja como um ponto a respeito do céu. / Com que cousas perde a força a pedra de cevar. / Da declinação do Sol. / Como se saberá a declinação do Sol em qualquer dia do ano. / Cap. 9 (sic): Dos nascimentos e ocasos dos signos. / Cap. 10 (sic): Da quantidade dos crepúsculos. / Computa-se deste modo a quantidade das noites e dias. / Da pedra de cevar; de seu movimento. / Se a pedra de cevar atrai a si o ferro, ou se o ferro atrai a pedra. / Como se alcançará a altura do pólo pelas estrelas fixas e principalmente pelas da Ursa menor. / <<Regimento dos pilotos de Lisboa para ajudar a declinação do Sol com a altura, referido por suas palavras>>. / Como se saberá se nordesteam ou noroesteam as agulhas. / Como se saberão os minutos e mais fracções da altura meridiana. / Do

uso da carta de marear. / Como se saberá a declinação de qualquer tempo. / Altura meridiana. / Do rádio astronômico. Da agulha de marear. / Cap. 8: (sic) Dos eclipses. / Cap. 7: (sic): <<De vários sítios e sombras dos que habitam na redondeza da Terra>>.

2. TRATADO DA ESFERA (com várias emendas)

Sumário: Cap. 1: Da esfera em comum, e em particular da artificial. / Do número e nomes dos círculos da esfera natural. / Do círculo equinocial. / Do zodíaco. / Dos coluros. / Meridiano. / Horizonte. / Do trópico de 69. / Trópico de &. / Círculo ártico. / Círculo antártico. / Composição e fábrica da esfera artificial. / Cap. 2: Da esfera natural. / Eixo e pólos do mundo. / Divisão accidental da esfera natural. / Divisão substancial da esfera natural. / Cap. 3: Da região <<elemental>>. / Elemento do fogo. / Ar. / Água. / Terra. / Que a terra tem o mesmo centro de gravidade e grandeza. / Que a esfera da terra e água está no meio do universo. / Que o agregado da terra e água é como um ponto a respeito do firmamento. / Que a terra não tem movimento algum. / Da grandeza da terra e água. / Cap. 4: Da região celeste. / Quais sejam e de que maneira os movimentos dos céus. / Que o céu se move de oriente a ocidente. / Que o céu é de figura esférica e redonda. / Das constelações e estrelas que no céu se acham. / Que cousa seja longitude de uma estrela. / Largura de estrela. / Declinação da estrela. / Cap. 5: Dos círculos da esfera natural, e seus usos e ofícios. / Usos da equinocial. / Uso do zodíaco. / Ofícios do meridiano. / Ofícios do horizonte. / Usos dos trópicos. / Cap. 6: Das zonas, paralelos e climas. / Do nome e sítios dos ventos segundo a opinião de alguns filósofos.

5.4.2. Currículo da “Aula da Esfera” ministrada pelo padre João Delgado, 1600 (?) - 1612

LIÇÕES DE COSMOGRAFIA E DE TEÓRICA DOS PLANETAS

As lições sobre as aulas do padre João Delgado são de manuscritos de um aluno do dia 3 de outubro de 1605 a julho de 1606. O que encontramos, sem muitos detalhes, foi uma apostila dividida em cadernos numerados e com datas. Podemos indicar, segundo Albuquerque (1972, p. 29), que o conteúdo dizia respeito a

[...] *Esfera do Mundo* refere, como nos tratados da esfera, a definição de esfera, os círculos que se consideravam na esfera celeste, etc., mas relacionando esses ensinamentos com a náutica, aludindo a alguns instrumentos usados pelos navegadores (astrolábio, quadrante, anel náutico, armila, rádio astronômico), a um processo gráfico para a determinação da declinação solar, e transcrevendo um dos regimentos bem conhecidos da altura do Sol, para a determinação de latitudes.

Foram encontradas nas anotações desse aluno considerações e preocupação do padre em relação à constituição do universo, o qual trabalhou sobre a teoria de Copérnico e mostrou que a conheceu por meio de Clávius, demonstrando, também, preocupação com a astrologia.

LIÇÕES DE ASTROLOGIA

Astrologia pratica ou indiciaria ditada pello sapientíssimo Padre Mestre João Delgado no Colégio de S. Antão da Companhia de IHS. Ano 1607. Na qual se contem quatro tratados, ss., o primeiro dos princípios della; o 2º dos juízos dos tempos; o 3º dos nascimentos; o 4º dos juízos da medicina (*apud* ALBUQUERQUE, 1972, p. 30).

Sumário: Proémio. Tratado Primeiro: dos princípios da astrologia prática. / Cap. 1: Da divisão do zodíaco. / Cap. 2: Da natureza dos planetas. / Cap. 3: Dos globos celestes. / Cap. 4: Da simpatia ou conformidade e natureza que os planetas têm com os globos. / Cap. 5: Das dignidades accidentais dos planetas / Cap. 6: Das casas celestes. / Cap. 7: <<De alguns advertimentos em geral>>. // Tratado segundo: dos juízos dos tempos. / Cap. 1: Do juízo dos eclipses. / Cap. 2: Das cores dos eclipses e outros sinais que se ractificam. / Cap. 3: Das regiões e lugares sujeitos às quatro triplicidades, aos doze signos do zodíaco e aos sete planetas. / Cap. 4: Da natureza e efeitos das estrelas fixas. / Cap. 5: De como pelo zodíaco do oitavo céu se hão-de fazer os juízos. / Cap. 6: Do princípio do ano. // Tratado terceiro: Dos nascimentos. / Cap. 1: Da figura da concepção e do nascimento. / Cap. 2: Da forma ou figura da compleição, estatura e qualidades corpóreas do que nasce. / Cap. 3: Tempo em que acontecerá ao nascido alguma enfermidade ou perigo dela. // Tratado quarto e último: Para os juízos da medicina. (Este tratado não está dividido em capítulos: o seu texto estende-se da fl. 115 v. à fl. 120 v. do manuscrito).

Ao analisarmos esses currículos, podemos observar quão elevado era o nível das aulas naquele colégio. Ora, considerar aulas astronômicas, físicas, construções

de telescópios em pleno século XVI deve ser visto como um imenso avanço científico. Os currículos elaborados pelo padre Francisco da Costa e pelo padre João Delgado demonstraram preocupações para além dos limites estritos da fé católica.

Ainda que as documentações encontradas não estejam totalmente completas, elas nos levam a refletir sobre a qualidade daquelas aulas e a forma como eram vistas pela Companhia de Jesus; ou seja, concluímos o que já havíamos anunciado durante todo este trabalho: aqueles padres viam, de forma genial, a possibilidade de consagrar e unificar a fé e a ciência, a técnica científica e a prática cristã.

Muitas outras informações encontram-se prontas para discussões no restante dos currículos, mas para isso entraríamos, ainda mais, nas questões pertinentes ao século XVII, o que por ora não é nosso objetivo, mas sim em um trabalho futuro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mosteiro de Santo Antão não foi apenas a primeira casa que a Companhia de Jesus teve em sua história, mas também o principal centro de ensino de ciências, considerado uma instituição de excelência. Embora não tenha sido apenas nele que os jesuítas realizaram sua prática científica, pois em Coimbra e Évora também estava presente esse tipo de ensino, foi em Lisboa que ela aconteceu em maior quantidade e melhor qualidade.

Por meio de análise dos relatos, anotações e importantes referências aos quais tivemos acesso, notamos que a companhia assegurou uma rede organizada de ensino, preparou colégios, treinou professores e formou os estudantes num padrão científico que Portugal jamais havia testemunhado. Com todos os avanços da Europa, Portugal poderia ter ficado atrasado em relação aos outros territórios; porém, com a educação jesuítica e seus colégios, em especial ao de Santo Antão, o reino lusitano ficou relativamente equiparado aos avanços europeus, sendo comparado a famosos centros internacionais de ensino e dando instruções não apenas àqueles que desejavam seguir carreira eclesiástica.

Embora seja necessário reconhecermos os limites da instituição pré-universitária de Santo Antão, ela foi, sem dúvida, uma das mais importantes de Portugal nos séculos XVI e, especialmente, nos séculos XVII e XVIII. Como justificativas para tal afirmação, é possível analisarmos alguns fatos importantes, tais

como, ter sido o único centro de ensino que assegurou continuamente, por 170 anos (do final do século XVI a meados do XVIII) as aulas de ciências naturais e matemáticas.

O colégio jesuítico de Lisboa foi o responsável pela formação dos principais técnicos e especialistas a serviço daquela Coroa e, além disso, preparava intelectualmente alguns dos melhores padres missionários para o padroado na China. Em suma, Santo Antão e Santo Antão-o-Novo foram a porta principal para a entrada da ciência moderna em Portugal. Lisboa encontrava-se num dos centros de comunicação entre o Ocidente e o Oriente e no colégio eram realizadas aulas que auxiliavam no aprofundamento da cosmologia, por exemplo.

Em resposta à solicitação do reino português em estabelecer um curso matemático de qualidade, os padres da companhia prepararam-se para um ensino com condições de responder às necessidades, principalmente, da expansão ultramarina. Essas aulas preparadas pelos padres passavam a ser dedicadas à formação de cartógrafos, engenheiros, aspirantes à carreira militar e cosmógrafos, além de outras profissões. Ainda que com a inexistência de mestres apenas portugueses, o colégio ocupou padres estrangeiros que, como mostramos no decorrer do texto, estavam em trajeto para o Oriente.

De todas as coisas que podemos afirmar, o mais preciso é que a “Aula da Esfera” foi a mais importante dos currículos da instituição de Santo Antão de Lisboa. Esse centro de ensino demonstrou ser a única instituição que ininterruptamente ofertou aulas de matemática, ciências, astronomia, do século XVI ao XVIII. A “Aula da Esfera” exigia professores competentes e qualificados que, também, por seu contato com aqueles que por ali passavam, exerciam um trabalho importante e eficiente.

Entre meados dos séculos XVI a XVII foi essa instituição a responsável por toda a formação de técnicos em ciência no reino lusitano. Embora com a grande perda pela queima dos documentos do colégio, com a expulsão da Companhia de Jesus por Pombal, foram deixados documentos que comprovam tal afirmação como notas de aulas, manuscritos, textos impressos, teses, entre outros, que auxiliam muito no desenvolvimento de pesquisas para se compreender essa questão.

Embora não haja listas precisas sobre quais e quantos alunos passaram por aqueles estudos, o que mais se encontra são anotações dos estudantes que mais se destacaram e beneficiaram a ciência, mais tarde, por meio de algum avanço. Ainda

que com tantas evoluções, a Companhia de Jesus foi considerada muito exigente com a qualidade de ensino a ser ofertado. Há relatórios, em Roma, de críticas realizadas, pelos próprios padres, questionando a deficiência do ensino.

Os jesuítas do colégio de Santo Antão não faziam manutenção apenas da curiosidade sobre os assuntos matemáticos e astronômicos. Os padres eram envolvidos numa missão de natureza apostólica. Portanto, o século XVI foi marcado pelos padres que, com o objetivo de seguir no padroado ao Oriente, especificamente na China, envolviam-se tanto em discussões pertinentes à astronomia como em estudos de calendários e técnicas científicas para impressionar aquela população e seus intelectuais.

As obras dos intelectuais jesuítas na China foram fundamentais para garantir a estabilidade das missões no Oriente. A Coroa portuguesa encontrou um dos melhores auxiliares e servidores para a missão de converter os povos e reformar sua cultura: a Companhia de Jesus.

Fica evidente que os missionários tinham um papel fundamental na conquista do Oriente. Era solicitado que se enviassem para aquele local padres com conhecimentos de astronomia e matemática. Como respostas a essas necessidades e exigências, intensificaram-se não apenas o nível de ensino no Colégio de Santo Antão na província portuguesa, mas também a formação dos matemáticos de toda a Europa central.

O que podemos afirmar, ao final desta dissertação, é que não há como estudarmos a história da educação na América portuguesa bem como o desenvolvimento da ciência moderna na Europa, se não falarmos e considerarmos os feitos dos inicianos. A presença jesuíta foi fundamental, especialmente em Portugal, na propagação das ideias e desenvolvimento das técnicas científicas.

Por que não estudamos o Colégio Romano, de Roma, já que ele era o mais desenvolvido cientificamente e nosso objetivo era falar dos avanços realizados por esses padres? Simples, o Colégio Romano não era aberto ao público leigo. Nosso objetivo neste trabalho foi estudar a ação dos padres na sociedade portuguesa e seu envolvimento com aquelas pessoas que não desejavam juntar-se à ordem religiosa.

A visão, que consideramos distorcida sobre a propagação antijesuítica, perdurou por séculos e, quiçá, permanece obscuramente em alguns lugares. Mas fica explícito, com nosso trabalho, que o estudo dessa ordem religiosa é fundamental

para compreender todas as questões que toquem a produção da ciência na Europa e sua difusão na América portuguesa.

Ainda que vinculada à teologia e à filosofia escolásticas, os padres produziam a ciência, sem desmerecer ou dar prejuízo aos preceitos cristãos. Os documentos e as obras produzidas e deixadas pelos inacianos, os quais brevemente apresentamos neste texto, são verdadeiros tesouros que nos demonstram como a companhia trilhou tantas conquistas ultramarinas e quão racionais eram suas reflexões ao missionar, por exemplo, o Oriente. Com a dita “*Revolução Científica*”, os apoiadores da ciência moderna, em suas discussões, não ficaram deméritos nem a Descartes, Bacon ou ao próprio Galileu.

A Companhia de Jesus teve, entre seus padres, inúmeros intelectuais que foram responsáveis pela difusão da ciência em vários lugares. Formar matemáticos, físicos, astrônomos, entre tantos outros cientistas, não foi algo simples e, com o tempo, estava completamente planejado e preparado no Colégio de Santo Antão.

Os inacianos foram capazes de preparar não apenas servos de reis, no caso do rei lusitano, e grandes homens daquele tempo, como também padres para as conquistas de todo o padroado português, homens capazes de dialogar com grandes mestres chineses e membros de grandes navegações.

Então, a ação educativa consagrada por esses padres da *Societa Iesus*, tanto por meio da igreja quanto da sociedade, foi objetivada para a preparação intelectual e humana que levou seus alunos não apenas ao conhecimento técnico, mas também para o possível diálogo entre a ciência e a fé, isso já naquela conjuntura no Portugal dos *Quinhentos*.

A Companhia de Jesus foi um projeto inconfundivelmente moderno e ambicioso que não influenciou apenas a sociedade portuguesa do século XVI. Ainda que com os empecilhos e limitações (im)postos pelo cristianismo, foram homens de seu tempo e formaram povos leigos para além das necessidades daquele período. A metodologia de ensino jesuítica e seus avanços científicos foram fundamentais, não apenas para a conquista das missões do padroado português, mas para a de todos os territórios pelos quais aqueles padres passaram.

O prazo relativamente exíguo nos limites deste trabalho de mestrado e o elevado número de materiais que encontramos apenas em arquivos portugueses não nos permitiram elaborar considerações definitivas e minuciosas que o assunto requer. Mas acreditamos que este trabalho poderá servir para todos aqueles que se

interessem pela instigante história dos jesuítas que não ficou apenas na Coroa lusitana, refletiu também em toda a nossa América portuguesa e até os dias atuais.

FONTES

CONSTITUIÇÕES da Companhia de Jesus e NORMAS Complementares. São Paulo: Loyola, 1997.

INÁCIO DE LOYOLA, Santo. **Exercícios Espirituais**. 7a ed.. São Paulo: Loyola, 2002.

LEITÃO, Henrique. Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Catálogo na publicação Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII** / Org. Biblioteca Nacional de Portugal; comiss. Cient. Henrique Leitão; colab. Halima Naimova; introd. Jorge Couto; estudos Henrique Leitão, Luís Tirapicos, Cândido Marciano da Silva; coord. Téc. Lígia Martins. – Lisboa: BNP, 2009.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luis de. A “**Aula de Esfera**” do **Colégio de Santo Antão no Século XVII**. Junta de Investigações do Ultramar. Lisboa: Edição de Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, 1972.

ALMEIDA, Fortunato de. **História de Portugal**: volume I. Lisboa: Bertrand Editora, 2003.

AMEAL, João. **História de Portugal**: das origens até 1940. Sexta Edição. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968.

ASSUNÇÃO, Paulo de. Os Colégios Jesuíticos e a Produção e Circulação do saber no Império Colonial Português. In: RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto;

SKALINSKI JUNIOR, Oriomar; TOLEDO, César de Alencar Arnaut. (Orgs.). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial – Volume II**. Maringá: EDUEM, 2014.

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. 2000. In: MATTOSO, José. [et al] TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

BLACK, Christopher F. A sociedade. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O SÉCULO XVI: História da Europa**. Porto: Humbertipo, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2001.

BOXER, Charles R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1978.

BRAGA, I. D. ; BRAGA, P. D; DIAS, J. J. A. A conjuntura. In: DIAS, J. J. A. (Coord.). Do renascimento a crise dinástica. In: OLIVEIRA MARQUES de A. H; SERRÃO, J. (Org.). **Nova História de Portugal**. Volume V. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

CAMERON, Euan. O turbilhão da fé. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O SÉCULO XVI: História da Europa**. Porto: Humbertipo, 2006.

CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS. São Paulo: Loyola, 1987.

CAROLINO, Luís Miguel. O paraíso do astrônomo: o Céu Empíreo segundo Cristoforo Borri (1583 – 1632). **Clio – Sério Revista de Pesquisa História** – n. 27-1, 2009, p. 257-278. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/25>. Acesso em: 07/10/2014.

_____, Luís Miguel. João Delgado SJ e a <<Quaestio de Certitudine Mathematicarum>> em inícios do século XVII. **Revista Brasileira de História da Matemática** – Vol. 6. N. 11 (abril/2006 – setembro/2006) – pág 17-49. Disponível em: <http://rbhm.org.br/issues/RBHM%20%20vol.6,%20no11,%20abril%20%282006%29Carolino%20-%20RBHM,%20Vol.%206,%20no%2011,%20p.%2017-49,%202006.pdf>. Acesso em: 05/01/2015. Acesso em: 07/10/2014.

_____, Luís Miguel. Cristoforo Borri e o impacto da nova astronomia em Portugal no século XVII. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 160-181, jul/dez, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/Administrador/Downloads/SBHC_2009_2_Cristoforo_Borri%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/SBHC_2009_2_Cristoforo_Borri%20(1).pdf). Acesso realizado em: 05/01/2015

CARVALHO. Romulo de. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano**. 3ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa. 2001.

COSTA, Célio Juvenal. **A Companhia de Jesus: racionalidade e civilização.** Anais do Grupo de Estudos dos Processos Civilizadores. Universidade Estadual de Londrina. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/mesa_redonda/art10.pdf. Acesso realizado em: 24.03.2014.

_____, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599).** Tese de Doutorado. Piracicaba: Unimep, 2004.

_____, Célio Juvenal. Fontes Jesuítas e a Educação Brasileira. In: COSTA, Célio Juvenal. MELO, José Joaquim Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 193-214.

COSTA, Célio Juvenal. MEN, Priscila Kelly Cantos. Características da Educação nos Colégios Jesuítas em Portugal e no Brasil no Século XVI. RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto. SKALINSKI JUNIOR, Oriomar; TOLEDO, César de Alencar Arnaut. (Orgs.). **Origens da Educação Escolar no Brasil Colonial – Volume I.** Maringá: EDUEM, 2012.

COUTO, Jorge. Introdução. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Catálogo na publicação Estrelas de papel: livros de astronomia dos séculos XIV a XVIII / Org. Biblioteca Nacional de Portugal; comiss. Cient. Henrique Leitão; colab. Halima Naimova; introd. Jorge Couto; estudos Henrique Leitão, Luís Tirapicos, Cândido Marciano da Silva; coord. Téc. Lígia Martins.** – Lisboa: BNP, 2009.

DELUMEAU, Jean. **A Civilização do renascimento.** Lisboa: Edições LDA, 2011.

DIAS, José Sebastião da Silva. **A política cultural da época de D. João III.** Volume primeiro. Coimbra: Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1969.

_____, José Sebastião da Silva. **Corrente de sentimento religioso em Portugal séculos XVI a XVIII).** Tomo I, Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960.

_____, José Sebastião da Silva. **Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI.** Lisboa: Editorial Presença, 1973.

EDUCAÇÃO INACIANA: desafios na virada do milênio. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas.** Rio de Janeiro: Agir, 1952.

GARIN, E. Rinascite e Rivoluzioni: Movimenti culturali dal XIV al XVIII secolo. Roma: Mondadori, 1992. In: VALVERDE, Antonio J. R. **O homem do Renascimento.** Relatório de Pesquisa n. 4/2000, São Paulo: NÚCLEO DE PESQUISAS E PUBLICAÇÕES EAESP/FGV/NPP.

GREENGRASS, Mark. A Política e a Guerra. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O SÉCULO XVI: História da Europa.** Porto: Humbertipo, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão (et. al). 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994 (Coleção Repertórios).

LEITÃO, Henrique. **A Ciência na “Aula da Esfera” no Colégio de Santo Antão: 1590-1759**. Lisboa: Comissariado Geral das Comemorações do V Centenário de S. Francisco Xavier, 2007.

_____. Pedro Nunes e o Livro de Algebra. **Quaderns d’História de l’Enginyeria**. Vol. I. Nº XI, 2010a. Disponível em: https://upcommons.upc.edu/revistes/bitstream/2099/10274/1/monografic_2.pdf. Acesso realizado em: 05/01/2015.

_____. Longemira: Os primeiros telescópios em Portugal. **Física e Sociedade**. Vol 33 – n. 2. p. 18-21, 2010b. Disponível em: <http://gazedefisica.spf.pt/magazine/article/777/pdf>. acesso realizado em: 30/08/2014.

_____. O livro científico antigo, séculos XV e XVI notas sobre a situação portuguesa. In: PORTUGAL, Biblioteca Nacional. **O Livro Científico dos Séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional**. Org. Biblioteca Nacional: coord. científ. Henrique de Sousa Leitão; coord. Técnica Lígia de Azevedo Martins. – Lisboa: BN, 2004.

_____. O debate cosmológico na <<Aula da Esfera>> no Colégio de Santo Antão. In: BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – **Catálogo na publicação. Sphaera Mundi: A Ciência na Aula da Esfera**. Manuscritos Científicos do Colégio de Santo Antão nas Coleções da BNP, [org.] Biblioteca Nacional de Portugal; comis. Cient. Henrique Leitão; coord. Lígia Martins; estudos Henrique Leitão. Lisboa: BNP, 2008.

LEITÃO, Henrique; FRANCO, José Eduardo. **Jesuítas, Ciência e Cultura no Portugal Moderno: Obra Selecta de Pe. João Pereira Gomes, SJ**. Lisboa: Esfera do Caos Editores. 2012.

LEITE, Serafim (S.J.). **História da Companhia de Jesus no Brasil**. T.7. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: INL, 1938-1949.

LOPES, António. D. João III e Inácio de Loyola. IN: **Brotéria**. Vol. 134, Porto: Porto Médico, 1992a, pp. 64-85.

_____. Gratidão de Inácio de Loiola para com D. João III. IN: **Brotéria**. Vol. 134, Porto: Porto Médico, 1992b, pp. 177-178.

_____. Os jesuítas pioneiros relativamente a Galileu? IN: **Brotéria**. Maio-Junho, 1988, p. 499-518.

MANSO, Maria de Deus B. Convergências e divergências: o ensino nos Colégios Jesuítas de Goa e Cochim durante os séculos XVI-XVII. In: CAROLINO, Luís M. **Jesuítas, ensino e Ciência**. Séculos XVI-XVII. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.

MATTOSO, José. **História de Portugal**. Terceiro Volume. No alvorecer da Modernidade (1480 - 1620). CIDADE: Editorial Estampa. 1997.

MILLER, René Fülöp. **Os Santos que abalaram o mundo**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1956.

NAUERT, Charles G. O pensamento. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O SÉCULO XVI: História da Europa**. Porto: Humbertipo, 2006.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Bernardo J. Técnicos, céticos e a dimensão operacional da ciência. **Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. Rio de Janeiro, 1997, p. 275-279.

OLIVEIRA MARQUES de A. H; SERRÃO, J. (Org.). **Nova História de Portugal**. Volume V. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Historia de Portugal**. Lisboa: Palas, 1974.

O'MALLEY, John W. **Os primeiro Jesuítas**; tradução Domingo Armando Donida. – São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

_____, José Maria de. **O Método Pedagógico Jesuítico: uma análise do *Ratio Studiorum***. Viçosa - Minas Gerais: Oficinas Gráficas da imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa. 1981.

_____, José Maria. **Religiosidade e Cultura Brasileira: séculos XVI - XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PIERO, Iria Aparecida Storer di. **Ratio Studiorum, Educação e Ciência nos séculos XVI e XVII: matemática nos colégios e na vida**. Dissertação de mestrado. Universidade Metodista de Piracicaba. Faculdade de Ciências Humanas. Programa de pós-graduação em Educação. Piracicaba, SP, 2008.

POLÓNIA, Amélia. **D. Henrique o cardeal Rei**. Casais de Mem, Rio de Morou: Temas e Debates, 2009.

RODRIGUES, Francisco. **A formação intelectual do jesuíta** – leis e factos. Porto: Magalhães & Moniz, 1917.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo I – Volume I. Pôrto: Apostolado da Imprensa, 1931a.

_____, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tômoo II – Volume I. Pôrto: Apostolado da Imprensa, 1931b.

ROSA, Henrique. S. J. **Os Jesuítas**: de sua origem aos nossos dias. Petrópolis – RJ: Editora Vozes Limitada, 1954.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: EDUSC, 2001.

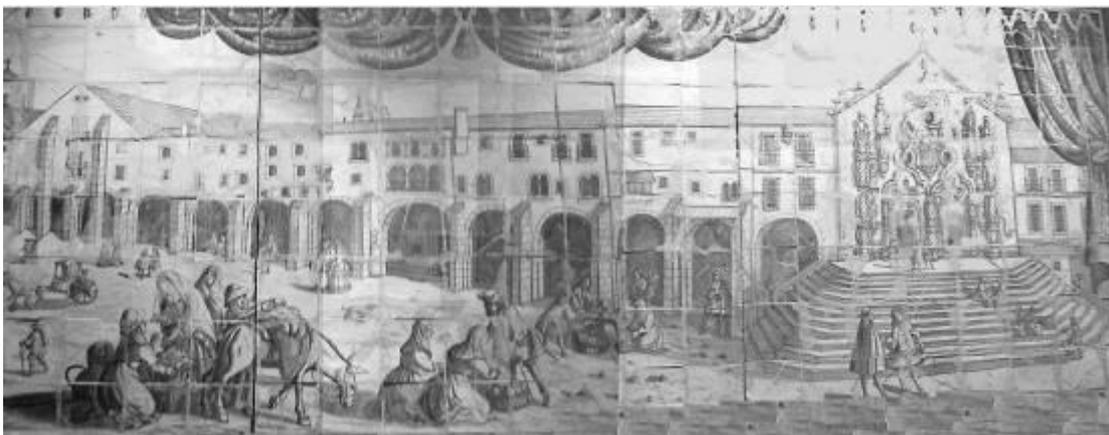
SARAIVA, António José. **História da cultura em Portugal**. v.1. (2000). gradiva – on-line: <http://www.gradiva.pt/capitulo.asp?L=15016>. Acessado em 10 mar 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ªed.Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOUSA, Jesus Maria. **Os jesuítas e a Ratio Studiorum**: As raízes da formação de professores na Madeira. Islenha, 2003. Disponível em <http://www3.uma.pt/jesussousa/Publicacoes/31OsJesuitaseaRatioStudiorum.PDF>. Acesso em 12.03.2014.

ANEXOS:

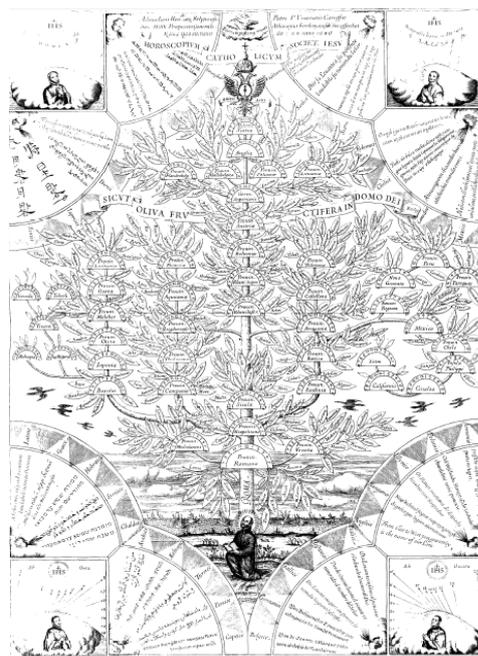
Entrada do hospital São José (Colégio de Santo Antão), na atualidade. Fonte IPPAR (2008)



Azulejos na entrada do Colégio de Santo Antão que o representam ao fundo do Paço do Alcaide Mor. Fonte: IPPAR (2008)



Tratado sobre a Esfera Material, Celeste e Natural, do padre Cristóvão Galo. Reproduzido de ALBUQUERQUE, Luís de, *A Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão no século XVII*, *Estudos de História da Ciência Náutica. Homenagem do Instituto de Investigação Científica Tropical*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, p. 574. Fonte: Instituto Camões (2003).



Horóscopo universal da Companhia de Jesus. Composto de um relógio de sol na forma de uma oliveira. Quando pendurada verticalmente, com pinos colocados nos nós da oliveira, que permitem que o tempo (data) seja lido em cada Província jesuíta. A base da árvore representa Roma. Adicionalmente, as sombras dos pinos alinham-se para formar IHS, o logo da Companhia de Jesus. *Ars Magna Lucis et Umbrae*, 1646, p. 553. Fonte: Projeto Kircher da Universidade de Stanford